



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

HERBERT DE ANDRADE OLIVEIRA

**RIBEIRA DO BODOCONGÓ (1749-1933)
Relicário urbano ambiental da cidade de Campina Grande**

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

HERBERT DE ANDRADE OLIVEIRA

RIBEIRA DO BODOCONGÓ (1749-1933)

Relicário urbano ambiental da cidade de Campina Grande

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: Cultura e Cidades.

Orientador: Dr. Xisto Serafim de Santana de S. Junior

O48r Oliveira, Herbert de Andrade.
Ribeira de Bodocongó (1749-1933): relicário urbano ambiental da cidade de Campina Grande / Herbert de Andrade Oliveira. – Campina Grande, 2023.
121 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
“Orientação: Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior”.
Referências.

1. História Cultural. 2. História e Cidades. 3. História de Campina Grande – Paraíba. 4. Ribeiras da Paraíba – Bodocongó – Campina Grande. I. Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana de. II. Título.

CDU 930.85(043)

HERBERT DE ANDRADE OLIVEIRA

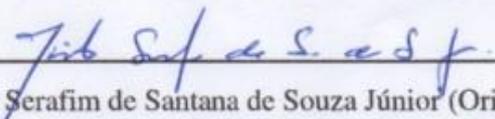
RIBEIRA DO BODOCONGÓ (1749-1933)
Relicário urbano ambiental da cidade de Campina Grande

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Programa de Pós-graduação em História e Geografia (PPGH)

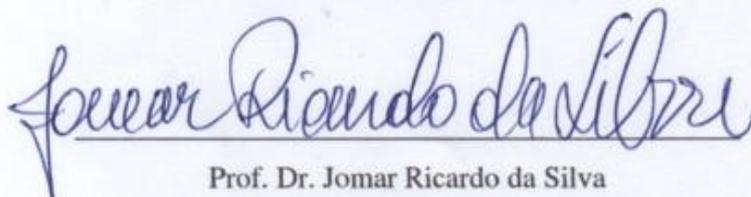
Defendida em 14 de dezembro de 2022

Resultado: **Aprovado**

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior (Orientador)
Orientador (UFCG/PPGH)


Profa. Dra. Keyla Queiroz e Silva
Examinador Interno UFCG/PPGH


Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Examinador Externo (UEPB/UFCG)



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer aos meus familiares, que proporcionaram todas as condições para que eu pudesse ingressar no universo acadêmico alguns anos atrás.

Agradeço, também, ao meu orientador, pelos importantes conselhos, pela paciência no recebimento dos textos e agilidade na correção deles.

Aos integrantes da banca examinadora, que, com seus conselhos e sugestões, ajudaram no aperfeiçoamento do trabalho.

Aos responsáveis e funcionários dos arquivos consultados para nossa dissertação, em especial ao DNOCS, nas figuras de Emanuele Rodrigues Santos (Ceará) e Cleciana de Souza Mouta (Paraíba), que digitalizaram centenas de páginas de relatórios, livros e diversas outras fontes históricas essenciais para a minha pesquisa.

DEDICATÓRIA

Aos campinenses de ontem, de hoje e de sempre!

RESUMO

“Ribeira do Bodocongó” trata da história geral da ocupação humana na ribeira do rio Bodocongó, e de sua inseparável relação e forte influência sobre Campina Grande, na Paraíba. Percorreremos quase dois séculos nessa história panorâmica, partindo do contexto da expansão da colonização no interior paraibano e chegando até a industrialização e urbanização no entorno do açude de Bodocongó. Ao longo dos capítulos que seguem, ficaremos sabendo quem eram os verdadeiros donos destas terras. Viajaremos nos caminhos e estradas usadas por colonos e tropeiros no processo de ocupação do interior paraibano. Conheceremos alguns dos sítios e fazendas que se instalaram nessa ribeira e nas suas proximidades, com destaque para a Fazenda Bodocongó e as terras à oeste de Campina Grande. Descobriremos como retirantes da seca conseguiram construir um açude que alterou a paisagem natural, a dinâmica de crescimento urbano e um conjunto de relações socioeconômicas existentes na cidade. Seremos apresentados aos pioneiros moradores e trabalhadores do bairro de Bodocongó. Ao final desse percurso epistemológico, teremos compreendido por que a ribeira do rio Bodocongó pode ser considerada um relicário urbano e ambiental para Campina Grande.

Palavras-chave: Bodocongó, Campina Grande, Ribeiras da Paraíba

ABSTRACT

“Ribeira do Bodocongó” deals with the general history of human occupation on the Bodocongó riverside, and its inseparable relationship and strong influence on Campina Grande, in Paraíba. We will cover almost two centuries in this panoramic history, starting from the context of the expansion of colonization in the interior of Paraíba and reaching the industrialization and urbanization around the Bodocongó dam. Throughout the chapters that follow, we will learn who the real owners of these lands were. We will travel along the paths and roads used by settlers and drovers in the process of occupation of the interior of Paraíba. We will get to know some of the sites and farms that settled on this river and its surroundings, with emphasis on the Bodocongó Farm and the lands to the west of Campina Grande. We will discover how drought evacuees were able to build a dam that altered the natural landscape, the dynamics of urban growth and a set of socioeconomic relationships existing in the city. We will be introduced to the pioneer residents and workers of the Bodocongó neighborhood. At the end of this epistemological path, we will have understood why the Bodocongó riverside can be considered as an urban and environmental reliquary for Campina Grande.

Keywords: Bodocongó, Campina Grande, Ribeiras da Paraíba

LISTA DE IMAGENS

01 – Detalhe do “Mapa das principaes vias de comunicação da província da Parahyba” (1858). Acervo de mapas raros do Arquivo Nacional/RJ	46
02 – Fazenda Bodocongó - detalhe ampliado do “Mapa das principaes vias de comunicação da província da Parahyba” (1858). Acervo de mapas raros do Arquivo Nacional/RJ	49
03 – Limpeza das galerias e demolição dos blocos de pedra isolados no fundo do riacho para construção dos alicerces da barragem (dezembro de 1915). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba (João Pessoa)	68
04 – Começo do aterro do açude de Bodocongó (janeiro de 1916). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba	70
05 – Núcleo central da barragem (fevereiro de 1916). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba	72
06 – Vista geral das obras (março de 1916). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba	74
07 – Núcleo de alvenaria e progresso do aterro (vista em sentido oeste)(abril de 1916) Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba	78
08 – Vista panorâmica do açude após sua primeira sangria (fevereiro de 1917). Acervo DNOCS/Sede Central em Fortaleza	78
09 – Mapa do Estado da Parahyba (outubro de 1913). Acervo de Mapas Raros da Biblioteca Nacional	82
10 – Ponte sobre o sangradouro do Açude de Bodocongó (fevereiro de 1917). Acervo DNOCS/Sede Central em Fortaleza	86
11 – Ponte sobre o sangradouro do Açude de Bodocongó (fevereiro de 1917). Acervo DNOCS/Sede Central em Fortaleza	87
12 – Vegetação típica da região oeste de Campina Grande (provavelmente 1920)	101
13 – Fotografia da ponte de Bodocongó (1921). Revista Era Nova, Ano I, nº 16	104
14 – Fábrica Bodocongó (meados de 1930)(data imprecisa)	114

LISTA DE SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca

NUPEHL/UEPB – Núcleo de Pesquisa em História Local da Universidade Estadual da Paraíba

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - NAS MARGENS DO BODOCONGÓ (séculos XVIII e XIX)	20
1.1. Donos da terra	25
1.2. Ocupação da ribeira do Bodocongó	33
1.3. A Fazenda	38
1.4. Todos os caminhos levam para Campina Grande	45
CAPÍTULO 2 - PEDRAS FUNDAMENTAIS DO BAIRRO (1915-1917)	52
2.1. Com suor e lágrimas se enche um açude	57
2.2. Uma ponte para o futuro, uma estrada para o sertão	80
CAPÍTULO 3 - UM LUGAR EM CONSTRUÇÃO (1917-1933)	88
3.1. Sobre ciências e plantas	97
3.2. Onde tem um mestre tem muitos aprendizes	102
3.3. Entre máquinas e operários	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	129

Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça. (BLOCH, 1976, pág. 28)

INTRODUÇÃO

As águas que, ao longo de milênios, esculpiram, no duro solo da caatinga, o curso de um rio, também exerceram seu poder de outra forma, atraindo populações para suas margens, durante centenas de anos. Bodocongó, que sempre foi rio, hora com água corrente e hora com o leito seco, acabou represado como açude, e, daí, tornou-se bairro. Mas, também, já foi distrito e cidade, sítio e fazenda! Nas margens dessas águas que percorrem setenta e cinco quilômetros, desde sua nascente até encontrar com o rio Paraíba, caminharam indígenas e negros, entradistas, colonos brancos, tropeiros e almocreves, tangerinos e catadores de algodão, possivelmente poetas, tocadores e cantadores, entre tantos outros.

A ribeira do rio Bodocongó foi cenário para muitas histórias interessantes, e possui uma importância pouco conhecida para Campina Grande, na Paraíba. Se observarmos o mapa atual da cidade, podemos perceber que a parte oeste é rasgada de norte a sul por esse rio, que está, em boa parte, canalizado. O surgimento do bairro de Bodocongó, em decorrência da construção do açude homônimo e da estrada de rodagem do sertão, bem como o loteamento e criação do bairro do Dinamérica, de alguma forma relacionado com a antiga Fazenda Bodocongó, são exemplos da influência dessa ribeira na história de Campina Grande e, em específico, na sua (con)formação urbana.

O bairro de Bodocongó, foco maior da nossa dissertação, configura-se como um dos mais importantes da cidade, e, atualmente, sedia universidades públicas, centros de pesquisa e grandes escolas secundárias, mantendo, ainda, algumas fábricas (o bairro já foi considerado o primeiro distrito industrial da cidade), servindo de lar para milhares de cidadãos de variadas classes sociais e grupos étnicos culturais, sendo, também, um tradicional espaço de produção artística e centro de uma variada e complexa vida social. Todavia, apesar de sua importância dentro do contexto municipal, pouco se conhece sobre suas origens, seus fundadores e primeiros moradores. Os trabalhos historiográficos mais recentes se inserem na linha da história oral, enquanto que os livros clássicos sobre Campina Grande, quando muito, reservam apenas um capítulo para falar de Bodocongó. O que os livros, jornais, *sites* na *internet* e a própria memória dos mais velhos falam sobre o bairro é que ele se originou a partir da construção da barragem e posterior urbanização do local. A fundação do bairro é creditada aos industriais que construíram uma fábrica nas margens do açude e que, por conta disso, muitas pessoas foram atraídas e começaram a construção de casas e outras estruturas nos arredores. Essa é apenas parte da verdade, pois o fato é que, entre a construção do açude (inaugurado em 1917) e a industrialização da área (iniciada em 1928), muitas histórias se passaram!

Não poderíamos deixar de expor o questionamento que motivou, inicialmente, nossa pesquisa: qual a origem do nome “bodocongó”? Assim como outros pesquisadores ao longo das últimas décadas, também nos sentimos atraídos pelo desafio de decifrar essa palavra que, desde o início, havíamos considerado como de origem indígena. Encontramos uma explicação bastante especial que ganhou destaque e faz parte, até hoje, do repertório de estórias que os cidadãos do atual bairro de Campina Grande se orgulham de contar: Bodocongó seria o “rio das águas que queimam”.

Entretanto, ao longo da pesquisa e como resultado de nossas reflexões, chegamos à conclusão de que a busca pela decifração no nome esconde a questão principal: quem estava por trás dele? Essa nova e mais importante inquietação passou a nortear o nosso trabalho de pesquisa, e, como consequência, acabamos por descobrir documentos históricos que nos informam, textualmente, que os indígenas foram perseguidos na ribeira do Bodocongó; mostram-nos, também, como se deu o processo de ocupação das margens desse rio, incluindo os personagens envolvidos e suas motivações. Nesse exemplo, mais do que decifrar um nome, importou-nos conhecer como seus criadores viveram e morreram.

Com esse novo olhar, começamos, então, a tentar entender a forma como tantos outros personagens, homens e mulheres, viveram e se relacionaram dentro de uma realidade na qual eram sujeitos ativos mas, dialeticamente, tinham poder de decisão e atuação bastante limitados por elementos de uma *ordem distante*. Uma sociedade regida pela Igreja, Estado e outras instituições, que gera uma série de pressões sobre os indivíduos, mas que, também, é fruto da ação humana coletiva. Neste sentido, as pessoas representam o começo, o meio e o fim da sociedade, das próprias estruturas econômicas e culturais. Em outras palavras, estamos tratando de uma relação entre as pressões externas que incidem sobre os indivíduos como as leis, costumes, religião, economia etc., e a capacidade inerente do ser humano de agir e de atuar numa ação coletiva que cria, recria e transforma. Recorremos, portanto, a Thompson, para melhor explicarmos essa dupla possibilidade da existência humana e social:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹

¹ THOMPSON, 1981, pág. 182

São essas experiências que buscamos encontrar em nossa dissertação: as daqueles que transitaram ou moraram nas margens do Bodocongó, às margens da cidade de Campina Grande, no oeste do seu centro urbano. Homens e mulheres que foram alterando sensivelmente a paisagem, criando novos espaços, abrindo ruas e construindo casas, num incessante processo ativo de construção. E não só uma construção material, esculpida de barro, seja em taipa ou tijolo, mas, também, uma construção de costumes, valores, práticas e relações de sociabilidade.

São, portanto, as pessoas que queremos apreender em nosso estudo, principalmente aquelas que, desprovidas de riqueza material, poder político de mando ou posições importantes na sociedade, conseguiram deixar suas marcas na história. Nos interessa, também, as relações que essas pessoas mantinham entre si, com outros setores da sociedade e com as estruturas e conjunturas mais abrangentes. Quais as variadas e potentes pressões que sofriam e como respondiam a elas.

Veremos um caso que exemplificará muito bem essa discussão, inserido no segundo capítulo da nossa dissertação. Durante a primeira tentativa de construção do açude de Bodocongó, em 1911, constatou-se que, sempre que chovia no interior paraibano, havia falta de trabalhadores para as obras, obrigando a paralização delas. A chuva fixava as populações no campo, no trabalho da agricultura, e, assim, acabava faltando mão de obra para empreendimentos maiores, como a construção de um açude. Apenas com a estiagem de 1915 e a conseqüente migração de milhares de pessoas do campo para as cidades, em específico para Campina Grande, é registrou-se grande disponibilidade de mão de obra barata, possibilitando o recomeço da construção.

Essas pessoas, que por aqui chegaram em estado deplorável, física e psicologicamente, encontraram, nas margens do Bodocongó, um lar temporário, proporcionado pelas obras de construção do açude patrocinadas pela Inspetoria de Obras Contra as Secas do Governo Federal. Derrubando a vegetação, queimando a mata, explodindo rochas e movimentando pedras, misturando e compactando o solo, conseguiram barrar um rio, alterando profundamente a paisagem, criando um novo espaço. Alguns desses agricultores-retirantes, transformados em operários da construção civil, permaneceram após a inauguração do açude de Bodocongó em 1917. Com o passar dos anos, a esses pioneiros, outros personagens foram se somando, criando uma verdadeira comunidade e dando início ao lento processo de urbanização do local onde surgiria esse novo bairro, à oeste de Campina Grande.

Para resgatarmos essas e outras “histórias perdidas”, tivemos de trabalhar com uma gama bastante variada de fontes históricas, como veremos mais adiante, incluindo, aí, documentos oficiais diversos, desenhos, projetos, crônicas, fotografias, mapas, entre muitos outros. Essa miscelânea de fontes se fez necessária por conta do nosso enfoque ao tema, voltado para a busca da escrita do que podemos chamar de uma história geral da ribeira e do bairro de Bodocongó, no sentido de que pretendemos discutir questões tanto de ordem social quanto de econômica e cultural.

Neste ponto, vale a pena lembrarmos o historiador March Bloch, que afirmou que atrás da “[...] paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente os homens que a história pretende apreender.”² Neste intento de encontrar a vida por detrás dos prédios, dos números, dos símbolos e dos discursos, tomamos como certa a necessidade de ampliar nosso leque de fontes históricas, aceitando como bem vinda toda e qualquer fonte que pudesse elucidar algumas das questões propostas.

A fim de encontrarmos esses personagens que viviam dentro de uma sociedade influenciada por questões econômicas, políticas e culturais, optamos por focar nossas análises em “universos menores”, como a ribeira, a cidade e, mais especificamente ainda, o bairro. É nele onde podemos visualizar, com mais nitidez, todas essas relações entre o *macro* e o *micro*, onde, de fato, podemos observar as pessoas em sua multiplicidade de aspectos e as relações desiguais que estas travam consigo mesmas e com a sociedade mais ampla.

Compreender a história de locais específicos pode nos ajudar a compreender a história mais ampla da própria cidade, e, até mesmo, do estado e da região. As descobertas que fizemos sobre as reais origens do bairro de Bodocongó, tendo como elementos fundantes a construção do açude e da estrada de rodagem, acabou por elucidar várias questões sobre o próprio crescimento urbano de Campina Grande e sobre a rede de relações comerciais e políticas que essa cidade tinha com as demais regiões do estado. Antecipamos, nesse ponto, que a criação paulatina do bairro de Bodocongó alterou consideravelmente a dinâmica urbana de Campina Grande, criando-se novas ruas, novos espaços de vivência e novas relações sociais envolvendo o centro e o subúrbio, ampliando, ainda, a urbanização em sentido oeste.

Ao longo da nossa pesquisa, buscamos relacionar as questões de ordem local com os fatos e processos de ordem mais geral, melhor contextualizando, assim, a vida dos nossos personagens. Poderíamos fazer um pequeno paralelo entre nossa proposta de pesquisa e a

² BLOCH, 1976, pág. 28

contextualização, partindo do geral para o local, e, inversamente, do local para o geral, com dois aparelhos óticos:

Não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitemos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada. É significativo que atualmente mais historiadores achem útil o microscópio, mas isso não significa necessariamente que eles rejeitem os telescópios como antiquados.³

Nossa proposta foi a de elaborar algo como uma “história geral da ribeira e do bairro de Bodocongó”, pois faremos um percurso histórico de quase dois séculos, desde os momentos iniciais de ocupação dessa ribeira por parte dos colonizadores que tomaram as terras dos povos originários até o começo do processo de industrialização que ajudou a impulsionar a urbanização da zona oeste de Campina Grande. Essa verdadeira história panorâmica da ribeira e do bairro de Bodocongó buscaria compreender as sociedades que, aí, formaram-se a partir dos aspectos econômicos, políticos e culturais.

Se estamos trabalhando com um recorte temporal extenso, o mesmo não ocorre com o recorte geográfico, que é mais específico, principalmente nos capítulos segundo e terceiro, quando mostraremos nossas descobertas sobre as fundações do bairro de Bodocongó. Neste caso, o bairro seria o local privilegiado para o estudo de aspectos integrados da realidade urbana, pois é nesse recorte, geograficamente menor, onde podemos ver, com maior nitidez, as inter-relações entre os aspectos macro e micro, entre a influência determinante que os indivíduos sofrem das estruturas econômicas, políticas e culturais, e suas capacidades de atuação, de criação e construção de novos espaços materiais e imateriais.

Ao longo do nosso desafio investigativo, metodologicamente alternamos entre o uso do “telescópio” e do “microscópio”, entre o olhar panorâmico sobre a história da ribeira e a observação mais focada de fatos e personagens específicos do passado de Campina Grande e do bairro de Bodocongó.

Se os homens e mulheres do passado e presente são sujeitos ativos da história, construindo sociedades, culturas, estruturas econômicas, produzindo obras de arte, não podemos, conseqüentemente, permitir que um trabalho historiográfico tenha como norteador a ideia de que tudo pode ser escrito, pois, não havendo, em análises extremadas, nada de verdade

³ HOBSBAWM, 1998, pág. 206

nas fontes, tudo seria permitido. Se os sujeitos são ativos, o são, também, frente ao historiador, e, como sujeitos que viveram os acontecimentos que se pretende estudar, seus “relatos” alcançados por meio das fontes devem ser considerados de alguma forma. Da mesma maneira, sendo o próprio historiador sujeito mais que ativo na e da história, ele não pode se omitir diante das fontes ou mentir sobre o fato de que seu texto também é, por sua vez, uma representação, um aglomerado de escolhas realizadas a partir da sensibilidade e criatividade, embasadas e direcionadas, porém pela teoria e pelo método.

Esta é, ao nosso ver, a relação entre realidade e discurso, entre a evidência contida de alguma forma na fonte e a representação que dela será construída. Por acreditarmos na existência de uma realidade externa ao historiador, que pode ser, até certo ponto, apreendida, também acreditamos que as fontes históricas, enquanto resquícios ou mesmo reminiscências desse mundo, “guardam em si” partes do real. O pesquisador, exercendo seu ofício investigativo, deve conseguir compreender que, dependendo de cada objeto de estudo, o receituário teórico e metodológico deverá ser adaptado. É necessário, por isso, uma harmonia mínima entre nossas teorias e a evidência apresentada pela fonte histórica:

[...] “a relação de conhecimento entre o real e o real” pode ainda perfeitamente ser uma relação real e determinante, isto é, uma relação de apropriação ativa por uma parte (pensamento) da outra parte (atributos seletivos do real), e essa relação pode ocorrer não em quaisquer termos que o pensamento prescreva, mas de maneiras que são determinadas pelas propriedades do objeto real: as propriedades da realidade determinam tanto os procedimentos adequados de pensamento (isto é, sua “adequação ou inadequação”) quanto seu produto. [...]

Não se conhece nenhum pedaço de madeira que se tivesse jamais transformado a si mesmo numa mesa; nem se conhece qualquer marceneiro que tenha feito uma mesa de ar ou de serragem. [...] A madeira impõe suas propriedades e sua “lógica” ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira.⁴

O historiador possui, portanto, um papel mais que ativo na produção do conhecimento histórico, ao mesmo tempo que cada fonte lhe impõe uma lógica particular. As fontes, assim compreendidas, são objetos reais do passado que sobreviveram ao tempo e que possuem, em cada uma delas, propriedades específicas que se impõem ao pesquisador. Assim sendo, o produto final do ofício do historiador, sua escrita, é determinada pelas propriedades do “objeto

⁴ THOMPSON, 1981, pág. 26

real”. Por outro lado, esse mesmo “objeto real”, por si só, não nos informa nada, ou quase nada, sendo necessária a adequada intervenção do historiador para que, assim, as histórias possam emergir das fontes. Nessa mútua relação, a escrita se configura como uma “aproximação ativa” do pensamento em relação à realidade pretérita.

Seguindo essa linha, decidimos, *a priori*, não delimitar o tipo de fonte histórica que pretendíamos encontrar; tampouco, a origem dessas fontes serviu como critério de corte, sejam elas oriundas da burocracia estatal, da literatura popular ou das crônicas de jornal, entre tantas outras. Ressalvamos, contudo, que não adentramos nos meandros da história oral: apesar da sua importância para o conhecimento histórico, optamos por seguir em outra direção, porque já existem alguns trabalhos a respeito do bairro de Bodocongó elaborados a partir do uso dessa metodologia de investigação. No mais, colocamo-nos, desde o princípio, de “coração e mente” abertos, para perceber, e talvez pressentir, quando um arquivo ou fonte poderia nos ser útil. Neste sentido,

[...] nosso problema não é tanto o de descobrir uma boa fonte. Mesmo a melhor das fontes [...] apenas esclarece certas áreas daquilo que as pessoas fizeram, sentiram e pensaram. O que normalmente devemos fazer é reunir uma ampla variedade de informações em geral fragmentárias: e para fazer isso precisamos, se me perdoam a expressão, construir nós mesmos o quebra-cabeças, ou seja, formular como tais informações deveriam se encaixar.⁵

Fizemos uso, seguindo essa orientação, de um leque bastante variado de fontes históricas, que vão desde crônicas publicadas em revistas de época, passando por jornais, fotografias e registros paroquiais (de forma indireta), até diversos documentos oficiais. Fizemos uma verdadeira garimpagem nos arquivos de Campina Grande: arquivo histórico municipal, biblioteca Átila Almeida, arquivo pessoal da família Veloso, arquivo público municipal, museu vivo do Nordeste, além das bibliotecas gerais e setoriais da UEPB e da UFCG. Além desses, pesquisamos nos arquivos do DNOCS em João Pessoa e Fortaleza, arquivo histórico ultramarino de Lisboa, arquivo nacional do Brasil, biblioteca nacional do Brasil, biblioteca do senado federal, acervo digital da prefeitura de Fortaleza, cinemateca brasileira, CPDOC da fundação Getúlio Vargas, IBGE, IHGP, arquivos do jornal A União, bibliotecas da FIOCRUZ (biblioteca da história das ciências e saúde, biblioteca de Manguinhos) e biblioteca da UFPB.

Vários personagens que viveram ou transitaram pela ribeira do Bodocongó emergem desse conjunto de fontes, muitos deles esquecidos pela historiografia paraibana e campinense.

⁵ HOBSBAWM, 1998, pág. 224-225

Especificamente sobre o açude e o bairro de Bodocongó, deparamo-nos com “coronéis” e políticos, retirantes, tropeiros, *choferes* e caminhoneiros, engenheiros e construtores, prostitutas e pescadores, cientistas, professoras e operárias, ou seja, um grupo muito variado de pessoas.

Em toda a ribeira do Bodocongó, desde o século dezoito, não encontramos nenhum exemplo de intervenção humana com tamanha envergadura e capacidade de alteração do ambiente e da paisagem natural como a construção da barragem de pedra e terra que bloqueou o curso natural do rio a partir de 1917, criando um pequeno lago artificial, a apenas alguns quilômetros de distância do centro urbanizado de Campina Grande.

Hoje, transcorridos pouco mais de cem anos desde a inauguração do açude e muito próximo do aniversário de um século do bairro, Bodocongó continua sendo um verdadeiro relicário para a cidade de Campina Grande. Relicário no sentido de ser um guardião da pouca natureza que resta no ambiente urbano, preservando ricas flora e fauna. Guardião também da ciência, largamente produzida nas universidades e demais instituições de ensino e pesquisa que existem no entorno das águas. O trecho da ribeira do rio Bodocongó que foi engolido pela cidade, canalizado em concreto ou não, é um grande guardião da história da expansão urbana de Campina Grande em sentido oeste. As margens urbanizadas do rio Bodocongó são um verdadeiro relicário para milhares de campinenses que fazem desse setor da cidade seu local de moradia e, muitas vezes, de trabalho: um guardião de casas, famílias e indivíduos.

A fim de desvendarmos as origens do bairro de Bodocongó, bem como para descobrir novos fatos e personagens da história de Campina Grande, escolhemos um recorte temático que começa no surgimento da palavra “Bodocongó”, ou pelo menos a provável primeira vez que essa palavra foi escrita, em 1749, no contexto da interiorização da colonização no interior paraibano. Percorreremos quase dois séculos de história, até o ano de 1933, quando a primeira indústria têxtil instalada nas margens do açude entra em falência e muda de proprietários.

No primeiro capítulo, “nas margens do Bodocongó”, iremos compartilhar a história da ocupação dessa ribeira, partindo do seu encontro com o rio Paraíba, no atual município de Barra de Santana (cidade essa que, por muito tempo, também se chamou Bodocongó). Após um preâmbulo sobre os habitantes originários dessa terra, os indígenas, e como esses foram expulsos da ribeira em questão, passamos a dar destaque à fazenda Bodocongó, sua origem, proprietários e moradores iniciais. Veremos como essa fazenda, já no século vinte, teve relação direta com o crescimento de Campina Grande em sentido oeste e com a formação de novos bairros.

O segundo capítulo, “pedras fundamentais do bairro”, trata justamente das fundações do bairro a partir da construção do açude de Bodocongó e da então nova estrada de rodagem do

sertão. Para garantir a realização dessas obras por parte do IOCS, foram montados “arranchementos” que receberam centenas de retirantes da seca de quinze, antigos agricultores que acabaram se tornando operários da construção civil. Essas duas construções transformaram Campina Grande, dando um dos impulsos iniciais para o processo de periferização desta cidade. Além da narrativa propriamente dita sobre a chegada dos retirantes no município, sobre suas dores e sofrimentos, sobre suas “lágrimas e suor” derramados durante a construção do açude, temos como pretensão mostrar como se deu o nascimento do aglomerado humano que, posteriormente, transformou-se em bairro. Procuraremos demonstrar a nossa tese sobre a permanência no local, após a conclusão das obras, de algumas pessoas e famílias que, aí, trabalharam, sendo esses os habitantes pioneiros do futuro bairro.

Por último, no terceiro capítulo, intitulado “um lugar em construção”, iremos preencher uma lacuna historiográfica sobre o período que vai da inauguração do açude, em 1917, até a fundação da primeira indústria têxtil no local, em 1928, período no qual ocorreu a gestação do bairro de Bodocongó. Àqueles trabalhadores da construção do açude que permaneceram no local, somaram-se outros imigrantes, ou talvez até alguns moradores da cidade, que tiveram de abandonar as áreas centrais. Tantas foram as pessoas que fizeram das margens do açude seu local de moradia que, em determinado momento, foi necessária a aprovação, por parte do poder público municipal, de um orçamento para financiar uma professora para a nova comunidade de Bodocongó, sendo essa a prova cabal do início do bairro, antes de sua industrialização.

CAPÍTULO 01

NAS MARGENS DO BODOCONGÓ

(séculos XVIII e XIX)

Nossa história começa nos últimos anos do século dezessete e no alvorecer do dezoito, dentro do contexto de interiorização da colonização portuguesa na Paraíba, que colocava, em disputa, sertanistas e bois de um lado, contra indígenas do outro, verdadeiros donos das terras em disputa. A complexidade social desse período não poderá ser totalmente explorada nessas linhas, mas algumas observações iniciais são necessárias. Dessa virada de século até o dia do primeiro registro escrito da palavra Bodocongó, passaram-se cinco décadas – marcadas pela formação de uma nova sociedade –, que serão revistas, por nós, a fim de termos uma contextualização prévia antes de afunilarmos a narrativa para o tema propriamente dito da dissertação. Partimos, inicialmente, portanto, de um contexto mais geral, envolvendo, nele, o Rio Bodocongó, seu entorno e as terras onde, futuramente, surgiria a cidade de Campina Grande.

A análise dos documentos oficiais pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, correlacionados com outras fontes pertencentes a outros arquivos, como as datas de sesmarias, mostrou ser de vital importância para a reconstituição de contextos e acumulação de uma verdadeira coleção antropológica de personagens históricos do período em questão. Seguindo uma linha cronológica, conseguimos compreender melhor como transcorreu o processo de ocupação das terras interioranas por parte dos colonizadores e, conseqüentemente, como esse violento processo gestou uma nova e autêntica sociedade. De maneira complementar, fizemos uma revisão bibliográfica, partindo das produções historiográficas mais clássicas.

Sobre a história de Campina Grande, sua origem está na fundação oficial da aldeia indígena que abrigou Ariús e Cariris, e que, posteriormente, deu origem à cidade. A respeito do assunto, o historiador Elpídio de Almeida afirmou que

Viajou Teodósio de Oliveira Ledo, em fins de 1697, do arraial de Piranhas para a capital da província [...]. Trazia êle um grupo de índios da tribo ariús ou ariás, habitantes da ribeira do Piranhas [...]. Sem que se saiba o motivo, antes de descer a Borborema, aldeou-os numa grande campina, nos limites orientais da região dos cariris. Fundava aí o núcleo que deu origem a Campina Grande.⁶

Corroborando com a citação anterior, Epaminondas Câmara também afirmou que não compreendia “[...] os motivos que orientaram o grande desbravador a se desviar do itinerário da capital para onde se dirigia. A verdade é que, em 1697, os índios, aqui, já se encontravam aldeados, vindo, no ano seguinte, um frade do convento de Santo Antônio para catequizá-los.”⁷

⁶ ALMEIDA, 1962, pág. 35

⁷ CÂMARA, 2006, pág. 21

Esse mesmo autor afirmou ainda que “Os índios aldeados por Teodósio fixaram-se, definitivamente, no sítio das Barrocas, dando início ao povoado da Campina Grande. Em seguida, surgiram casebres de taipa e telha, formando a primeira rua [...]”⁸ Epaminondas Câmara, assim como outros historiadores contemporâneos a ele, não deixavam muito claras as fontes históricas que embasavam suas afirmações, mas compartilhamos, aqui, essa curiosidade sobre a formação da primeira rua da cidade, a Rua das Barrocas, hoje conhecida como Rua Vila Nova da Rainha.

Parece-nos que todas as afirmações anteriores sobre a fundação de Campina Grande estão amparadas na “carta do capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria”, enviada ao reino, em Lisboa, documento histórico elevado à categoria de “carta fundante” da cidade.

Analisando a própria “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, acerca da gente e munições que deu ao capitão-mor dos Sertões das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, para entrar no sertão contra o gentio tapuia”⁹, fica claro que a aldeia dos Cariris, situada no grande campo aberto que eles chamavam de “Campina Grande”, já existia antes da conhecida passagem de Teodósio de Oliveira Ledo, e foi por isso mesmo que ele se desviou do seu trajeto original: já sabia da existência do aglomerado e, para lá, dirigiu-se, a fim de deixar os indígenas Ariús que trazia consigo. Esse documento é muito interessante porque também deixa claro que, na aldeia, origem da futura cidade, teriam vivido tanto indígenas Cariris quanto Ariús (Tarairiús), o que demonstra a diversidade de grupos étnicos que compunham a sociedade em formação no interior paraibano. Outra passagem do referido documento que merece compartilhamento é a que fala sobre o tratamento dado por Teodósio de Oliveira Ledo aos seus prisioneiros de guerra, e à reprimenda que levou do reino por “[...] matar a sangue frio muitos dos índios que tomou na guerra”.¹⁰

Estamos tratando do contexto das chamadas “Guerras Bárbaras”¹¹, momento de choque militar e cultural entre os colonizadores e os habitantes originários da terra. Esse conflito, ou

⁸ CÂMARA, 1998, pág. 23

⁹ “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba Manuel Soares de Albergaria...”. 03 de Setembro de 1699. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. (AHU-ACL-CU-014, Cx. 3, Documento 226). Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br).

¹⁰ “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba Manuel Soares de Albergaria...”. 03 de Setembro de 1699. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. (AHU-ACL-CU-014, Cx. 3, Documento 226, Pág. 02).

¹¹ Também conhecida como “Confederação dos Cariris” (termo em desuso), ou como “Bárbaras Guerras”, se refere à um conjunto de conflitos envolvendo indígenas e colonizadores, conflitos esses que se iniciaram com o processo de interiorização da colonização portuguesa, após a expulsão dos holandeses, na segunda metade do século dezessete. Para alguns pesquisadores os conflitos teriam durado até quase a metade do século dezoito. É possível afirmar, partindo da análise do conjunto dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes ao período em questão, que na Paraíba esses conflitos se estenderam até meados dos anos de 1728 a 1733.

conjunto de conflitos, durou aproximadamente da metade do século dezessete até as primeiras décadas do século dezoito; foi nesse intervalo que começou a história de Campina Grande e da ocupação da ribeira do Bodocongó.

No período, havia pelos menos dois grandes grupos indígenas no interior paraibano – Cariris e Tarairiús –, sendo que cada uma dessas nações era dividida em várias tribos. Além desses, já se sabe que grupos Tupis também percorreram o interior da Paraíba, tanto antes da chegada dos europeus como durante o período colonial. Outros grupos indígenas também poderiam viver por aqui, inclusive de troncos linguísticos isolados, o que demonstra que o sertão nordestino, em geral, e paraibano, em específico, era formado por uma diversidade de grupos étnicos.

Estes povos indígenas estiveram envolvidos em um processo intenso de alianças, guerras e pazes capazes de reinterpretarem e ressignificarem de forma metamorfoseada suas práticas políticas e culturais, assim como, os colonizadores não ficaram inermes diante das trocas culturais com os povos indígenas. Destarte, passam a criar espaços de negação, adaptação, transformação e permanências.¹²

Aqui cabe destacar dois aspectos da sociedade do interior paraibano setecentista: por um lado, a existência de uma grande riqueza cultural, que foi sendo criada a partir de múltiplas influências, expressa nos costumes, crenças, rituais, técnicas e tecnologias desenvolvidas, e, por outro lado, a construção de uma cultura de violência arraigada no seio dessa mesma sociedade, fato que parece ter origem justamente na disputa pela terra.¹³

Sob o ponto de vista econômico, o processo de expansão da colonização rumo ao interior se baseou, principalmente, na pecuária; daí a clássica denominação de “época do couro”¹⁴, usada para se referir à sociedade do interior nordestino. O algodão, apesar de acompanhar o gado desde o princípio da ocupação interiorana, só veio ganhar maior importância tempos depois. “O boi, o cavalo, o jumento, a miúça seriam as primeiras riquezas do Sertão [...]”¹⁵. A ocupação da terra, portanto, deu-se através da pecuária, associada à agricultura de subsistência.

[...] instalação de grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica. Em função da pobreza da pastagem natural da caatinga, da existência de um regime pluviométrico irregular, com uma estação seca muito prolongada e da utilização de técnicas rudimentares de criação, muitos hectares eram necessários para alimentar uma rês. Estes fatos,

¹² APOLINÁRIO, 2011, pág. 401

¹³ O historiador José Octávio (MELO, 1997, pág. 81), afirma que a expansão da colonização portuguesa no interior paraibano e a tomada das terras indígenas está na base da “[...] sociedade violenta que se prolongou no cangaço e lutas de família [...]”

¹⁴ ABREU, 1998, pág. 135

¹⁵ PINTO, 1973, pág. 73

associados à grande disponibilidade de terras (considerando-se que a terra do índio, do ponto de vista do colonizador, era terra disponível porque passível de ser conquistada e apropriada) contribuíram para que a organização da atividade pecuária no Sertão se desenvolvesse em grandes propriedades: a fazenda.¹⁶

Foram essas fazendas responsáveis também pelo começo da alteração da paisagem e da diversidade biológica do interior, introduzindo novas espécies e práticas econômicas, ateando fogo por toda parte na caatinga. Normalmente, as fazendas eram fundadas nas ribeiras, locais privilegiados para o desbravamento do sertão por se constituírem como verdadeiros caminhos para penetração e, também, por serem fontes de água, indispensável para o consumo direto e para alguma produção agrícola de subsistência.

Havia, aí, uma combinação de mão de obra livre e escrava, sendo a segunda formada principalmente pelos indígenas, através do dispositivo da “guerra justa”¹⁷, e, posteriormente, pelos negros oriundas da África. A importância do braço escravo negro só veio a crescer, de fato, com o crescimento da produção algodoeira, já em fins do século dezoito e durante o século dezenove.

Poucos trabalhadores eram suficientes para manter a atividade pecuarista, e era justamente a forma de organização da criação, com o gado vivendo solto, o que possibilitava a existência dessa mão de obra livre. “Branços pobres, mamelucos, cafuzos e índios foram aproveitados nesta atividade; estas pessoas se locomoviam com facilidade pelos Sertões, sem vigilância de um patrão ou feitor.”¹⁸ Nas fazendas, os trabalhos em torno do boi eram muitos: “[...] amansar o gado, ferrar bezerros tirar leite das vacas parideiras, curar bicheiras, extinguir cobras e morcegos, fazer queimada, conhecer as malhadas escolhidas para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros para os animais.”¹⁹

As missões foram fundamentais para as fazendas, pois, através da catequização dos indígenas que não haviam morrido ou fugido, elas forneciam mão de obra para a empreitada colonizadora. Não será possível aprofundarmos essa discussão sobre as relações entre religião e atividade econômica no interior paraibano, mas a breve leitura de algumas fontes históricas como o “Ofício do prior do Carmo da Paraíba, João de Santa Rosa”, que tratava dos índios do sertão “[...] e dos problemas por que tem passado para fazer a catequização, tendo em vista o

¹⁶ MOREIRA, 1997, pág. 71

¹⁷ Caso os indígenas hostilizassem os colonos seria possível decretar “Guerra Justa” e assim eles poderiam ser legalmente escravizados.

¹⁸ GURJÃO, 2001, pág. 59

¹⁹ Idem

estado de barbárie em que sem encontram”²⁰, deixa-nos pensar sobre possíveis formas de resistência indígena.

O certo é que algumas cidades da Paraíba, seja do interior ou do litoral, tiveram suas origens em aldeamentos e missões indígenas, como é o caso de Campina Grande. Igualmente certo é que, para além da sua força de trabalho, os indígenas forneceram inúmeros conhecimentos e costumes que se enraizaram no cotidiano nordestino (até os dias atuais) e que ajudaram a vida dos primeiros europeus que se instalaram no sertão.

1.1. DONOS DA TERRA

Restos de cerâmica encontrados em território paraibano indicam que os povos originários não eram totalmente nômades, mas seminômades, transitando por uma grande área territorial mas com pontos de pouso previamente conhecidos, constantemente revisitados e, por tempo considerável, habitados. Ruth Trindade de Almeida, no seu trabalho “A cerâmica popular em Campina Grande”, afirmou que

Na Paraíba, já foram encontradas algumas peças de cerâmica indígena, não decoradas.

Recentemente, porém, foi encontrado no vale do Curimataú, perto da Serra de Caxaxa, uma bonita igaçaba, com a parte interna inteiramente decorada.

A pintura da borda desta peça imita um trançado de taquara e a pintura do fundo lembra a grêga. Várias cores, compõem o desenho: o branco, o vermelho, o amarelo e o preto. [...]

Segundo o Professor Léon Clerot, que estudou o assunto, a peça pertence aos Paiaquí, da grande nação Cariri.

Acredita o citado professor, ser falsa a tese do intenso nomadismo dos Cariris, evocando em seu favor dois fatos importantes: os achados de cerâmica (povos excessivamente nômades não faziam cerâmica) e os remanescentes da tribo Sucurú (Cariri) que habitam há largo tempo a Serra de Orubá, no limite do Estado da Paraíba com o Estado de Pernambuco.²¹

Não há espaço para aprofundarmos essa discussão, mas o fato é que os verdadeiros donos da terra eram os indígenas que foram expulsos, mortos e capturados pelos colonizadores a partir do século XVII. Impositivamente, eles contribuíram, em muito, com o próprio processo de colonização do interior, através de imensuráveis conhecimentos e técnicas essenciais para a

²⁰ “Ofício do prior do Carmo da Paraíba, João de Santa Rosa, informando das condições de vida dos índios do sertão...”. 17 de Abril de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. (AHU-ACL-CU-014, Cx. 14, Documento 1201). Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br).

²¹ ALMEIDA, 19--., pág. 15. Acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida/UEPB.

sobrevivência nas terras semiáridas: onde encontrar alimento²², pontos de acúmulo e preservação de água, trilhas, caminhos e veredas, saberes essenciais para a empreitada da colonização da zona interiorana do estado. Até mesmo o ato de caminhar nos sertões coloniais parece ter sido influenciado pelos habitantes originais. Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, os bandeirantes paulistas, congêneres dos entradistas nordestinos, aprenderam a andar com os indígenas, não apenas no que diz respeito à orientação e localização, mas, também, nos modos de caminhar e na incorporação de costumes relacionados à vida errante. Para nosso caso, a alpargatas, um calçado de palhas trançadas muito útil para longas caminhadas nas duras veredas, serve como exemplo das técnicas e tecnologias tomadas ao indígena: “O mapa organizado por Erland Nordenskiöld, [...] consigna para o Brasil, além dessas, as alpargatas de caraguatá encontradas por Marcgrave e por frei Vital de Frescarolo entre tapuias do Nordeste - possivelmente do grupo cariri [...]”²³. Caraguatá é uma planta da família das bromélias, e é muito utilizada para extração de fibras com as quais se pode confeccionar vários produtos; também conhecida como caroá, gravatá, gravá, caruá, croatá, coroatá.

Não haveria páginas suficientes, nesta dissertação, para falarmos sobre as contribuições dos povos indígenas à formação da sociedade brasileira ou mesmo paraibana. Tampouco haveria tempo para aprofundarmos análises sobre aspectos da exploração econômica ou da abrupta transformação cultural imposta pelos europeus aos povos que aqui se encontravam. Escrevemos essas linhas apenas para ajudar na contextualização e no entendimento sobre o processo de ocupação da ribeira do Bodocongó, melhor explorado no próximo tópico, onde começaremos a afinar nossa explicação.

O certo é que eram os autênticos “donos da terra”, mas “novos donos” chegaram com força, colocando de “ponta cabeça” o mundo antes existente...

Em documento datado de 1725²⁴, encontramos um verdadeiro compêndio sobre alguns dos episódios das guerras de conquista do interior paraibano, nominando diversas tribos envolvidas nos conflitos, inclusive pontuando quantos indígenas foram mortos (pelo menos 136) e quantos foram aprisionados (pelo menos 489); prisioneiros estes que, certamente, serviram como mão de obra compulsória, legalmente permitida pelo dispositivo da “guerra justa”. Analisando esses números, registrados em apenas um documento histórico, e que se

²² Os indígenas brasileiros costumavam, por exemplo, saborear o mel de abelhas meliponíneas, como a jandaíra e a jataí, costume culinário que acabou sendo adotado pelos colonos. Em suas caminhadas, reconheciam as abelhas de seu interesse observando a entrada das colmeias, localizadas em troncos ocos ou mesmo subterrâneas.

²³ HOLANDA, 1994, pág. 29.

²⁴ Confirmação da carta patente de João de Miranda no posto de capitão-mor dos sertões das Piranhas e Piancó, da Serra da Borborema (21 de setembro de 1725). Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br)

referem a fatos específicos e a poucas batalhas, podemos afirmar que a tese da violência generalizada da conquista do interior está mais que comprovada. Só em um combate (em 1696) se envolveram 300 indígenas contra 130 soldados (possivelmente brancos, escravos e talvez indígenas “amansados”). Esse mesmo documento, através do qual era dada a confirmação do posto de capitão-mor das Piranhas e Piancó e na qual, portanto, os “feitos” dos comandantes da guerra de conquista eram exaltados, também nos traz a informação de que os conflitos, muitas vezes, ocorriam por conta do gado que havia sido capturado pelos indígenas (só em uma ocasião no ano de 1695 foram recuperadas 600 cabeças de gado).

Poucos anos depois, em 1732, um outro relato sobre os conflitos no interior foi registrado em documento oficial, novamente em uma confirmação de patente²⁵, mas nesse caso do posto de capitão-mor do Sertão do Cariri para Francisco de Oliveira Lêdo. Entre os fatos registrados, citamos, brevemente, que, em 1709, houve um conflito envolvendo aproximadamente 800 “Tapuyaz”²⁶, unidos em guerra aos colonos, contra 20 soldados brancos, acompanhados de 150 “Tapuyaz manços”. Ao final desse episódio de guerra, os entradistas haviam matado 100 indígenas e aprisionado outros 114; aqueles indígenas que não foram mortos ou aprisionados acabaram fugindo. Ainda na mesma carta de confirmação de patente, ficamos sabendo que o capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo extinguiu os “Mocambos do Cumbe²⁷ e Tacoratinga”, em 1731, aprisionando 58 negros que, possivelmente, eram escravos fugidos de alguma fazenda e que, no Cumbe, haviam construído uma comunidade livre.

Uma breve análise de apenas alguns poucos documentos históricos já nos revelou o nível de barbaridade imposta pelos colonizadores aos povos originários e os negros trazidos da África. O trabalho com um conjunto maior de documentos certamente trará maiores informações sobre o período, mas o que destacamos previamente é essa necessidade de mão de obra e a escravização em larga escala, se considerarmos a densidade demográfica da época.

Mas por que toda essa sanha conquistadora?

Como já sabemos, sob o ponto de vista econômico, o sistema colonial privilegiava o cultivo da cana-de-açúcar em grandes propriedades da zona litorânea. Obviamente que a economia colonial era mais complexa do que costumamos falar; porém, é possível afirmarmos que, salvo exceções, a estruturação do sistema econômico no litoral servia à produção e exportação de açúcar.

²⁵ Confirmação da carta patente de Francisco de Oliveira Ledo no posto de capitão-mor do Sertão do Cariri da Paraíba (20 de abril de 1732). Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br)

²⁶ “Tapuia” foi um termo bastante genérico utilizado pelos Europeus para se referir aos indígenas do interior do Brasil, considerados como incivilizados.

²⁷ Mais que provavelmente se refere ao Quilombo do Cumbe, em terras hoje pertencentes ao Município de Lagoa Seca/PB. .

Após a expulsão dos holandeses, ainda na segunda metade do século XVII, e no meio de uma crise na produção açucareira do litoral, iniciou-se um processo de interiorização da colonização nas capitanias do norte colonial (que durou mais de um século), processo este que teve como uma de suas conseqüências o choque com as nações e tribos indígenas que viviam no interior. Primeiro, vinham os entradistas, como uma tropa militar avançando em terreno inimigo e desconhecido. Depois, vinham os bois e tudo o mais necessário para uma precária vida na região seca. Assim, foi sendo criada uma nova paisagem no sertão, estabelecendo-se as bases para uma nova cultura, fruto do choque e das trocas entre povos de diferentes origens.

Por outro lado,

Desprovidos de terras, caça e coleta, os índios se viam constantemente obrigados a quebrarem os tratados de paz, o que acabava por gerar novas guerras e mais atrocidades, até a extinção de inúmeros grupos. As facilidades em se conseguir sesmarias para a atividade criatória, geralmente grandes extensões de pelo menos três léguas, era um incentivo para a nova e lucrativa atividade que se desenvolvia na colônia, a medida que surgia também a necessidade de ocupação do interior, uma espécie de salvo-conduto contra possíveis novas investidas estrangeiras na região.²⁸

Aproveitando o conhecimento indígena sobre rotas e rústicas veredas, o colonizador adentrou o sertão – primeiramente a pé ou com poucos equinos. Para essas longas caminhadas na mata, era exigido forte senso de localização, determinação de pontos de referência bem distintos na paisagem e, nos trajetos mais corriqueiros, eram feitas marcas bastantes discretas em elementos da natureza, apenas visíveis para a pessoa ou o grupo de indivíduos que as fez. Os rios e suas margens se configuravam como trilhas preferenciais: os caminhos de ribeira. Assim, esses “caminhos de índios” não eram regulares, ou, muito menos, configuravam-se com algo que podemos chamar de estradas, mas muito contribuíram para a expansão da colonização nas vastas terras do interior paraibano. É interessante notar que as sesmarias deveriam respeitar caminhos, estradas, rios e riachos, mas não só tendo estes como pontos de referência ou servindo para demarcação de fronteira entre as terras. Acima de tudo, a concessão das sesmarias estava atrelada à garantia do livre trânsito, pelo menos dos colonos brancos.

Esse novo morador das terras interioranas, o entradista/colono, criou uma verdadeira “cultura do couro”, com “[...] enormes fazendas de gado, matando o boi como matava o brasilíndio, deu início à venda e promoveu a procura do couro, o do boi, é evidente, pois o do brasilíndio era atirado aos urubús”.²⁹ Com o couro dos animais eram produzidos “[...] uma série

²⁸ SANTOS, 2009, pág. 39

²⁹ PINTO, 1973, pág. 99

de bens utilizados pelo sertanejo: vestuário, calçado, arreio e utensílios domésticos os mais variados (bancos, camas, portas, etc.)”³⁰ A grande motivação, vamos dizer macroeconômica, para a ocupação do interior foi justamente a pecuária. E, mesmo que a ocupação demográfica do espaço interiorano tenha ocorrido de forma dispersa e acanhada nas primeiras décadas, podemos afirmar que alguns povoados surgiram e/ou cresceram em torno dessa atividade econômica.

[...] Tratava-se do gado, de tipo bovino, cavalariço, asinino, ovino e caprino (miunças). Reunida nos currais das sesmarias logo concedidas, a gaderia constituiu não só a base da nova fronteira econômica da Paraíba - distinta daquela do litoral - como o elemento central da chamada “civilização do couro”, assim batizada pelo historiador Capistrano de Abreu. O vaqueiro, encarregado de criar e reunir reses, tornou-se seu tipo mais representativo. A essa organização econômica e social competiu a ocupação produtiva do sertão do Nordeste.³¹

A estruturação das atividades econômicas e da sociedade no interior paraibano foi um processo complexo: cada microrregião do interior (lembrando que o conceito de sertão na época se referia a toda extensão de terra que se afastava do litoral) possuía uma realidade socioeconômica diferenciada. Campina Grande, por exemplo, aproveitou-se muito de sua própria localização geográfica, pois estava próxima de uma zona produtora de gêneros alimentícios, com destaque para a farinha, e igualmente integrando uma grande zona de atividade pecuária, e, por isso mesmo, logo se tornou um entreposto comercial, um ponto de passagem desses “caminhos de gado” e “estradas de boiadas”.

Como os processos de salga da carne, próprios dos pastoreios gaúcho e cearense, demoraram a ser introduzidos no sertão paraibano, do abate do gado - após imediato consumo da carne, aproveitava-se o couro, exportado ou destinado a ensacar fumo, no litoral. Dele, o sertanejo retirava praticamente tudo - roupas, calçados, utensílios e até cobertura para as latadas. Do gado também provinha o leite, usado na fabricação de queijos e doces, bem como variada culinária, no centro da qual se situa(va) a buchada, como prato típico da região. No folclore, o bumba-meu-boi e o pastoral encarregavam-se de valorizar o boi, presente na denominação de cidades paraibanas [...]³²

Novos personagens já haviam chegado, e outros mais apareceriam com o tempo: colonos, vaqueiros, escravos, catadores de algodão... As fazendas, complexos microeconômicos, eram formadas por quilômetros e mais quilômetros de terras acompanhando

³⁰ MOREIRA, 1997, pág. 73

³¹ MELO, 1997, pág. 75

³² MELO, 1997, pág. 80

o curso de rios e riachos, onde o gado poderia ficar solto e desfrutar de uma vida “semiselvagem”. A fazenda, sob outro aspecto, também se configurava enquanto uma sociedade em si, por si e fechada em si; um verdadeiro microuniverso.

A economia do sertão não se resumia à pecuária ou mesmo à então insípida produção de algodão, pois havia, também, alguns locais propícios para a produção de gêneros alimentícios, escassos na Paraíba de então. E o fato é que o sertão paraibano possuía algumas “terras boas para plantar”, formando verdadeiros “oásis” de produção no meio ou no entorno da grande região semiárida; com destaque para o brejo.

Conforme foi dito, o abastecimento da colônia com gêneros de primeira necessidade sempre foi um problema a ser enfrentado pelo governo em várias regiões em função das relações econômicas prioritárias com o mercado externo. Conscientes disso, o argumento de terras ‘boas para plantar’, no sertão, sera muitas vezes utilizado por aqueles que requeriam sesmarias.³³

Enquanto que a pecuária no sertão não exigia muita mão de obra, a nova agricultura praticada pelo colono era um pouco mais exigente, no que diz respeito à maior força de trabalho. Na região agreste do estado, por exemplo, a produção alimentícia era feita em “[...] pequenos e médios estabelecimentos agrícolas, que, no cômputo geral, eram parcelas do latifúndio pecuarista [...] o pequeno e médio produtor, responsáveis pela produção de alimentos, obrigavam-se a pagar a renda pelo uso da terra ao grande proprietário”³⁴. Os colonos aprenderam muito com os povos originários do continente, e, certamente, também com os escravizados trazidos da África, e os núcleos de produção de alimentos do sertão colonial espelhavam um pouco dessa economia e sociedade gestada, embora que violentamente, na diversidade.

Não é possível determinar se os diversos grupos indígenas do interior paraibano “[...] davam maior ênfase à caça e à coleta do que à horticultura, mas afirmamos, pelos estudos da literatura dos cronistas e do material arqueológico já identificado, que cultura (plantio, beneficiamento, etc.) e ecologia (caça e coleta) estavam interligadas [...]”³⁵ Neste ponto, faz-se necessário uma comparação um pouco mais detalhada entre a agricultura tradicional com a nova agricultura implantada no interior da Paraíba:

[...] a agricultura itinerante praticada por inúmeros grupos indígenas do Brasil, como os Cariris e Tarairiús, era de forma adaptativa, extremamente especializada em desenvolver no solo, culturas pobres, com escassez de água,

³³ GUEDES, 2006, pág. 98

³⁴ GURJÃO, 2000, pág. 18

³⁵ SANTOS, 2009, pág. 55

etc., e não como menciona muitos cronistas, tratar-se de uma agricultura primitiva e incipiente. Afinal, os índios da Paraíba conseguiam retirar do solo e das matas, aparentemente pobres, o sustento para seus milhares de indivíduos, vivendo harmoniosamente com o ambiente.

A agricultura praticada pelos índios da época do contato apresentava a vantagem de manter a fertilidade do solo, na medida em que não erradicava totalmente a vegetação nativa do roçado; pequenas áreas desmatadas de cada vez, minimiza os impactos da ação de exposição direta do solo aos raios solares, bem como ao processo de lixiviação do solo, especialmente no início das fortes invernações no semiárido; as plantações dos silvícolas eram diversificadas, com extratos arbóreos de tamanhos diferentes, o que simplesmente minimiza o impacto das gotas de água no solo e a propagação de pragas, comum em áreas de monoculturas; o solo do semiárido é ácido e salino, o que pressupõe que empiricamente os índios conheciam essas características [...] a queima e o abandono no solo do restolho (restos) de plantações nos campos e seu apodrecimento natural, serviam como adubo orgânico para alimentar os brotos que surgiam; por fim, a tecnologia dos Tapuias, como o uso de estacas para cavar o solo e semeá-lo é mais preferível a enxada, justamente por não expor parte do solo ao calor intenso e aos raios solares [...]³⁶

A mudança no regime econômico foi brutal nesse período, ocorrendo em espaço de tempo relativamente curto. De uma relação simbiótica entre os indígenas e o meio ambiente que os cercava, com pouca intervenção na paisagem, passamos para um sistema econômico mais extensivo, intensivo e ostensivo. Se, no início, os entradistas das capitanias do norte colonial, imitando as práticas indígenas, assim como seus congêneres os bandeirantes paulistas, possivelmente “[...] deixavam em seu rastro plantações de mandioca.”³⁷, em um segundo momento as fazendas instaladas em algumas ribeiras, especialmente nas regiões serranas, adotaram a prática da queimada em maior escala, a fim de abrir espaço para o novo sistema de cultivo. As próprias solicitações de sesmarias afirmavam ser a prática da queimada o método mais usado para abertura da mata, e os topônimos deixaram eternamente registrados a intensidade com que a prática era adotada, servindo como exemplo o nome do município de “Queimadas”.

Na história da conquista do interior paraibano, um alimento, em especial, contribuiu para a consolidação da ocupação das terras e sustentou, do ponto de vista alimentar, o surgimento de aldeias e povoados: “Aipim, Candinga, castelinha, macamba, macaxeira, mandioca-brava, mandioca-doce, mandioca-mansa, maniva, maniveira, moogo, mucamba, pão-da-américa, pão-de-pobre, pau-de-farinha, tapioca e uaipi, seja qual for o nome, a mandioca é o tubérculo mais antigo consumido no Brasil.”³⁸ Outros produtos também complementavam a

³⁶ SANTOS, 2009, pág. 53

³⁷ RIBEIRO, 2009, pág. 22

³⁸ RIBEIRO, 2009, pág. 18

alimentação indígena e dos primeiros colonos, tais como: o abacaxi selvagem; o milho, que era plantado desde épocas longínquas no “[...] Nordeste como complemento a mandioca, por ser menos produtivo, exigir terras mais férteis e água regular, a maior e melhor eficiência no preparo do terreno, bem como, o milho amadurece mais rápido [...]”³⁹; a batata-doce; o amendoim. Para além desses gêneros alimentícios, poderíamos citar o uso da flora medicinal local como um dos saberes essenciais transferidos dos indígenas para os primeiros colonos, que, certamente, também trouxeram, consigo, suas contribuições nessa linha.

Apesar da citação abaixo se referir ao universo mais amplo da culinária brasileira, vários nomes citados também faziam parte da dieta no interior paraibano de então, herança gastronômica herdada desses contatos entre povos de distintas partes do mundo.

Da mesma forma, fizeram e/ou fazem parte da nossa cultura a taioba, a araruta, o mangarito, a vinagreira, o taro (inhame), a chicória-do-pará, a capuchinha, o jacatupé, o inhame (cará), a jurubeba, o cubiu, o maxixe-do-reino, a bortalha, o ora-pro-nóbis, a jambu, o maxixe, a caruru, o quiabo, a beldroega, a azedinha, a serralha, o peixinho, o almeirão-de-árvore, a capiçoba, entre outras, algumas nativas e outras introduzidas por colonizadores europeus (especialmente portugueses) ou por escravos africanos.⁴⁰

Alguns desses nomes são facilmente reconhecidos por aqueles que vivem em cidades do interior nordestino. Até mesmo uma prática comum (ainda nos dias de hoje) de pequenos agricultores, que é a manutenção na propriedade de pelo menos uma colmeia de abelha, parece ter sido herdada dos indígenas e adaptada pelos primeiros colonos:

[...] havia um manejo intencional por parte dos índios, como exemplo, o caso das abelhas produtoras de mel, alimento essencial entre os Cariris e Tarairiús. O conhecimento era tamanho que os índios criaram condições de reaproveitamento das colméias naturais, como o fechamento das fendas abertas nos troncos de árvores para a retirada do mel e da cera. O uso de buchas de folhas e ramos, acrescentando o barro, tapava o buraco evitando a fuga da colmeia e, no ano seguinte, os índios voltavam ao local para novamente se abastecerem do alimento precioso, demonstrando conhecer o ciclo de vida desses animais.⁴¹

Era esse o cenário do interior paraibano no século XVIII, incluindo, aí, Campina Grande e seus arredores. Uma sociedade, como vimos, em formação e que, mesmo violentamente, foi gestada a partir da contribuição de variados povos.

³⁹ SANTOS, 2009, pág. 56

⁴⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010, pág. 3

⁴¹ SANTOS, 2009, pág. 63

1.2. OCUPAÇÃO DA RIBEIRA DO BODOCONGÓ

Em meados do século XVIII, precisamente no ano de 1749, a palavra Bodocongó foi escrita pela primeira vez em um documento oficial⁴², meio século após as primeiras referências à Campina Grande. Essa primeira fonte sobre a palavra Bodocongó faz menção ao **Rio** apenas como ponto de referência, e especificamente nas proximidades da Serra do Caturité. Vale ressaltar que o termo “Bodocongó”, ao que tudo indica, foi criado para batizar o Rio, mas, com o tempo, também passou a denominar pelo menos um sítio, uma fazenda, o açude, um bairro de Campina Grande, a cidade de Barra de Santana⁴³, além de uma serra e, possivelmente, outros locais e elementos geográficos.

Sabemos que o nome é criado para que alguém tome posse daquilo que nominou, numa apropriação material, mas, também, simbólica. O nome Bodocongó, ou melhor, o topônimo Bodocongó, ficou eternizado coletivamente, e, agora, batiza essa dissertação, mas a discussão teórica sobre esse substantivo de lugar ficará para as considerações finais. Apesar de ter sido essa a curiosidade que gerou toda nossa pesquisa, deixaremos para o final do trabalho o debate sobre: “o que significa a palavra Bodocongó?”.

Acompanhando algumas fontes históricas, ficamos sabendo, pormenores, da ocupação do Rio Bodocongó, partindo do seu entroncamento com o Rio Paraíba e seguindo no sentido da nascente, em linhas gerais para o Norte. Devido à quantidade de inter-relações, nas próximas linhas, usaremos, como fontes históricas, as datas de sesmarias que trazem o Rio Bodocongó como ponto de referência e de localização, sendo dezenove, ao todo; material este encontrado no livro “Apontamentos para a história territorial da Parahyba”⁴⁴. Daremos também destaque para alguns documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que nos trazem novidades importantes sobre a história da ribeira do Bodocongó, da cidade de Campina Grande e vizinhança, e, por que não, da Paraíba.

É importante lembrar que os rios e suas margens eram utilizados como verdadeiros “caminhos de ribeira”, por onde, inicialmente, passavam os entradistas e, depois, as boiadas. Assim, pensamos que a ocupação da ribeira do Bodocongó se deu principalmente a partir do seu entroncamento com o Rio Paraíba, e os documentos e trabalhos históricos aos quais tivemos acesso nos deixam pensar sobre isso. Se, em um primeiro momento, essa ribeira era pouco

⁴² TAVARES, 1982, pág. 209

⁴³ A cidade de Barra de Santana recebeu, oficialmente, o nome que ostenta hoje apenas em 1991, até então já havia sido chamada por: Povoação, Distrito e Vila de Bodocongó, Barra de Bodocongó, Sant’Ana de Bodocongó.

⁴⁴ TAVARES, 1982. É importante destacar que essas datas de sesmarias foram transcritas no século XIX, e foram essas “cópias” que o autor dos “Apontamentos para história territorial da Parahyba” analisou, portanto a linguagem contida nos documentos não é da época da solicitação, mas do período de transcrição.

ocupada, com alguns sítios efetivamente instalados, ao longo do século dezoito, parece-nos que passou a ser mais desejada, talvez porque a distribuição de sesmarias de grande extensão já tivesse sido proibida e, portanto, novas datas de sesmarias, de menor tamanho, poderiam ser solicitadas. O aumento das sesmarias distribuídas nas margens do Rio Bodocongó ajuda a comprovar a consolidação da colonização do interior paraibano ao longo do século dezoito.

É possível supor, portanto, que foi no encontro desses dois rios que começou a colonização da nossa ribeira: “É como entreposto para as fazendas e o aldeamento de Carnoió, que a povoação às margens do rio Bodocongó se inicia, onde suas águas são recebidas pelo rio Paraíba, formando uma barra.”⁴⁵ Carnoió é o antigo nome da atual cidade de Boqueirão, e corresponde à fazenda mais antiga instalada no Cariri, ainda em 1670. É importante notar que a distância entre Boqueirão e Barra de Santana⁴⁶, os antigos Carnoió e Barra de Bodocongó, é de algo em torno de vinte quilômetros, irrisórios se pensarmos nas grandes distâncias que eram percorridas a pé, de cavalo ou mula nos idos de setecentos. Portanto, a Barra do Bodocongó já deveria ter sido desbravada por entradistas antes mesmo da fundação de Campina Grande e, se permitirem lançar uma tese, é possível, senão provável, que o rio Bodocongó tenha sido o caminho natural percorrido pelos primeiros colonizadores que chegaram à grande campina.

Mas foi apenas na segunda metade do século dezoito que a ocupação do Rio Bodocongó se intensificou, e é justamente nesse período que temos seu nome registrado em algumas datas de sesmarias. Na medida em que o tempo passava, mais locais rio acima eram ocupados. Vamos, então, incluir no *hall* de fontes uma descrição da região dos Cariris Velhos, do ano de 1757, copiado do original da Torre do Tombo em Lisboa, por Irineu Pinto⁴⁷, e publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que corrobora a assertiva.

[...] tornando ao Rio Paraíba no sítio chamado Paraibinha faz barra no dito Rio um Riacho chamado Bodocongó e da Barra do Riacho para cima duas léguas está o sítio do próprio nome do Riacho e daí correndo correndo pelo mesmo Riacho acima uma légua está o sítio chamado Bodopitá e daí duas léguas está o sítio chamado S.Pedro; e daí quatro léguas está o sítio do Buraco que é o último sítio dêste Riacho. E para parte da mão direita dêste Riacho está o sítio e Missão de Campina Grande situado em uma légua [...]⁴⁸

Levando em conta essa descrição, é possível afirmarmos que ainda não havia surgido a Fazenda Bodocongó, temática que iremos tratar no próximo tópico. Mas, se não havia ainda

⁴⁵ SOUZA, 2016, pág. 17

⁴⁶ A então povoação de Bodocongó foi administrada pela Câmara da Vila Nova da Rainha até o ano de 1833.

⁴⁷ Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

⁴⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, volume 12, 1953, pág. 12

uma fazenda adotando o nome do rio, essa descrição deixa clara a existência de um Sítio Bodocongó: “da Barra do Riacho para cima duas léguas está **o sítio do próprio nome do Riacho**”. Em nenhum outro momento da nossa pesquisa, encontramos referência a esse Sítio Bodocongó, localizado a algo em torno de doze ou treze quilômetros acima da confluência com o Rio Paraíba. Pode ter tido uma vida pretérita, efêmera, ou simplesmente seus registros históricos desapareceram ou não foram por nós encontrados.

O primeiro sítio descrito (talvez não em termos de antiguidade, mas de localização) ficava justamente na barra, no encontro do Rio Bodocongó com o Rio Paraíba, e se chamava “Paraibinha”. Até os dias atuais, existe um sítio de mesmo nome em Barra de Santana, mas não podemos afirmar que se trata exatamente do sítio citado no documento histórico. Mas fica a pergunta: teria sido essa propriedade a origem da atual cidade de Barra de Santana?

O chamado sítio do Buraco seria o último local efetivamente ocupado nas margens do Rio Bodocongó (note-se que o documento fala em riacho, e não rio), por volta de 1757, e se localizava a uma légua⁴⁹ distante de Campina Grande. Por essa descrição, chegamos a pensar que o sítio do Buraco corresponderia à fazenda Bodocongó, mas outros documentos mostram que foram propriedades diferentes, mas, ao que tudo indica, próximas ou mesmo “vizinhas”⁵⁰.

Vale a pena socializarmos alguns antigos topônimos encontrados nas datas de sesmarias que se referem às terras da ribeira do Bodocongó ou das vizinhanças de Campina Grande: serra Bodopitá (1702), Sítio das Queimadas (1712), sesmaria indígena (Bultrins) do Genipapo (1714), Bodocongó (1749), sítio Lucas (1776), São Januário e Cuité (1781)⁵¹, Ligeiro (1792).

As sesmarias nas cercanias de Campina Grande foram utilizadas normalmente para criação de gado e/ou produção de alimentos para a pequena população vivente na época. O próprio topônimo “Queimadas”, que dá nome à atual cidade, exemplo que já demos anteriormente, surgiu a partir da prática de atear fogo na mata antes de proceder ao plantio. A cidade de Queimadas fica na serra de Bodopitá, formação geográfica essa que se prolonga de leste para oeste, até encostar no Rio Bodocongó, na zona rural do referido município.

Se nesses documentos encontramos capítulos da história da colonização da Paraíba, o que eles nos revelam especificamente sobre os indígenas da (ou na) ribeira do Bodocongó?

⁴⁹ Uma légua equivale aproximadamente 6.600 metros

⁵⁰ Ver a sesmaria de 13 de março de 1781, contida no livro de TAVARES, 1982, pág. 394.

⁵¹ Duas solicitações de sesmaria muito interessantes, referentes à mesma terra na região à noroeste de Campina Grande, e inclui uma série de olhos d’água e riachos que correm para o Rio Bodocongó: “[...] lagoas das Tabocas e do Coité, da Caissara, dos olhos d’água chamados Genipapinho, olho d’água dos Veados, da Sammambaia, o logar chique-chique, riacho S. Januario, lagoa do Mudo, riacho da Arara, que tudo bota no riacho Bodocongó.” TAVARES, 1982, págs. 394-396

Um requerimento datado de 1767, pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa⁵², informa-nos cabalmente/textualmente que, primeiro, havia indígenas vivendo ou transitando pela ribeira do Bodocongó e, segundo, que esses foram perseguidos pelos primeiros colonizadores do local. Esse requerimento para a demarcação das terras da aldeia de Campina Grande foi assinado por João Pereira de Oliveira, “[...] filho legítimo de Antônio de Oliveira Ledo, e sua mãe Izabel Pereyra [...]”, que deve ter feito as afirmações contidas no referido documento com base na memória familiar e coletiva da época. Em sua argumentação, herdou essas terras de “[...] criar gado no certão do cariry, no lugar chamado Campina Grande, Bodocongó [...]” devido ao fato de sua família as ter merecido “[...] em remuneração dos serviços que fez a Real coroa, metendo o gentio bárbaro, **daquella e mais ribeiras**, as expensas de sua fazenda, e mayor risco de vida [...]” (grifo nosso). Afirma, ainda, que a família dispensou dois tratamentos distintos aos indígenas, “[...] dando guerra aos bárbaros, e aparentando aos mais, como fez (?) por antonomasia Cavalcantes, acomodando os nas suas proprias terras [...]”.

A referência aos indígenas parece remeter ao primeiro momento de conquista da terra e às “Guerras Bárbaras”. É possível perceber que, na segunda metade do século XVIII, o imaginário coletivo e a memória familiar dos conquistadores continuava permeada por lembranças dos tempos da conquista e das lutas contra os indígenas. Na época, considerados pelos colonos brancos como empreendimentos carregados de honra e mérito, a expulsão dos indígenas da ribeira do Bodocongó e de outras ribeiras, por exemplo, foi certamente narrada de geração para geração, e até transcrita em documentos oficiais, servindo, nestes, como atestado de merecimento para o recebimento de sesmarias.

A íntegra desse documento traz um conjunto de informações bem interessantes, como o fato de as terras de Bodocongó serem descritas atreladas à Campina Grande, formando uma só sesmaria. Como veremos a seguir, no tópico sobre a fazenda Bodocongó, essa pode ter sido uma estratégia que os herdeiros da família Oliveira Ledo usaram para garantir um pedaço maior de terra, pois, neste momento da história, o tamanho das sesmarias já estava sendo limitado; as fontes indicam que, na década de 1760, pode ter havido uma disputa pelas terras anexas à Campina Grande, mais precisamente no Rio Bodocongó. Da sua leitura, é possível depreender, também, que os primeiros colonizadores que chegaram à região de Campina Grande podem ter usado a ribeira do Bodocongó, ou partes dela, como um verdadeiro “caminho de ribeira”.

⁵² Resposta ao requerimento de João Pereira de Oliveira solicitando mandar demarcar a terra da aldeia de Campina Grande (17 de fevereiro de 1767). Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br).

Conforme mencionado anteriormente, eles deram dois tratamentos aos indígenas, perseguindo uns grupos, expulsando-os das ribeiras e aldeando outros, como os Cavalcantes⁵³, dentro de um jogo de articulações e exercício de poder bem-organizado. É interessante notar que foram estabelecidos alguns laços de parentesco entre os colonos e esse grupo de indígenas, já que encontramos, no documento, a expressão “aparentando aos mais”, que se refere, justamente, aos Cavalcantes. Receber um nome aporuguesado é um ato simbólico de extrema profundidade, marcando, também, uma transição de organização social.

Dois grupos principais fizeram parte desse aldeamento de Campina Grande, que, com o passar do tempo, foi se constituindo como povoado: os Cariris-Bultrins e os Tarairiús-Ariús. Compunham eles a mão de obra para construção das primeiras casas de taipa, dando início à primeira rua, como já fizemos ver anteriormente. Esses dois grupos iniciais podem ter se integrado e, mutuamente, diluído na alcunha de Cavalcantes.

Sobre esse processo de miscigenação no sertão paraibano, se, por um lado, podemos falar que “O povoamento da região ficou a cargo dos colonos que eram mamelucos, resultantes de cruzamento do branco com o índio, mais amplo que o cafuso, proveniente de mistura do índio com o negro e também aí encontrado”⁵⁴, por outro, numa visão mais crítica, devemos reforçar que

A legislação colonialista foi implacável, no século XVIII, para exterminar os índios rebeldes e submetê-los à produção de subsistência. Os índios foram obrigados a virar camponeses, um verdadeiro etnocídio. Os Cariri da Paraíba entraram também em miscigenação obrigatória, com suas terras sendo expropriadas. [...]⁵⁵

Os Bultrins, aldeados em Campina Grande, também acabaram virando camponeses, numa marcante mudança de regime econômico e estilo de vida. Em sua aldeia “[...] sempre cultivarao com suas plantas e legumes para sua sustentação”⁵⁶ e também criavam gado “vaccuns e cavallares”. Vale notar a diferenciação feita entre os cultivos tradicionais indígenas, descritos como “suas plantas” e, possivelmente, os novos vegetais trazidos com a colonização, reconhecidos como “legumes”.

⁵³ É bastante complexo o estudo dos troncos linguísticos, nações e tribos indígenas. Uma mesma tribo pode ter recebido variados nomes ao longo da história e raramente, ou nunca, ficamos sabendo como os próprios indígenas se auto denominavam. Uma prática comum era usar o nome português, adotado pelo chefe, como o nome da tribo em geral.

⁵⁴ MELO, 1997, pág. 81

⁵⁵ CAMILO DE MELO, 2008, pág. 31

⁵⁶ Resposta ao requerimento de João Pereira de Oliveira solicitando mandar demarcar a terra da aldeia de Campina Grande (17 de fevereiro de 1767). Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br).

Uma última reflexão sobre os processos de “aparentamento”, miscigenação ou “miscigenação obrigatória”, e a formação da sociedade setecentista na região circunvizinha à Campina Grande!

Temos um estudo bem interessante que pode contribuir com o nosso entendimento sobre a sociedade de então: a partir de análises qualitativas e quantitativas sobre as informações registradas no livro de batizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora⁵⁷, dos anos de 1773 a 1784, Tarcízio Dinoá Medeiros traçou um panorama das relações interétnicas e intrafamiliares da região. Alguns personagens, com ou sem nome, surgem das páginas desse livro. Ficamos sabendo, por exemplo, que, “No princípio da ocupação do solo, até mais ou menos a metade do século XVIII, a população recebia, constantemente, novo sangue: eram rapazes de Portugal, eram de Pernambuco, eram da Capitania da Paraíba mesmo.”⁵⁸ Tudo indica que esse ciclo migratório de portugueses diminuiu na segunda metade do século, e que outro processo se impõe: os matrimônios intrafamiliares marcaram a sociedade e ajudaram na “preservação” da linhagem das famílias.

No já referido livro de batizados, temos o registro de 528 (quinhentas e vinte e oito) crianças que foram levadas “[...] a exorcismo batismal, das quais o Padre anotou a raça ou a cor de quatrocentas e cinquenta e três”⁵⁹, sendo 151 brancas, 18 índias, 12 negras (filhas de pelo menos um pai/mãe alforriado, pois os filhos de escravos tinham um livro de registro próprio), 235 pardas, 16 cabras, 8 mestiças, 5 mamelucas, 4 crioulas, 1 curiboca e 1 mulata. Algumas dessas crianças indígenas receberam o batismo em oratórios, nas fazendas.

1.3. A FAZENDA

Estamos em 1762, e três solicitações de sesmarias nos chamam a atenção, duas delas de uma mesma família, e outra, de um “estranho no ninho”.

Por um lado, Antonio de Oliveira Ledo solicitou em abril desse ano “[...] tres legoas de comprimento e uma de largura, tendo seo principio, onde findarem as terras que tem pedido seu pai Francisco Pereira de Oliveira pelo riacho do Bodocongó acima á entestar com terras do reverendo doutor Francisco Xavier de Oliveira [...]”⁶⁰, e o próprio Francisco Pereira de Oliveira, também em abril, solicitou “[...] tres legoas de terras de comprimento e uma de largo, tendo estas seos principios no lugar do poço chamado da Serrinha pelo rio Bodocongó acima [...] a

⁵⁷ Atual São João do Cariri.

⁵⁸ MEDEIROS, 1990, pág. 16

⁵⁹ MEDEIROS, 1990, pág. 45

⁶⁰ TAVARES, 1982, pág. 304

intestar da parte do sul com terras que foram do defunto Antonio de Oliveira Ledo⁶¹”. É possível ver que a família Oliveira Ledo, anos após o falecimento dos primeiros pioneiros, ainda conseguiu manter grandes extensões de terras na ribeira do Bodocongó, e que pretendiam, ainda, ampliar suas fazendas para melhor acomodarem seus gados “*vaccum e cavallar*” e, possivelmente, alguma produção de alimentos, como a farinha.

Do outro lado, o contendedor, no mesmo longínquo ano de 1762, no mesmo mês, o Reverendo Padre Domingos da Cunha Figueiredo, que afirmou, em sua solicitação de sesmaria, que os Oliveiras e seus herdeiros sempre queriam ter direito às “[...]terras que não são suas até com o titulo injusto de uma capella fundada sem as circunstancias necessárias para seo valimento [...]”⁶² Essa questão em torno da terra registrou, nesse episódio, uma “vantagem” para Cunha Figueiredo, pois, sendo ele próprio o padre, o argumento de que a capela não tinha validade era providencial: o outro lado havia fundado uma capela, elemento simbólico essencial da união do material e espiritual no processo de interiorização da colonização na Paraíba, uma verdadeira cruzada para alguns, mas o reverendo, por seu lado, fez uso da prerrogativa de sua função eclesiástica para afirmar que os herdeiros da família Oliveira não teriam direito às terras, pois a fundação da capela não seguiu os devidos protocolos. Evocou a Igreja e usou do discurso de autoridade para referendar seu pedido sobre as terras que, depois, viriam a ser a Fazenda Bodocongó histórica. Também corroborou sua argumentação afirmando que as sesmarias de tamanho excessivo haviam sido abolidas. Assim, além de cuidar de um rebanho de almas, necessitava, agora, de terras para engordar os seus rebanhos de *vaccum e cavallares*.

Seria essa a primeira “disputa jurídica” de terras nas imediações do sítio de Campina Grande, mais exatamente em torno das terras banhadas pelo Riacho Bodocongó? Vê-se que havia uma insatisfação quanto ao tamanho das terras que a família Oliveira Ledo, tradicionais desbravadores das terras de Campina Grande, possuíam ou pretendiam possuir. Todas as três sesmarias foram concedidas conforme solicitado, o que deve ter gerado uma sobreposição de direito entre algumas parcelas da terra, que não sabemos, ao certo, como foi resolvida, se legalmente ou se foram “às vias de fato”⁶³. A argumentação presente na sesmaria de 1767, já apresentada anteriormente e que atrela as terras de Bodocongó a Campina Grande, é mais um exemplo dessa tentativa de legitimação sobre as propriedades com base em algo como “o direito do desbravador”.

⁶¹ TAVARES, 1982, pág. 305

⁶² TAVARES, 1982, pág. 304

⁶³ Acreditamos que os Processos de Inventários pertencentes ao Arquivo do Fórum Afonso Campos (1765-1860), hoje sob guarda do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local (NUPEHL-UEPB), podem elucidar muitas questões sobre essas disputas em torno da Fazenda Bodocongó.

O certo é que, nas solicitações para concessão de sesmarias nos anos seguintes, o “sítio Bodocongó” era tido como de propriedade do padre Domingos da Cunha Figueiredo: encontramos essa referência em sesmarias concedidas em 1776, 1781 e 1792. Entretanto, nesse intervalo, encontramos o nosso personagem padre em outro local: “Em 1782 [...] Padre Filgueira teria já abandonado suas terras em virtude de atritos com a família OLIVEIRA LEDO. Nesse ano havia se mudado para AREIA, onde recebera sesmaria.”⁶⁴ De fato, já em janeiro desse ano, encontramos o “Reverendo Padre Domingos da C. Figueira” morando no Brejo de Areia e se aventurando na descoberta de novas terras devolutas⁶⁵. Mas o que teria ocorrido, de fato, com ele e sua fazenda?

Uma pequena digressão sobre a sesmaria já citada de 1781: ela foi concedida para o alferes Jacyntho Pereira do Prado “como administrador de sua filha”, Agostinha Maria de Jezuz, e se refere às terras ao norte do Rio Bodocongó. O destaque é para a referência à São Januário, que, nos dias atuais, faz parte do chamado Novo Bodocongó, e outros topônimos interessantes: “[...] ficando dentro da compreensão da data as lagôas das Tabocas e do Cuité, da Caiçara, dos olhos d’agua chamados Genipapinho, olho d’agua dos Veados, olho d’agua da Samanbaia, o lugar do Xique-xique riacho chamado do S. Januario, lagôa chamada do mudo e riacho chamado da Arara que tudo bota no riacho chamado Bodocongó [...]”⁶⁶ Essa descrição das “lagôas”, olhos d’água e riachos, “que tudo bota” no Rio Bodocongó, nos faz pensar no tipo de bioma existente por aí, numa região de transição da caatinga para uma vegetação de maior porte, iniciando o brejo. Uma terra boa para “[...] nelle crear seos gados **vaccum** e **cavallar** e mais **creações miúdas** e justamente por suas **plantações**.”⁶⁷ (grifo nosso). Por sinal, uma terra que poderia ser bem acolhedora e promissora, já que serviria para pecuária e agricultura.

Assim, fechamos a cortina do século dezoito, com um padre migrante que preferiu desbravar as terras de clima ameno do brejo e acabou por deixar (a contragosto?) a Fazenda Bodocongó abandonada. É importante lembrar que, em 1790, Campina Grande foi elevada à categoria de vila, recebendo, então, a denominação de Vila Nova da Rainha, em homenagem à rainha Dona Maria I, “a Louca”, mãe de Dom João.

E, desta forma, abrimos novamente a cortina, mas já no século dezenove, com as terras da ribeira do Bodocongó em geral continuando valorizadas, pois eram boas para “[...] crear gados e plantar lavouras [...]”.⁶⁸ Mas, talvez, mais interessantes, ainda, eram as terras da antiga

⁶⁴ Revista “Campina – Século e Meio”, 2014, pág. 29

⁶⁵ Ver TAVARES, 1982, pág. 399

⁶⁶ TAVARES, 1982, pág. 395

⁶⁷ Idem

⁶⁸ TAVARES, 1982, pág. 491

Fazenda Bodocongó, em específico, que, além de fazerem parte de uma ribeira, também estavam próximas a uma importante estrada e anexas à Campina Grande. Não ficariam despercebidas, e, logo no alvorecer do século dezenove, voltariam a ser desejadas.

A vida no interior da Paraíba, no início do século dezenove, continuava tão rústica, tão simples e tão desprovida de bens materiais quanto cem anos antes. Campina Grande ainda era uma pequena cidade (daquelas que vemos em filmes de faroeste ou do cinema novo), porém movimentada, pois era por onde passavam os principais caminhos e “estradas” do interior, e também possuía uma feira atrativa para uma diversificada “fauna” humana. É possível reconstruirmos mentalmente esse cenário, e uma cena, em específico, por demasiado surreal para os olhos do presente, ocorrida nos idos de 1804: um grupo de tropeiros passando pela cidade, transportando algodão e couros... e, logo atrás, alguns indivíduos carregando uma pequena onça que foi capturada no alto sertão, que, por sua vez, apenas passava pela então Vila Nova da Rainha com destino à capital da província e que, depois, precisou ser remetida para Pernambuco, pois, por aqui, não havia embarcações de saída para Portugal, destino final dessa “onça pequena fera”, presente para “Sua Alteza Real o Príncipe Regente e Novo Senhor”, Dom João VI.⁶⁹ Em tempo: Não sabemos, ao certo, que fim teve a oncinha, mas, se sobreviveu à viagem transatlântica e viveu em algum palácio de Lisboa, logo mudou de dono, pois, alguns anos depois de sua possível chegada a Portugal, as tropas Napoleônicas chegaram de fato e com certeza, com faca e fogo, fazendo a corte portuguesa mudar às pressas para o Novo Mundo.

Um dos documentos mais impressionantes a que tivemos acesso durante nossa pesquisa nasceu neste contexto, no mesmo ano de 1804: uma solicitação de data de sesmaria que narra as décadas iniciais da história da Fazenda Bodocongó, inclusive as disputas legais pela propriedade da terra. Nesse ano, Manuel da Fonseca Galvão, Pedro de Barros Cavalcanti, Antonia Pessoa Cavalcanti e Maria Manuela do Sacramento, “[...] o primeiro morador no Engenho Santo Antonio da Paraíba e os tres no termo da Villa Nova da Rainha do Cariri de Fora”⁷⁰, enviaram petição, por escrito, para Luiz da Motta Feo “Fidalgo Cavaleiro, Chefe de Divisão da Armada Real, Comandante da Primeira Divisão da Brigada Real da Marinha, Governador da Capitania da Paraíba do Norte” e, no momento, a pessoa que poderia representar o rei e conceder, para esses novos donos, a antiga sesmaria de Domingos da Cunha Figueira,

⁶⁹ Ofício do [governador da Paraíba] Luís da Mota Fêo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo uma onça, que se encontrou nos sertões, para presentear o príncipe regente [D. João]. 20 de Julho de 1804. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br).

⁷⁰ Requerimento de Manuel da Fonseca Galvão, Pedro de Barros Cavalcanti, Antonia Pessoa Cavalcanti e Maria Manuela do Sacramento, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação da carta de sesmaria localizada no riacho do Bodocongó, sertão do Cariri. (09 de Maio de 1806 – o documento consultado é, na verdade, de data anterior). Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br).

terras que foram inicialmente ocupadas mas que já estavam devolutas e desaproveitadas faziam algumas décadas. Quando o “Reverendo Sesmeiro” recebeu as terras solicitadas, as

[...] povoou com casas, currais, e teve pessoas no mesmo sitio por tempo de nove ou dez annos (?), deixou o reverendo sesmeiro a povoação e todos os seus colonos de sorte que cahirão as casas, e todos os mais edificios que se havião firmado, ficando toda a terra do seu título sem exercício e povoação, e se acha a mais de vinte annos desaproveitadas, alem deque o Reverendo sesmeiro não confirmou, nem demarcou, e nem tomou posse judicial, que na forma das Reaes ordens se devem conceder por nova graça.⁷¹

Esse documento confirma as informações presentes no conjunto das outras fontes pesquisadas, como a mudança do Revendo para o Brejo de Areia e o abandono da primeira Fazenda Bodocongó. Essas primeiras casas no oeste de Campina Grande que, se acreditarmos no texto, tiveram uma década de duração, acabaram por ruir, assim como “todos os mais edificios”, que supomos serem alguns currais, cercamentos ou outras construções de apoio. Assim como as casas, os colonos também foram abandonados e, talvez, tenham rumado para novas paragens, ou mesmo continuado a viver nessas terras. Sobre eles não temos maiores informações. Mas o Reverendo, ao que tudo indica, deve ter morrido pouco tempo após aquela solicitação de nova sesmaria do Brejo de Areia. E, não estando vivo e nem tendo deixado herdeiros, deixou o caminho livre para a nova doação.

Alguns elementos do discurso jurídico estão presentes nesta sesmaria, como os argumentos de que o “reverendo não confirmou, nem demarcou, e nem tomou posse judicial”, ou o trecho que confirma a seção da terra “não prejudicando a terceiro legítimo o que pedem os suplicantes”. Só essa questão das leis em torno da posse da terra, ou sobre o uso e domínio da argumentação jurídica por parte dos pretendentes a sesmeiros, merece um trabalho de pesquisa. Por isso, iremos seguir com nossa dissertação. Alguns detalhes, porém, chamaram nossa atenção e merecem citação: primeiro que, pelas leis da época, o recebedor das sesmarias não teria direito sobre as estradas, ribeiras, minas, pedreiras, ou mesmo sobre as matas que possuíssem madeiras boas para construção. Também era exigida a instalação de criatórios ou abertura de lavouras, pois esse tipo de povoamento seria bom para a “Real Fazenda” e para o comércio público, ou seja, bom para a economia colonial.

⁷¹ Requerimento de Manuel da Fonseca Galvão, Pedro de Barros Cavalcanti, Antonia Pessoa Cavalcanti e Maria Manuela do Sacramento, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação da carta de sesmaria localizada no riacho do Bodocongó, sertão do Cariri. (09 de Maio de 1806 – o documento consultado é, na verdade, de data anterior). Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa Disponível na Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.resgate.bn.br).

Por fim, chamou-nos atenção o nome de dois solicitantes: Pedro de Barros Cavalcanti e Antonia Pessoa Cavalcanti. Seriam da família mestiço-indígena “Cavalcanti”, que já citamos anteriormente?

Não sabemos qual foi o caminho legal percorrido pela Fazenda Bodocongó, durante boa parte do século dezenove, partindo dos “novos sesmeiros” até quando o conhecido Irenêo Joffily tomou posse da mesma. Para preencher algumas lacunas sobre essa história da estrutura fundiária e ocupação das terras à oeste de Campina Grande, um conjunto arquivístico é de vital importância: o acervo de inventários seculares da Terceira Vara Cível do Fórum Afonso Campos, da comarca de Campina Grande, referentes aos anos de 1765 a 1860. No momento, esse material está passando por um processo de digitalização sob responsabilidade do NUPEHL/UEPB, e não foi possível, durante todo o processo de pesquisa e escrita da presente dissertação, termos acesso a ele. Com o acervo, talvez pudéssemos conhecer a sequência de herdeiros e donos da Fazenda Bodocongó, possíveis desmembramentos e disputas, bem como tomar ciência de uma infinidade de outras histórias interessantes que, por força maior, ficarão de fora deste trabalho dissertativo, mas que poderão fazer parte de futura publicação.

Ainda sobre esse período, se, por um lado, ocorreu essa falta de acesso a alguns documentos oficiais escritos, por outro, tivemos o prazer de encontrar a primeira imagem de alguma casa, edificação ou assentamento no local tratado, eternizada no “Mappa das principaes vias de comunicação da província da Parahyba”, de 1858; por sua importância, apresentaremos esse mapa em tópico específico.

Por volta de 1867 ou 1868, “Depois de casado, Joffily passou a residir, definitivamente, em Campina Grande, com uma casa no centro da cidade e um sítio em Bodocongó⁷², local bem próximo,”⁷³ Para alguns, o primeiro historiador de Campina Grande, para outros, o primeiro sociólogo, Irenêo Joffily, verdadeiro cronista do sertão, formado em direito, viveu, por muitos anos, entre sua casa na cidade, uma das maiores, e sua propriedade na zona rural. O “abolicionista” Irenêo Joffily, entre idas e vindas, de uma propriedade para outra, certamente trouxe consigo, para seu refúgio, em Bodocongó, suas outras propriedades: duas escravas que possuía sob sua matrícula, ainda em fins de 1880⁷⁴ – talvez as últimas pessoas legalmente escravizadas que tenham pisado ou trabalhado de alguma forma na ribeira do Bodocongó.

⁷² Em ALMEIDA (1962, págs. 177-178) temos a afirmação de que a propriedade de Bodocongó era de Galdino José de Farias (por volta de 1877-1880), proprietário que teria inclusive recebido “[...] reprodutores ovinos, da raça merinó, para melhoria de seus rebanhos”.

⁷³ JOFFILY, 1977, pág. 20

⁷⁴ SILVA FILHO, 2005, pág. 76-77. Informa ainda que em 1880 existiam na província 25.595 escravos, dos quais 1.130 no município de Campina Grande.

Viveu da cidade para o campo, e vice-versa, quando, nos primeiros anos da República, entrou em atrito severo com poderosos chefes políticos do estado e da cidade, acusando-os de tudo, inclusive de serem omissos quanto ao roubo de madeira de sua propriedade, em Bodocongó. Essa disputa se estendeu até que, “Pelo que ainda ouvi contar, e deve constar nos livros do cartório, foi expedido mandado de prisão contra Joffily. Certa noite, foi acordado por amigos, no sítio de Bodocongó: ‘fuja, que a tropa vem prendê-lo’”.⁷⁵ Depois do episódio, exilou-se, por um tempo, na Capital Federal, e procurou, a partir de então, dedicar-se mais à pesquisa do que ao embate político. Faleceu em Campina Grande, em 1902!

Apesar de algumas lacunas na nossa história, fruto mesmo do extenso recorte temporal por nós adotado, o início da Fazenda Bodocongó ficou registrado nos documentos oficiais, como já fizemos ver, e o final dessa história ficou marcado na memória da última família dona dessa propriedade e na dos habitantes da região:

A Fazenda Bodocongó foi comprada nos anos 1920 pelo avô Vicente Correia aos familiares de Irineu Jóffily. Com a morte do senhor Vicente em 1927, a fazenda foi herdada por Dinamérica Alves Correia do Monte (a “Dona Merquinha”)[...]. Na época aquela área era chamada popularmente de “Mata de Dona Merquinha”, apelido que vingou até o final da década de 1970. Na década seguinte, Roberto fundou a Empreendimentos Vicente Correia Ltda. e idealizou e lançou os loteamentos Dinamérica I, II e III, dando origem à urbanização daquela grande área da zona oeste da cidade, **hoje denominado bairro Dinamérica.**⁷⁶ (grifo nosso)

Não iremos adentrar nesse processo de urbanização posterior de Campina Grande, já na metade do século vinte, mas fica o registro de mais esse setor da cidade, cuja urbanização tem relação com a ribeira do Bodocongó: o atual bairro do Dinamérica. Além do recorte temporal extrapolar nosso limite (já demasiadamente expandido), também não optamos por trabalhar com os meandros da memória individual e coletiva. Deixamos essa história recente para historiadores mais capacitados na ciência e arte da história oral.

⁷⁵ Apresentação de Geraldo Irenê Joffily, IN: JOFFILY, 1977, pág. 56

⁷⁶ Revista Campina – Século e Meio, volume 03, Campina Grande: Junho 2015, págs. 12 e 13

1.4. TODOS OS CAMINHOS LEVAM PARA CAMPINA GRANDE

Desde que a oncinha de D. João VI passou pela Vila Nova da Rainha vinda do sertão, no mesmo início de século em que a Fazenda Bodocongó foi solicitada por novos sesmeiros, até metade do século dezanove, poucas mudanças ocorreram na economia e sociedade do interior paraibano. Mas Campina Grande continuava como um ponto de passagem e encontro, para onde confluíam importantes estradas por onde passavam, além de animais inusitados, como uma “onça pequena fera”, também uma diversidade de tipos sociais, costumes e produtos materiais.

Encravada no agreste, circundada por fazendas de gado e lavouras de subsistência, **foi lentamente evoluindo o incipiente aldeamento**. A conjugação fazenda-lavoura fomentou a feira de gado e de cereais. **Daí, o embrião do agregado, mais tarde povoado, vila e importante cidade do interior paraibano**. Para Campina Grande convergiram, inicialmente, colonos que “requeriam datas de sesmarias para instalar currais e cultivar a agricultura”. Em cada área específica cultivou-se o milho, o feijão, o arroz etc. [...]

O modesto aglomerado acolhia “o forasteiro pobre”, o mercador de cereais, o aventureiro e mais negociantes, “traficantes e jogadores, vagabundos e viciados, tropeiros e tangerinos de boiadas” [...]

Este fluxo de “marginalizados” começou naturalmente a crescer [...]. Durante o espaço de tempo de mais de um século e meio, esta gente identificou-se com os segredos do mercadejar nas feiras, numa contínua interação com matutos, sitianteiros, moradores, agregados e sertanejos. Neste comércio havia pouca circulação monetária. Não obstante, era de singular importância para Campina Grande, pelo volume dos negócios realizados nas feiras com gado e produtos agrícolas, notadamente o da farinha de mandioca.⁷⁷ (**grifo nosso**)

Dada sua perfeita localização geográfica, na confluência de distintas zonas climáticas e em ponto central do território paraibano, Campina Grande se tornou um centro convergente da economia interiorana. As terras ao norte da cidade sempre foram boas para o plantio, assim como algumas ao sul, a exemplo da Serra do Bodopitá; nas demais, o gado dominava o cenário. Na feira, por demasiado animada, além dos produtos de maior venda, como milho, feijão, farinha, carne seca e rapadura, também eram negociados couro de bode e de outros tipos, carnes verdes, arroz e aguardente. Não deixemos de falar na feira de gado, onde se negociavam exemplares vivos trazidos pela estrada do Seridó e do Sertão/Espinharas, essa última mais movimentada. Podemos dizer que todos os caminhos e produtos seguiam para (ou por) Campina!

⁷⁷ GURJÃO, 2000, pág. 18-19

Vemos, claramente, três estradas principais: uma que saía para a zona litorânea, começando ao lado da antiga Rua das Barrocas (atual Rua Vila Nova da Rainha), pegando em seguida um sentido leste/nordeste, passando, então, pelo Marinho, e, depois, por outras localidades, como Cafula, até chegar no Riachão do Bacamarte e nas vilas de Ingá e Pilar e por diante; a outra, rumando em direção ao brejo, começando a nordeste da Igreja Matriz, passando, então, por Jenipapo (acredito que esteja se referindo ao local da atual cidade de Lagoa Seca), vila de Alagoa Nova e cidade de Areia, daí se bifurcando; por fim, a estrada que talvez mais nos interesse parte para oeste/sudoeste, começando próximo ao que acreditamos ser o Mercado Velho de Baltazar Luna⁷⁹, passando, então, por Bodocongó, Fazendas Lucas e Logradouro, até chegar em Boa Vista, no Cariri, de onde se bifurcava.

Uma pequena observação sobre o Marinho, à leste/nordeste da cidade: sabemos que, por muitos anos, era lá que funcionava a feira de gado, “[...] muito movimentada, sendo talvez a maior da província”⁸⁰ e, ao que tudo indica, por suas formas e disposições, as estruturas apresentadas no mapa são justamente currais e, talvez, algumas casas. Assim, é possível imaginarmos a cena semanal das boiadas chegando do sertão, com centenas de bois cruzando todo “o centro” da cidade, levantando muita poeira ao som dos mugidos e também dos gritos dos tangerinos, para só depois chegarem à feira do Marinho. Nela, os animais seriam negociados e levados para os grandes mercados consumidores de Olinda e Recife.

Outros caminhos secundários são representados, como a direção para Pedras de Fogo (talvez de menor uso) e um caminho alternativo para Riachão do Bacamarte. Mas sentimos falta da tão propalada estrada do Seridó e da estrada (ou caminho) para Queimadas. Não sabemos o porquê de não terem sido inclusas no mapeamento realizado pelos engenheiros prussianos, mas a existência delas nesse período já era dada como certa, e era justamente próximo ao Mercado de Baltazar Luna que “[...] bifurcavam-se as estradas do Seridó e das Queimadas.”⁸¹ Com base nessa informação e em uma análise mais atenta da planta baixa da cidade representada pelo mapa, percebemos que, se, por um lado, não havia representação exata dessas estradas, por outro, é possível perceber dois detalhes interessantes: primeiro, existe uma abertura entre as edificações por trás do mercado citado, abertura essa destacada por uma quase discreta tinta branca, que rumava em sentido sudoeste, fazendo-nos crer que seria justamente por aí que se pegava a estrada para Queimadas; segundo, de frente para o mercado, é possível ver o

⁷⁹ O chamado Mercado Velho de Baltazar Luna foi construído por volta de 1826, passando a ser ponto o principal de aglomeração de feirantes por pelo menos quatro décadas. Foi demolido no início da década de 1920 para dar espaço ao Grupo Escolar Solon de Lucena, sendo posteriormente ocupado pela Universidade Estadual da Paraíba (Reitoria) e depois pelo Museu de Artes Assis Chateaubriand.

⁸⁰ CÂMARA, 1998, pág. 38.

⁸¹ CÂMARA, 1998, pág. 37

surgimento de uma rua (possivelmente a futura Rua do Seridó, hoje Maciel Pinheiro), sendo que essa incipiente rua não segue o alinhamento do mercado, impedindo os transeuntes de seguirem em linha reta, talvez direcionando-os justamente para a estrada do Seridó, que não adentrava na cidade nessa época.

Pouco mais de século e meio depois da oficialização da aldeia indígena, o limite urbano da vila ainda respeitava o contorno natural da colina, com uma forma quase circular que também servia perfeitamente para a confluência de diversas estradas e caminhos dos mais variados cantos da província. Poderíamos dizer que a vila seguia uma planta baixa bastante orgânica, ao redor da qual, descendo a colina, foram surgindo algumas edificações periféricas, aparentemente casas menores e dispersas entre si. Por sua vez, no alto do outeiro, algumas casas de taipa e telha já eram mais amplas e tinham pé direito alto, “[...] e denunciavam um arremedo de estilo entre jesuítico e emboaba.”⁸²

A estrada do sertão ajudou na expansão da cidade para o poente, pois vemos nitidamente edificações, de um e outro lado, seguindo essa estrada por alguns metros. Ela era a principal via de contato com o Cariri e com o Sertão: saindo da *urbes* em sentido oeste/sudoeste, cruzava após alguns quilômetros o Riacho Bodocongó, passando, depois, pela então Fazenda Lucas, Fazenda Logradouro e Cacimba Nova, até o “destino final” desse trajeto, Boa Vista. Daí prosseguiam dois ramos principais que, depois, convergiam novamente em Cacimba do Boi (atual Cacimba de Areia), e daí partia com destino a Patos.

O que mais nos interessa nesse trajeto é a Fazenda Bodocongó, distanciando-se apenas seis quilômetros da vila, no entroncamento da ribeira com a estrada! Esse ponto de encontro está claramente desenhado no mapa (observar o rio!) e, por meio desse “entroncamento”, é possível determinar a localização da fazenda. Essas novas edificações construídas a partir do século dezenove, ao que tudo indica, mantiveram-se no mesmo local até o século vinte, quando a *urbes* acabou por engolir essa área.

Parece que, em cinquenta anos, a fazenda Bodocongó teve algum desenvolvimento, pois vemos, na imagem ampliada abaixo, duas edificações seguindo o alinhamento da estrada, e outras duas perpendiculares a estas, indicando que, talvez, fossem casas e currais. Defronte essas casas e currais, passaram muitos tropeiros com suas boiadas, vindos de terras longínquas, para onde retornavam carregados com farinha e outros produtos, numa cena que se repetia por longas décadas, dentro de um cenário econômico e social pouco mutável.

⁸² CÂMARA, 2006, pág. 37.



Imagem 02 – Fazenda Bodocongó. Detalhe do “Mappa das principaes vias de communição da província da Parahyba” (1858). Acervo de mapas raros do Arquivo Nacional/RJ.

Na segunda metade do século, o contexto internacional favoreceu Campina Grande, que começou a experimentar um maior desenvolvimento econômico e a demonstrar indícios de um certo crescimento urbano. Quando se tornou cidade, a fisionomia urbana não deveria ser muito diferente daquela apresentada no mapa já tratado.

Dispunha de apenas quatro ruas, três “largos”, oito becos e cerca de trezentas casas. Contava com duas igrejas⁸³, dois açudes públicos, duas casas de mercado, um cemitério e uma cadeia, servindo também para as reuniões da Câmara. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com seu largo, dominava a colina, espalhando-se pelas vizinhanças, onde se localizavam as tradicionais feiras de gado e de cereais. Esta convivência estratégica aliava o burburinho mercantil às vozes do clero que, na maioria das vezes, do púlpito, transmitia seus sermões em prol da manutenção de velhas estruturas e ordens sociais.⁸⁴

Mas o advento do algodão como um grande produto de exportação transformou a própria história de Campina Grande. O algodão, que esteve presente de forma discreta desde o antigo processo de colonização, muitas vezes como complementação da alimentação bovina, “[...] ao longo do século XIX essa cultura foi se firmando, ao lado da cana-de-açúcar, como uma das principais fontes de riqueza da então Província. Em alguns anos, superou o quantitativo das exportações de açúcar.”⁸⁵ Foi justamente no período apontado por alguns como o “auge do algodão”, entre 1861-1865, que a Vila Nova da Rainha foi elevada à cidade, momento que corresponde exatamente à Guerra de Secessão nos Estados Unidos⁸⁶. Não foi por acaso, então, o crescimento de sua importância para a economia paraibana e campinense: um grande produtor

⁸³ Uma delas era a Igreja do Rosário, um pouco afastada da área urbanizada e margeando a estrada do sertão. Talvez ela esteja representada no mapa de 1858.

⁸⁴ GURJÃO, 2000, pág. 24

⁸⁵ MOREIRA, 1997, pág. 74

⁸⁶ A Guerra de Secessão foi uma guerra civil (1861-1865) envolvendo os estados do norte dos Estados Unidos contra os estados do sul.

de algodão estava em plena guerra civil, e a Inglaterra continuava com sua revolução industrial têxtil.

Uma nova economia estava sendo gestada na região, baseada nas mesmas estruturas sociais e de trabalho.

O desenvolvimento econômico (inclusive comercial) do período, em Campina Grande, que levou ao crescimento e desenvolvimento do núcleo urbano, não se deu em oposição aos grandes fazendeiros, e nem foram eles espectadores passivos deste processo. A elevação de Campina Grande a cidade, em 1864, não pode ser desvinculada do auge do algodão (1861-1865) na região, produto com excelente colocação, à época, no mercado externo. Como vimos, grandes fazendeiros, grandes comerciantes e bacharéis eram, quase sempre, as mesmas pessoas. E, o mais importante, seu predomínio social nascia das fazendas: da propriedade de terras, de gado e de gente.⁸⁷

Boa parte do algodão produzido no interior paraibano passava pela estrada do sertão carregada no lombo de burros, cruzando Bodocongó até Campina Grande. Mas o algodão, os burros, bois e tropeiros não eram os únicos que por aí passaram. Em 1866, temos outro engenheiro, o fiscal da Estrada de Ferro, Conde D'Eu Joaquim Nogueira Jaguaribe, que redigiu um esboço de projeto muito interessante para nós: nas proximidades do encontro entre o Riacho Bodocongó e a Estrada do Sertão, deveria ser construído um açude para abastecer as boiadas e tropas de comerciantes que passavam, servindo, também, para possibilitar o plantio nos arredores.

É na cidade de Campina Grande que se reúnem todos os marchantes da Província, do Piauí e Ceará, também vêm grandes boiadas e cavalhadas para a feira que tem lugar todas as semanas nesta importante Cidade. Rara é a feira em que não comparecem mais de 1.000 rezes que são vendidas a marchantes da Província ou de Pernambuco que ali se reúnem. (...) Com os ardentes sóis de novembro e dezembro e pela falta absoluta de água entre Taperoá e Campina Grande, na extensão de 26 léguas, o gado chega à feira tão desfigurado que, além de perder muito o seu valor, já tem acontecido morrerem rezes ao chegarem aos currais (...). Não tendo encontrado nas vizinhanças da Cidade uma localidade própria para o estabelecimento de um açude, depois de algumas explorações, encontrei a légua e meia de distância, à margem da estrada que vem do interior, no riacho Bodocongó, um ponto que é facilímo de se fechar com terra.⁸⁸

Esse projeto mostra como o riacho e a estrada já interagiam no sentido de atrair a construção de um açude que servisse para o abastecimento das boiadas antes que estas

⁸⁷ VIANNA, 2013, págs. 221-222

⁸⁸ SILVA FILHO, 2005, pág. 60-61

chegassem à feira. É importante lembrar que mais próximo da cidade já existia o “açude novo” (para nós do presente tão antigo quanto o velho!), local que também deveria servir como ponto de parada obrigatória para abastecimento de água. Não sabemos se o açude foi construído (tudo indica que não!), mas é interessante notar que esse argumento para a construção do açude em Bodocongó como uma forma de apoio às boiadas e tropeiros reaparece no século XX, quando, de fato, é executado enquanto projeto, porém um pouco mais ao norte, como veremos no capítulo seguinte.

O ousado projeto de 1866 propunha a construção, com um orçamento de “CR\$ 120.000,00” (cento e vinte mil Réis), de uma barragem de terra, argila e alvenaria de pedra (para os sangradouros), com um aterro de trinta metros de altura e trezentos de comprimento, capaz de segurar a força de “40.000.00 de metros cúbicos” de água. Essa represa teria de dez a doze quilômetros, devendo assegurar o fornecimento do líquido vital por um período de três anos de estiagem na região. Com isso, cumpriria o duplo objetivo de fornecer água para as boiadas e de “[...] proporcionar aos agricultores um terreno, que depois de refrescado pelas manações do açude, se tornará núcleo de pequenos lavradores com o que duplamente lucrará a Cidade.”⁸⁹

A segunda metade do século dezenove foi marcada por transformações no cenário internacional e nacional; Campina Grande não passou ilesa aos acontecimentos mais gerais e também presenciou mudanças importantes. Personagens como ourives, padeiros, farmacêuticos, alfaiates, professores, tipógrafos e jornaleros, escritores, engenheiros, não eram mais estranhos, e juntavam-se com outros personagens que resistiram de outrora, criando um cenário social diversificado. Novidades surgiram, marcando o advento paulatino de um novo mundo moderno, como o cosmorama⁹⁰, invencionice óptica que, em sua estreia na cidade, cobrava 200 réis por uma observada, valor igual tanto para casais como para indivíduos avulsos⁹¹. No apagar das luzes desse século, Campina Grande ainda era uma pequena cidade, mas já não era exatamente a mesma de antes. Porém, a grande guinada em sua história ocorrerá, de fato, em 1907, quando se alinham a sede do mercado internacional pelo algodão com a chegada de uma máquina de ferro, capaz de transportar rapidamente grandes cargas sobre novas estradas também de ferro: o trem!

⁸⁹ SILVA FILHO, 2005, pág. 61

⁹⁰ Dispositivo ótico de madeira (como uma câmara escura) usado para exibição ampliada de imagens que eram observadas por lentes fixadas em um ou mais orifícios.

⁹¹ Jornal Gazeta do Sertão, pág. 04, ano 01, número 11 (Campina Grande, 09/novembro/1888). Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional do Brasil.

**PEDRAS FUNDAMENTAIS DO
BAIRRO
(1915-1917)**

Variados povos pré-colombianos usavam o algodão desde os tempos antigos. Os indígenas brasileiros, por exemplo, trabalhavam com o algodão arbóreo, uma planta perene e de fibra longa, para produção de uma série de produtos, como redes, cobertores, mantas, roupas e variados utensílios domésticos; colhiam, fiavam, teciam e tingiam. Também utilizavam o algodão como fonte de alimentação e até como “arma de guerra”, ao fixarem maços de suas fibras nas pontas das flechas e atearam fogo, atacando o inimigo com um tipo de “artilharia incendiária”. Também era uma planta medicinal popular entre os indígenas.⁹²

Desde os primeiros anos da colonização portuguesa em terras brasílicas, o algodão foi utilizado para produção de roupas consumidas no mercado interno. No inverso, nas grandes cidades da colônia, as pessoas que podiam ainda preferiam comprar roupas importadas feitas de linho ou lã. Durante séculos, o plantio do algodão era realizado em pequenos roçados integrados com as habitações. “[...] Fiação e tecelagem eram feitas, domesticamente, com instrumentos rudimentares. [...] o algodão destinava-se ao consumo interno, servindo principalmente para a fabricação de panos grossos, destinados a vestir os escravos.”⁹³

No processo de interiorização da colonização nas capitanias da região que hoje conhecemos como Nordeste, o algodão também acompanhou os colonos pelos caminhos dos sertões, e servia, muitas vezes, como complemento da alimentação do gado, com caroços inteiros, na forma de torta ou em farelo.

A primeira província que conseguiu exportar uma quantidade considerável de algodão foi o Maranhão, ainda no século dezoito. O melhor momento do mercado internacional para as exportações brasileiras nesse século coincide com a guerra de independência dos Estados Unidos, cujos produtores deixaram de vender para a Inglaterra, abrindo espaço, no mercado, para novos vendedores. O fator determinante para esse contexto internacional favorável para nossas exportações se encontra na ordem macroeconômica: estava em marcha a revolução industrial em sua primeira fase, com uma insaciável demanda por matérias-primas que sustentassem o funcionamento “a pleno vapor” das indústrias inglesas. É desse período o desenvolvimento de equipamentos como a própria máquina a vapor e a descaroçadeira de algodão (1794), que separava as fibras das vagens e sementes, numa velocidade dez vezes maior que o mesmo trabalho realizado manualmente.

Outro elemento que devemos assinalar sobre esse período é que o próprio mercado interno brasileiro teve um incremento de demanda, a partir do crescimento vegetativo “natural”

⁹² O *Gossypium arboreum* tem como princípio ativo o *gossipol* que possui atividade antivirótica, anti-helmíntica, antigastrítica, diurética, etc.

⁹³ COSTA & BUENO, 2004, pág. 16

da população e, em especial, com o estabelecimento de um mercado consumidor de tecidos na região mineradora.

Já no século dezenove, a Paraíba também começou a se aventurar, com maior vigor, nas exportações do algodão, com destaque para a região interiorana. O ano de 1858 talvez tenha sido um marco nas exportações paraibanas, que cresceram vertiginosamente em relação aos anos anteriores: no período em questão, foram exportadas 190.554 arrobas⁹⁴. Neste mesmo ano, junto com as tradicionais boiadas que seguiam pelas rudimentares estradas, tropas de burros devem ter passado aos montes por Campina Grande, levando o algodão que começava a despontar como uma importante atividade econômica complementar à pecuária.

Outro marco dessa história ocorreu dois anos depois, em 1860, quando foi introduzido, no Brasil, o algodão herbáceo, na tentativa de melhorar a qualidade do produto que deveria ser exportado.

O segundo surto das exportações brasileiras, em meados do século dezenove, também se deve ao aquecimento do mercado internacional: em um primeiro momento, as Antilhas, colônia francesa, interrompe o fornecimento de algodão para a Europa devido às guerras napoleônicas; posteriormente, na segunda metade do século, a guerra de secessão nos Estados Unidos prejudica a produção desse país, abrindo, mais uma vez, espaço para as exportações brasileiras. “Em 1861, a Inglaterra importou dos Estados Unidos 714.440 fardos de algodão e, do Brasil, 66.223 fardos; em 1862, os números foram, respectivamente, 40.417 e 118.765.”⁹⁵

Além da guerra nos Estados Unidos, é importante citar que as indústrias têxteis, no mundo inteiro, estavam substituindo as demais fibras pelo algodão, abrindo ainda mais espaço no comércio internacional para essa matéria-prima.

Podemos afirmar que a produção brasileira de algodão e sua venda para o exterior sofreram muitas oscilações ao longo desses dois séculos, com altos e baixos, mas, de um modo geral, manteve uma linha de crescimento.

Especialmente ao longo do século dezenove, a Paraíba e Campina Grande foram beneficiadas pelo contexto internacional.

O crescimento abrupto da produção de algodão é patrocinado pelo capital internacional em conjunto com o capital nacional, promovendo também profundas transformações nas relações de produção no campo. Inserida nesse contexto de intenso fomento ao crescimento da produção de algodão, Campina Grande vai, paulatinamente, deixando de ser um produtor para assumir uma função eminentemente mercantil.⁹⁶

⁹⁴ PEREIRA, 2016, pág. 327

⁹⁵ COSTA & BUENO, 2004, pág. 19

⁹⁶ PEREIRA, 2016, pág. 326.

Alguns autores afirmam que a cidade de Campina Grande vivenciou um crescimento urbano desde as últimas décadas do século dezanove até começo do século vinte, enquanto que outros afirmam que a cidade quase não registrou mudanças do sentido urbanístico desde que deixou de ser vila. Mas, independentemente do aumento dos limites urbanos, da quantidade de novas ruas, prédios ou casas, o fato é que a economia da cidade cresceu com o algodão, graças aos compradores ingleses e às estradas que rumavam para Campina Grande, onde concentrava-se o comércio algodoeiro de muitas regiões do interior paraibano. O “ouro branco”, plantado no Sertão, Cariri e Seridó, era trazido para Campina Grande no lombo de burros e “[...] entregue, pelos seus produtores, em carochos e fardos de plumas para os exportadores [...]”.⁹⁷ Daqui o algodão partia principalmente para o porto de Recife, principal centro exportador do Nordeste.

Na virada do século dezanove para o vinte, a segunda revolução industrial já estava adiantada, marcada por novas fontes de energia (como o petróleo), novos meios de comunicação (como o telefone) e transporte (como o carro). A produção em larga escala, associada ao crescimento econômico das principais nações europeias (leia-se França e Inglaterra), juntamente com os avanços técnicos e científicos sem precedentes, fez com que o período ficasse conhecido como *Belle Époque*. Reinava então uma paz... porém, na Europa, essa paz era armada!

Dentre tantas descobertas realizadas e dezenas de inventos criados ao longo do século dezanove, como o cinema, a lâmpada elétrica e a metralhadora automática, uma máquina em especial “chegou pedindo passagem” e mudou o curso da história universal e da nossa história local: o trem!

O clamor em torno de uma estrada de ferro de penetração para Campina, expresso sob a forma de discursos proferidos por políticos e letrados locais, nas casas parlamentares e na imprensa, com posturas contra ou a favor, tornou-se uma constante nas duas últimas décadas do século XIX. Inaugurados os primeiros trilhos na Paraíba, fato ocorrido entre os anos de 1883 (ramais de Mulungu e Pilar) e 1884 (ramal da Independência, hoje Guarabira), colocou-se desde então a questão da “estrada de ferro de penetração” da província da Paraíba. [...] Alguns desses discursos, bastante eloquentes, apresentavam como motivo da reivindicação o fato de que a cidade era já um entreposto de trocas (nas décadas de 1880 e 1890) de grande movimentação na “estrada tronco” (estrada carroçável que atravessava a Paraíba de um extremo a outro no sentido leste-oeste) e que estaria destinada, caso alcançasse a almejada aspiração de ter uma estrada de ferro, a se tornar um empório comercial de amplitude regional.⁹⁸

⁹⁷ ARAÚJO, 2006, pág. 39

⁹⁸ ARANHA, 2006, págs. 228-229

Depois de anos de discussão, a construção da linha férrea até Campina Grande se tornou realidade, e as obras iniciadas em 1904 foram concluídas em 1907. A linha chegou atrasada em relação aos países do Norte, mas chegou no tempo para garantir uma drástica mudança na história local. A empresa, de capital inglês, encarregada de trazer o poderoso veículo de ferro, foi a *Great Western of Brazil Railway*, que explorou essa e outras ferrovias no Nordeste.

A área urbana de Campina Grande pouco cresceu ao longo de décadas, passando de algo em torno de trezentas casas, quando deixou de ser vila, para seiscentas ou setecentas, quando da chegada do trem. A partir daí, o crescimento foi sensivelmente incrementado: “Em 1907 a cidade tinha 731 casas; em 1910, 881; em 1913, 1.216; em 1916, 1.483; em 1919, 1.938; em 1922, 2.171 e em 1923 tinha 2.227.”⁹⁹ Nesse intervalo de tempo, o crescimento do número de casas chegou a quase 70%. E assim continuou, pois, já no ano de 1927, “[...] tinha Campina 3.923 casas”.¹⁰⁰

Mas a aceleração do processo de urbanização, junto com o aumento da arrecadação tributária foram apenas duas das tantas transformações anunciadas pelo trem. A chegada do novo meio de transporte, em qualquer cidade do período, representava uma abertura ao mundo: novos produtos, costumes, tendências e informações de todos os cantos chegavam junto com os passageiros. A título de exemplo, até mesmo o futebol chegou a Campina Grande pelos trilhos, quando, em 1913, desembarcou, por aqui, a primeira bola: “O esporte bretão saía do litoral nos vagões da *Great Western* para conquistar pessoas e desafiar costumes, já que os primeiros jogadores em Campina foram presos por estarem jogando ‘nus’.”¹⁰¹ Enquanto a cidade crescia, novas tecnologias e hábitos também chegavam, transformando o cotidiano da população. Luz elétrica (1920), automóvel (1915), prensa hidráulica (1920), agência do Banco do Brasil (1923), arquitetura e preceitos urbanísticos no estilo *Art Déco* (década 1930) são alguns dos exemplos da modernização, paulatina, que a cidade vivenciou.

Em Campina Grande, a cultura urbana, propriamente dita, só se desenvolveu por volta dos fins do século dezenove, e, com maior intensidade, a partir de 1907; até então, dominavam as relações sociais e manifestações culturais típicas do campo. No século vinte, começamos a ver uma mescla nessas relações com o moderno convivendo, nem sempre de forma harmoniosa, com o tradicional. Um exemplo é o próprio transporte do algodão, pois, por muito tempo, as

⁹⁹ OLIVEIRA & RODRIGUES, 2007, pág. 55

¹⁰⁰ CÂMARA, 1998, pág. 50

¹⁰¹ OLIVEIRA & RODRIGUES, 2007, pág. 24

tropas de burros e as carroças puxadas por bois continuaram carregando o “ouro branco” do interior profundo até Campina Grande, onde era comercializado e embarcado no trem de ferro.

Campina foi “ponta de trilho” durante meio século: seja por meio de animais ou, posteriormente, por caminhões, o algodão era trazido do Cariri, Sertão e Seridó, e, daqui, levado para Recife, de trem. Ser ponta de trilho era extremamente vantajoso para a cidade, pois esta atraía e centralizava o comércio algodoeiro de uma vasta zona do interior paraibano, tendo, inclusive, conexões com outros estados. O trajeto da linha férrea foi decisivo, positivamente, para Campina Grande. Havia a possibilidade de construção de uma ligação entre Mulungu-Alagoa Grande-Campina Grande, o que significava que os produtos do interior rumariam para o porto de Cabedelo, certamente com uma maior intervenção da capital nos assuntos comerciais. Mas, felizmente, a ligação ferroviária que se concretizou foi Recife-Itabaiana-Campina Grande, favorecendo os produtores e comerciantes do interior paraibano, pois a capital do estado vizinho oferecia melhores condições para as trocas comerciais. Esse fato gerou uma ligação econômica e cultural com a cidade de Recife que, de certa maneira, deixou resquícios, até os dias atuais, em Campina Grande.

A ponta de trilhos chegara a Itabaiana em 1901 e estando esta diretamente ligada ao Recife, é óbvio que a elite comercial e produtora de Campina Grande e de toda a extensa área sertaneja não deixaria, pelos motivos já apontados, de reivindicar a “estrada de ferro de penetração” a partir da mencionada ponta de trilhos.

Cobrir os 82 quilômetros que separavam as duas cidades significava muito para esses grupos de elite; significava o fortalecimento de uma corrente de comércio de “longa duração”, também conhecida como “estrada das boiadas” e que se tornou uma das principais rotas do algodão sertanejo em demanda do Recife.¹⁰²

2.1. COM SUOR E LÁGRIMAS SE ENCHE UM AÇUDE (1915-1917)

Em 1914, a bela época acabou na Europa: por lá, durante anos, balas, bombas e os novos gases mortais voaram para todos os lados. Entrincheirados, soldados lutavam por suas vidas e nações. A primeira grande guerra moderna, científica e industrial, elevava o nível de eficácia dos armamentos e multiplicava seu número com a produção em larga escala. Centenas de milhares de vidas eram ceifadas e as economias estavam arruinadas.

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, em 1915, a seca chegou ao Sertão!!!

¹⁰² ARANHA, 2006, pág. 239-240

A tão conhecida seca de quinze, eternizada na literatura e em textos acadêmicos, não foi a primeira que assolou a terra do interior nordestino, mas foi a que influenciou diretamente no processo que deu origem ao bairro de Bodocongó. Antes da “o quinze”, outras secas históricas marcaram os corpos e assombraram as mentes da população do interior nordestino, como a de 1777 a 1778, quando “Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba sofreram a destruição total de sua riqueza, representada pela pecuária”¹⁰³ e a “seca dos três oito” (1888-1889) quando “Muito sofreu a população”¹⁰⁴ e os açudes Velho e Novo em Campina Grande chegaram a secar, para ficarmos apenas nesses dois exemplos.

Nesses momentos de estiagem severa e prolongada, a fome bateu às portas do povo sertanejo, que, muitas vezes, relutava em deixar sua terra natal em busca de melhores paragens para sobreviverem aos duros meses de seca. Enquanto houvesse fé, um pouco de água barrenta para beber e uma ou outra pequena caça para se alimentar junto com o restinho da farinha guardada, eles permaneciam no seu local tradicional de moradia, muitas vezes onde tinham nascido e vivido por toda a vida. Mas, um dia, a resistência chegava ao fim, e era necessário tomar a decisão de partir para algum “local melhor”, talvez uma cidade serrana ou litorânea, ou até uma região mais distante do Brasil. Rachel de Queiroz, em seu texto literário enriquecido pela liberdade poética, nos traz uma bela e triste descrição do sofrimento causado pela seca de quinze no Ceará:

Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar.
Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse.
Depois, o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha...
Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumia mal, combinou com a mulher o plano de partida.
Ela ouvia chorando, enxugando na varanda encarnada da rede os olhos cegos de lágrimas.
Chico Bento, na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte.
A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencida a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor.
Cordulina ouvia, e abria o coração àquela esperança; mas correndo os olhos pelas paredes de taipa, pelo canto onde na redinha remendada o filho pequenino dormia, novamente sentiu um aperto de saudade, e lastimou-se:
— Mas, Chico, eu tenho tanta pena da minha barraquinha! Onde é que a gente vai viver, por esse mundão de meu Deus?¹⁰⁵

¹⁰³ ALVES, 1982, pág. 50

¹⁰⁴ ROSADO, 1981, pág. 215

¹⁰⁵ QUEIROZ, 2022, pág. 36-37

Cordulina tinha razão com suas preocupações, pois, fugidos da seca, aonde iriam? Seriam imigrantes sem casa ou comida, ainda por cima em um local novo e desconhecido? Ficariam na capital do estado ou de lá embarcariam para o Norte do país, a fim de trabalharem no ciclo da borracha? A longa viagem por terrenos secos e (quase) sem vida seria dura, mas a chegada a Fortaleza marcaria apenas o início de uma nova jornada quase sem destino “por esse mundão de meu Deus”.

A seca de quinze envolveu, além do Ceará, também o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, sendo que os três primeiros sentiram os maiores efeitos desse fenômeno. Na Paraíba, a epidemia da fome se alastrou, e centenas de famílias tiveram de deixar suas moradias nessa seca memorável. Considerando todos os estados afetados, o “[...] município de menos chuvas foi o de Cabaceiras”, atestando a gravidade dos eventos aqui na Paraíba, “[...] com 29 milímetros, em quatro dias de chuvas.”¹⁰⁶ Os retirantes se acumulavam aos montes na capital, vindos da região central do estado, do Cariri, do Planalto da Borborema e de regiões mais distantes.

A fome era tanta que, na tentativa de sobrevivência, as pessoas chegavam a comer alimentos estragados ou mesmo inadequados para o consumo humano, vindo mesmo a falecerem, como o caso da morte “[...] dolorosa de cinco crianças envenenadas em Taperoá.”¹⁰⁷ Mas uma crise nunca está tão ruim que não possa piorar, e, nesse sentido, o preço da farinha subiu tanto nesses anos de seca que agravou ainda mais a situação, inflação esse resultado, em grande medida, da ação dos atravessadores, que compravam farinha em quantidade para depois venderem a um preço mais rentável.¹⁰⁸ A farinha, alimento base da dieta no interior, praticamente sumiu do mercado, mas quando existia ou estava cara ou estragada: no auge da seca, cem sacos de farinha podre foram enviados para serem comercializados em Campina Grande onde “[...] já reina a fome, tanto assim que, segundo hontem nos informaram pessoas fidedignas, naquela cidade os retirantes se alimentam até dos caroços e cascas de jaca atirados ao meio da rua [...]”¹⁰⁹

Pelas longas e antigas estradas por onde passava o gado e o algodão, também passaram os retirantes, e muitas estações de trem que, antes, serviam para escoar a produção para o litoral também se tornaram um símbolo de redenção para os extenuados pela longa caminhada. Alguns ficavam pelo caminho, caídos nas beiras de estradas. Outros conseguiam chegar até Campina Grande, que, como ponta de trilho, ligava, de forma mais rápida, o interior paraibano com as

¹⁰⁶ ROSADO, 1981, pág. 220

¹⁰⁷ Jornal O NORTE, Parahyba, 26 de outubro de 1915. Número 2.138. Arquivo: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/RJ

¹⁰⁸ Jornal O NORTE, Parahyba, 05 de junho de 1915. Número 2.023. Arquivo: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/RJ

¹⁰⁹ Jornal O NORTE, Parahyba, 13 de junho de 1915. Número 2.030. Arquivo: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/RJ

capitais pernambucana e paraibana. Essa cidade, com clima mais ameno em relação ao restante do interior, comprovado pelo fato de que, em plena seca, ainda choveu, por aqui, 550 milímetros por ano, sempre atraiu migrantes em períodos de estiagem; na seca de quinze, muitos outros chegaram, e alguns por aqui acamparam.

Mas qual a relação desses retirantes-migrantes com a construção do açude de Bodocongó e o início do processo que resultou no surgimento do bairro homônimo? Durante a primeira tentativa de construção do açude, ainda em 1911, constatou-se que, sempre que chovia, havia uma total falta de trabalhadores nas obras. Os agricultores, no período de chuva, preferiam trabalhar em suas plantações e não na construção, apesar de terem remuneração garantida pelo trabalho na obra. Apenas com a grande estiagem, começada em 1915, e com a consequente migração forçada de milhares de pessoas do campo para as cidades, fugindo em direção ao litoral, houve disponibilidade de mão de obra, e, com isso, foi possível a construção do referido açude e da nova estrada de rodagem para o Sertão. Foram, portanto, os agricultores migrantes que deram os primeiros passos para a criação do subúrbio e posterior bairro de Bodocongó.

Voltemos um pouco mais no tempo para melhor entendermos essa história: nossa referência é a chegada triunfal do trem em Campina Grande. A partir daí, a cidade começou a vivenciar um processo de urbanização mais acelerado, decorrente de um crescimento populacional na região central, periferias e nas terras do município como um todo. Para comprovar, ou não, essa tese do incremento populacional a partir da chegada do trem, iremos fazer agora um breve e básico exercício demográfico, com base nos dados estatísticos que trazem o número total da população do município nos anos de 1872 (15.072 pessoas)¹¹⁰, 1890 (21.475 pessoas)¹¹¹, 1900 (38.303 pessoas)¹¹², 1920 (70.806 pessoas)¹¹³, 1930 (103.203 pessoas)¹¹⁴ e 1940 (126.139 pessoas)¹¹⁵. É importante ressaltar, de antemão, que, ao longo dos anos citados, ocorreram alterações legais nas fronteiras, com alguns desmembramentos e mudanças de distritos.

Levando em conta esse recorte de tempo, de um modo geral, o crescimento populacional segue uma linha constante, algo em torno de 22% (vinte e dois por cento) por década. Apenas nos últimos dez anos do século dezenove percebemos um crescimento bem mais acelerado de 78% (setenta e oito por cento), ficando a década de vinte do século vinte em segundo lugar nesse ranking, com um crescimento na ordem de 45% (quarenta e cinco por cento). Observando

¹¹⁰ Recenseamento da população do Brasil em 1872. Volume 5. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874.

¹¹¹ Synopse do Recenseamento de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

¹¹² Synopse do Recenseamento de 1900. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.

¹¹³ Recenseamento do Brasil em 1920. Volume IV. 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.

¹¹⁴ Anuário Estatístico (1930). João Pessoa/PB: Secretaria da Fazenda, (?)

¹¹⁵ Recenseamento Geral do Brasil de 1940. Série Regional. Parte VIII. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

os valores brutos, chama atenção o salto de 38.303 pessoas no raiar do século vinte, em 1900, para 70.806 pessoas em 1920, numa diferença total de 32.503 novos habitantes; praticamente 1.625 novas almas nascidas ou chegadas por ano no município.

Essa população circundante estava em franco crescimento desde a última década do século dezenove, com expectativa de um maior aumento populacional e urbano de Campina Grande, em decorrência da chegada do trem, o que de fato ocorreu: “De 731 casas em 1907, passara a 1.216 em 1913.”¹¹⁶ Essa nova população se juntava aos mais antigos que, acrescidos daqueles que apenas passavam pela cidade, sejam as centenas de humanos ou os “[...] cêrca de dois mil animais diàriamente no período da safra”¹¹⁷ de algodão, geravam uma demanda cada vez maior por água. Os antigos Açude Velho e Açude Novo já não davam mais conta do fornecimento, e era necessária a construção de um novo açude.

A partir de então, começou um verdadeiro *lobby*, por parte de políticos campinenses e paraibanos, no sentido da construção de um novíssimo açude para Campina Grande. A necessidade era evidente, mas, talvez, o que mais favoreceu a realização do intento foi o contexto político da república velha¹¹⁸ no Brasil, marcado no Nordeste pelo coronelismo, as oligarquias e pela indústria da seca¹¹⁹, prática existente desde a monarquia e que teve continuidade durante o regime republicano, com desdobramentos até o presente. Entrou em ação o prefeito Cristiano Lauritzen, que acionou a bancada paraibana no congresso nacional e o então ministro do Supremo Tribunal Federal, o paraibano de Umbuzeiro, Epiácio Pessoa¹²⁰.

Dentro de pouco tempo chegava a Campina o diretor da Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas (atual DNOCS), engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, com instruções para verificar e resolver a situação. Isso três anos depois da chegada da estrada de ferro. [...]

Eram três os riachos. Cabia ao diretor da IFOCS escolher o mais conveniente e o local mais apropriado à construção da barragem. O **Piabas** já estava interrompido e mal chegava para sustentar o Açude Velho; o **Riação** ficava na zona agrícola, não convindo prejudicá-la; restava o **Bodocongó**, o mais volumoso (quando chovia), inteiramente livre, oferecendo pontos excelentes para a formação do açude.¹²¹

¹¹⁶ ALMEIDA, 1962, pág. 349

¹¹⁷ Idem

¹¹⁸ É o período da história política e institucional do Brasil que vai da Proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930.

¹¹⁹ “De 1889 a 1930 três oligarquias dominaram o aparelho estatal: a Venancista, a Alvarista e a Epiacista, sendo esta última um desdobramento da primeira, e em todas a **indústria da seca** esteve presente.” (FERREIRA, 1993, pág. 107)

¹²⁰ Epiácio Pessoa (1865-1942) foi o único paraibano a exercer o cargo de Presidente da República, entre 1919 e 1922. Na época da primitiva tentativa de construção do açude de Bodocongó exercia o cargo de Ministro do Supremo Tribunal e no período de construção do açude em seu local definitivo ocupava o cargo de Senador pela Paraíba.

¹²¹ ALMEIDA, 1962, pág. 351-352

Assim como os engenheiros que, no século anterior, haviam pensado a construção de um açude na confluência do rio Bodocongó com uma estrada naquele caso, a centenária estrada do sertão, agora em 1910, o engenheiro Arrojado Lisboa também percebeu que o represamento do rio seria algo possível, optando por construir o açude na chamada Serra da Catarina, situada poucos quilômetros a noroeste do local onde, posteriormente, conseguiram, de fato, criar a represa.

Em tempo, as narrativas e análises que seguem nos próximos parágrafos foram construídas com base em um conjunto de fontes pertencentes aos arquivos históricos do DNOCS¹²², em João Pessoa e Fortaleza¹²³, material em grande parte inédito. Também são desses arquivos as imagens que ilustram e complementam nosso texto.

O novo órgão federal encarregado por sistematizar as ações de combate à seca surgiu em 1909 e foi organizado em três distritos: os de Fortaleza, Salvador e Natal, estando Campina Grande na esfera administrativa desse último. Mas as atividades do órgão começaram, de fato, na Paraíba, em 1910, com a instalação de algumas estações pluviométricas e aparelhos para medição de corrente d'água no rio Piranhas, construção de um poço tubular em Sapé, mapeamento dos locais propícios para açudagem e os estudos específicos para construção dos açudes de Soledade e Bodocongó.

A articulação política envolvendo o prefeito dinamarquês e o paraibano Ministro do Supremo certamente era forte, pois o próprio “inspetor-chefe” do então IOCS, o engenheiro Arrojado Lisboa, veio para Campina Grande a fim de escolher, pessoalmente, o melhor local para a construção do açude. O fato de a cidade ter sido escolhida como um dos primeiros lugares a receber uma obra do órgão federal demonstra, também, a importância de Campina Grande no cenário regional.

Entretanto, quem, de fato, ficou encarregado dos estudos para elaboração do projeto da barragem foi o engenheiro de 2ª classe Nascimento Moura, que, inicialmente, coletou informações sobre a cidade e a ribeira do Bodocongó. Afirmou ele que o “açude velho” se

¹²² A Inspetoria de Obras contra a Seca (IOCS) foi criada em 1909. Dez anos depois recebeu a alcunha de federal, passando a se chamar Inspetoria Federal de Obras contra a Seca (IFOCS). Por fim, em 1945, recebe o nome que ostenta até hoje, de Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS).

¹²³ **Fontes escritas datilografadas para circulação interna nos órgãos:** “Memória sobre os estudos para um açude no riacho Bodocongó em Campina Grande” (1910), “Relatório apresentado ao Illmo Snr. Dr. Aarão Reis D. D. Superintendente dos serviços especiais de obras contra as seccas, sobre o andamento dos serviços executados durante o período de 29 de Novembro de 1915 a 30 de Junho de 1916 para construção do Açude publico Bodocongó” e anexos (1916), “Ofício ao Dr. Inspector das Obras contra as Seccas encaminhando relatório final dos trabalhos executados e anexos” (1917), “Relatório final dos serviços de construção do açude publico Bodocongó, apresentado ao Snr. Dr. Superintendente das Obras novas contra as Seccas, pelo Conductor de 1ª classe Julio C.A. Barcellos, encarregado dos serviços de estudos, projecto e construção.” (1917) **Publicações:** “Açudes públicos (Rio Grande do Norte e Parahyba)” (Rio de Janeiro: IOCS, 1912), “Relatório de 1912” (Rio de Janeiro: IFOCS, 1913), “Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1913” (Rio de Janeiro: IOCS, 1914), “Obras novas contra as secas executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918” (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920).

encontrava seco e que não era possível encontrar água nas cisternas, obrigando a população à procurar o precioso líquido em locais distantes. Fez algumas sondagens e percebeu que, por se tratar de uma região granítica, seria muito difícil encontrar água no subsolo.

Coletou informações com os populares e ficou sabendo que o rio Bodocongó permaneceu cheio, corrente, pelo período de cinco meses nesse ano, entre abril e setembro. Sobre suas águas, afirmou que eram salobras. Essa cheia do rio nos gerou uma dúvida, pois, se o rio Bodocongó recebeu águas suficientes para correr pleno durante cinco meses, por que o Açude Velho se encontrava seco?

Nascimento Moura percebeu que, levando em conta as características topográficas do local escolhido para a construção, seria necessário o erguimento de uma barragem de trinta metros de altura, para que houvesse um acúmulo considerável de água, o que seria impossível tecnicamente. Além do preço elevado e da incapacidade técnica para construção de uma barragem de terra dessas dimensões no Brasil do início do século vinte, também não existia terreno importante para agricultura nas redondezas que justificasse o eventual empreendimento.

A construção de um açude de alvenaria também seria inviável financeiramente; por isso, ficou decidido que seria construída uma barragem de terra (perfil *typo inglez*) com o núcleo central de argila *puddle-core*, com altura total de dez metros (depois pensaram em quinze metros). Deveria ser feita uma fundação bem sólida, com seis metros de largura na base, e toda a terra daí extraída seria usada no próprio aterramento do paredão. A barragem total teria 150 metros de comprimento e uma base de 45 metros que afunilaria até seu coroamento de 4 metros. Pronto, o açude teria uma bacia hidráulica de quinze hectares e uma bacia hidrográfica de “mil e tantos” hectares, uma capacidade calculada de 1.380.364m³ e profundidade máxima de 13 metros. Deveria ser capaz de resistir a três anos de estiagem, sem que a água ficasse saturada com alta concentração de sais.

Desde o princípio, os engenheiros do IOCS perceberam que o açude de Bodocongó não teria capacidade de armazenamento suficiente, no máximo podendo ser usado, após a construção de algumas estruturas, como fornecedor de água para a parte da cidade mais a oeste, relativamente próxima do futuro açude. A ideia concreta era, portanto, fornecer água para a população da vizinhança da estrada que ia para Soledade e Batalhão (atual Taperoá) e, também, para alguns comboios que seguiam por esse mesmo caminho para a feira de gado ou algodão de Campina Grande. Para isso, seria necessário construir um canal ou galeria que levasse a água do açude até esse ponto no cruzamento entre o rio e a estrada, mais ao sul/sudeste. Foi decidido o uso de um cano de ferro galvanizado, colocado dentro do reservatório à uma distância mínima do fundo de 1,70 metros, para evitar a coleta de água inadequada, e que seguiria pelas encostas

das serras até o ponto escolhido, onde seriam construídos quatro bebedouros para o uso concomitante por trinta animais, além de uma bica para os moradores vizinhos.

Esse detalhe nos chamou a atenção: antes mesmo da construção do açude, já havia pessoas residindo nas proximidades do cruzamento entre o rio Bodocongó e a estrada para Soledade, demonstrando o poder de atração que essa união sempre possuiu.

A prefeitura municipal garantiria o terreno; por isso, o IOCS não reservou, no orçamento, grandes somas para indenizações.

Por sua vez, o Conselho Municipal (equivalente atualmente às Câmaras de Vereadores), também querendo “contribuir” com os trabalhos, fez uma reunião e encaminhou um comunicado oficial para Arrojado Lisboa, sugerindo “[...] o nome do prefeito municipal para executor da obra, dada sua experiência em serviços de igual natureza.”¹²⁴ Um pouco estranho para um observador do presente, mas, durante a república velha, uma situação como essa não seria mau vista: a câmara municipal se reunir, com ata, e enviar ofício a um órgão do governo federal que estava prestes a iniciar a construção de um açude, indicando o prefeito municipal como a melhor escolha para assinatura do contrato como empreiteiro remunerado. A sugestão não foi acatada, e o IOCS abriu uma concorrência pública. Quem ganhou a concorrência e firmou contrato para a construção, em setembro de 1911, foi Aristides Madeira, que estava tão confiante no projeto que chegou a dar 11% (onze por cento) de desconto na empreitada, para, assim, garantir a vitória da sua proposta. O prazo de conclusão era setembro de 1912, ou seja, o empreiteiro teria um ano para construir o açude, mas, como veremos adiante, apesar de serem requeridos dois adiamentos, essa obra nunca ficou pronta.

As obras começaram ainda no ano de 1911 e seguiram nos anos seguintes. Em 1912, tendo realizado apenas alguns trabalhos na barragem, como escavações em terra e em rocha, o arrematante Aristides Madeira se convenceu das dificuldades do empreendimento e decidiu solicitar alargamento do prazo final por seis meses. Três eram os fatores principais para a demora ou mesmo paralisação da obra: falta de mão de obra, falta de materiais adequados próximos ao local da construção e os danos causados pelas chuvas do inverno.

Os trabalhadores, que desempenhavam variadas funções na cidade de Campina Grande, muitas vezes residiam com suas famílias na zona rural, onde eram pequenos agricultores em regime familiar de produção. Para esses agricultores, donos ou arrendatários de pequenos lotes de terra, a mobilidade em busca de trabalho era uma alternativa viável para garantirem melhores condições de vida para eles e suas famílias ou simplesmente para resistirem às dificuldades

¹²⁴ ALMEIDA, 1962, pág. 352

impostas pela vida. Se deslocando para outros municípios ou para a zona urbana do município em que moravam, eles adotavam, conscientemente, essa tática de deslocamento e adaptação em momentos como a colheita de produtos específicos e em épocas específicas, ou eram obrigados a fazê-lo em períodos como as secas. Muitas vezes, nos períodos não tão desoladores, o dinheiro extra enviado pelo “chefe da casa” se tornava um instrumento importante para que toda família não precisasse migrar também. Nesses períodos de separação das famílias, as mulheres e os filhos mais velhos, com ajuda dos novos, assumiam as tarefas cotidianas na lavoura e nas criações. Mas uma coisa era certa: quando a chuva chegava no sertão, não existia “dinheiro extra” que afastasse o homem do campo de seu roçado e enxada.

O caso da escassez de mão de obra, durante a primeira tentativa de construção do açude de Bodocongó, é emblemático: como as obras transcorreram em período de chuvas, os trabalhadores das redondezas preferiam cuidar dos seus roçados, e isso acabou sendo, talvez, o maior problema apontado pelo empreiteiro para os atrasos e, depois, a paralização das obras. No mínimo curioso o fato de que um açude construído para aplacar a sede nos períodos de seca não foi concluído porque, justamente, hora as chuvas destruíam parte do trabalho, hora as chuvas atraíam os trabalhadores para a agricultura, fazendo-os abandonarem a construção civil.

Em 1913, alguns poucos trabalhos foram realizados, como a escavação de terra para enchimento das cavas da barragem. Mesmo após um primeiro adiamento de seis meses e depois outro de oito meses, quando novembro deste ano chegou, os trabalhos em quase nada haviam avançado.

Finalmente em 1914, a fim de se evitar novos gastos de verbas públicas e assumindo o fracasso do empreendimento, o contrato foi amigavelmente rescindido e as obras, paralisadas. A ideia era que o próprio IOCS assumisse a construção do açude, assim que mais verbas estivessem disponíveis. Mas as obras permaneceram paralisadas até o advento da terrível seca de quinze.

Bodocongó foi construído em tempos de guerra e seca: aquela que, a princípio, poderia ser uma das piores horas para se construir um açude no interior paraibano acabou se tornando, dialeticamente, o momento ideal para tal feito.

Os retirantes chegavam constantemente. A maioria continuava sua caminhada para a capital; outros, ficavam por aqui, talvez na espera de uma oportunidade para embarcarem no trem até a capital do estado vizinho, e outros ficavam pretendendo, talvez, encontrar moradia por aqui e outros, os mais infelizes entre tantos infelizes, encontraram morada eterna em Campina... Diante desse cenário, o prefeito municipal desenterrou o projeto que havia sido paralisado.

Em 1915, já impaciente, Lauritzen telegrafou para seu amigo Eptácio Pessoa narrando a dificuldade e, em menos de um mês, a Inspetoria de Obras contra as Secas chegava a Campina para dar seguimento imediato ao serviço. Depois de analisar a situação, o engenheiro Júlio Barcelos viu a impropriedade da localidade onde fora iniciada a construção do açude [...] optando por procurar outro local, ao invés de insistir em agravar o erro encetado, decidindo-se pelo sítio Ramada, lugar de ampla bacia, cinco quilômetros mais abaixo do anterior, onde se fazia a confluência dos riachos Caracol e Gravatá com o Bodocongó, junto aonde iria ser construída a estrada de rodagem para o Sertão [...] ¹²⁵

O local primitivamente escolhido para a construção do açude, no início da década de 1910, mostrou-se totalmente inadequado. Percebendo rapidamente o erro cometido, o engenheiro Júlio Barcelos escolheu novo local, talvez mais óbvio, no entroncamento do rio Bodocongó com a estrada que rumava para Soledade. Nessa época, já havia a intenção de se construir uma “estrada de rodagem”, ligando a cidade “ponta de trilhos” com Patos, no sertão central do estado. Eram novos tempos chegando: daí por diante, carros e caminhões começariam a pedir passagem aos bois e burros, ocupando novas estradas de “rodagem” e dando o golpe de misericórdia nas antigas “estradas de boiadas”. Seria melhor, portanto, que essas duas obras do governo federal caminhassem juntas.

Devido à urgência da situação, os estudos preliminares não foram realizados de forma satisfatória. Foram feitas pelo menos seis perfurações para sondagem, normalmente de cinco em cinco metros, mas a natureza real do subsolo só foi possível ser identificada quando começaram as escavações. As sondagens haviam indicado um subsolo regularmente formado por camadas de granito, barro e piçarra, mas a verdade é que existiam muitos blocos de granito isolados e grandes galerias na rocha que dificultariam o andamento da obra.

Também foram realizadas sondagens à procura de água no leito do rio. O líquido tão precioso foi achado, mas quando os trabalhos de construção efetivamente começaram, logo se verificou que não duraria muito: apenas três semanas.

A partir de informações coletadas com moradores locais e observações feitas *in loco*, foi determinado que o terreno que seria inundado pela barragem não era salino. Desde esses estudos preliminares, acreditava-se que as águas do futuro açude seriam boas para o consumo, pois a entrada de água doce, vinda pelos riachos Caracól e Gravatá, compensaria as águas salobras que viriam pelo rio Bodocongó.

É possível que em paralelo a esses trabalhos de estudo e elaboração do projeto já se tivesse ocupado alguns retirantes com o transporte dos trilhos e vagonetes. Ao todo, foram dois

¹²⁵ BRITO & STEINMÜLLER, 2021, págs. 70-71

meses de estudos, elaboração do projeto e preparativos gerais para o início do grande empreendimento.

Nas desapropriações, foram gastos pouco mais de dez milhões de Réis. A oficialização da aquisição das terras pelo IOCS se dava por meio de escrituras públicas lavradas em cartório. Receberam indenização: Franklin Clemente de Araujo (3:500\$000), Salvino Gonçalves de Souza Figueredo (3:000\$000), José Baptista Flor (1:000\$000), Manoel Ildefonso de Oliveira Azevedo (1:000\$000), José Pereira de Queiroga (1:000\$000), Joaquim Monteiro da Silva (250\$000), Joaquim Gomes da Silva (150\$000) e Carlota, Angela, Maria e Joanna Rozalino de Araújo (150\$000).

A seca se prolongava pelo ano quando, exatamente em 29 de novembro de 1915, começaram os trabalhos de construção. As comissões encarregadas foram organizadas para servirem ao duplo objetivo de, primeiro, executarem tecnicamente a obra e, segundo, auxiliarem os retirantes que chegavam sedentos e famintos das longas caminhadas. Inicialmente foram admitidos 150 trabalhadores, dos quais 90 estavam totalmente “aniquilados”. Logo no início, vários destes trabalhadores começaram a desmaiar de fome e/ou em decorrência das moléstias adquiridas durante os meses de seca e semanas de caminhada. Nestes casos, eram levados para os armazéns que já haviam sido erguidos e podiam se alimentar a fim de recuperar um pouco as energias.

Certamente, esse contingente de retirantes “aniquilados” tornou o trabalho mais lento, no princípio; porém, eles que se tornaram nos novos, mas ainda famintos, operários que possibilitaram a concretização do açude, com sua força de trabalho abundante e barata, para não dizer gratuita. Ficaram acampados no local da obra, juntamente com seus familiares, onde podiam comer, beber e dormir abrigados; já era um bom avanço para os tempos nos quais viviam!

Foram organizadas três equipes, de acordo com a situação física dos trabalhadores: aos mais fracos, foi destinado o trabalho de derrubada da mata existente na barragem e bacia hidrográfica; os mais fortes foram divididos em dois grupos encarregados da escavação para execução dos alicerces e remoção de pedras, e, também, para o transporte dos materiais e equipamentos necessários à obra.

O grupo encarregado pelos facões, foices e machados (e fogo), apesar dos braços ainda fracos, conseguiu executar 156.812,50m² de roçado na espessa vegetação existente, sendo por essa ocasião “[...] extinta uma extensa mata de Baraúna”¹²⁶. A Baraúna é uma planta arbórea

¹²⁶ BARROS, (?), pág. 13

mediana, com altura máxima de doze metros e possuindo até trinta centímetros de diâmetro, servindo na construção civil para confecção de vigas, estacas, mourões etc., e, na indústria do curtume, para o tratamento do couro, devido ao tanino encontrado em sua casca, que também é usada na medicina popular como analgésico e digestivo.

Com muita força nas pernas e suor no rosto, o grupo encarregado do transporte trazia os equipamentos e materiais de construção do centro da cidade até Bodocongó, literalmente sobre os ombros. Não importava se eram materiais leves ou pesados, trilhos ou vagonetes do sistema *decauville*¹²⁷, era necessário garantir essa parte do serviço sem gastar dinheiro com os “veículos”, que cobravam muito caro pelo frete, de 30\$000 (trinta mil Réis) à 50\$000 (cinquenta mil Réis). Talvez o valor do frete estivesse elevado por conta da seca ou da própria organização do canteiro de obras do açude que, ao gerar uma maior expectativa de demanda, deve ter contribuído para inflacionar o preço. Mas, certamente outro fator também estava contribuindo para o aumento do valor desse serviço: o preço da gasolina no Brasil e na Paraíba havia subido por conta da guerra na Europa!¹²⁸

O terceiro grupo, com suas enxadas, pás, marretas e picaretas, começou imediatamente as escavações para preparação das fundações da barragem.



Imagem 03 – Limpeza das galerias e demolição dos blocos de pedra isolados no fundo do riacho para construção dos alicerces da barragem (dezembro de 1915). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba (João Pessoa)

¹²⁷ Paul Decauville (1846-1922) inventou um sistema ferroviário de pequenas dimensões formado por trilhos estreitos e pequenos vagões de ferro.

¹²⁸ Jornal O NORTE, 28 de janeiro de 1916. Arquivo: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/RJ

Essa equipe se deparou com um trabalho muito duro e arriscado. A própria conformação do subsolo dificultava o rápido andamento da obra, pois era necessário retirar, muitas vezes entre fendas apertadas, seixos, areia grossa e piçarra, que estavam sobre a rocha-mãe. A técnica construtiva exigia que, primeiro, se encontrasse a rocha matriz para, a partir dela, começar o aterro, feito com uma adequada mistura de areia e barro, devidamente comprimidos para que não se formassem bolsões de ar ou outras enfermidades na barragem. Além disso, era impossível usar os *decauilles* por entre os grandes blocos de granito: na fotografia, é possível ver um par desses pequenos vagões, e o trilho de ferro correspondente, na parte de cima, sem poderem entrar na cava que se formava. Esse sistema portátil de trilhos e vagonetes, muito utilizado na mineração, foi bastante útil em Bodocongó, mas, nessa fase da escavação, as ferramentas que realmente serviram foram as pás e os carrinhos de mão.

Aliás, essa característica do subsolo com uma “exquisita formação” surpreendeu os engenheiros, que não puderam executar o projeto da forma como foi pensado. A existência destes grandes blocos de granito isolados, e de profundas galerias naturais ocupadas por material trazido pela correnteza do rio ao longo de milênios, só foi possível de serem descobertos após o início das escavações.

Para as fendas e galerias naturais formadas nos afloramentos rochosos, bastava procurar aqueles trabalhadores mais magros e destemidos, para que, nelas, entrassem, a fim de extrair o material indesejado e, para o caso das grandes pedras isoladas, quarenta e oito explosões de dinamite foram suficientes. Em decorrência do potente trabalho da dinamite, foi formada uma verdadeira pedreira. É possível, também, que parte dessas pedras tenha sido obtida em outros locais próximos. Não sabemos. Contudo, analisando a sequência das fotografias sobre os avanços da execução da obra, percebemos que, com o passar do tempo, foram “aparecendo” mais e mais pedras, e que, por isso, deveria existir mais de um local para obtenção dessa matéria prima.

Observando com maior atenção a fotografia acima, é possível destacarmos algumas cenas e personagens presentes na imagem. O grupo maior, dotado de algumas ferramentas mais potentes, como picaretas e marretas, continuava com as escavações. Ao seu lado, no primeiro plano, a primeira pessoa que se destaca é um forte homem negro, aparentemente jogando com força uma pazada de terra que deveria sair do buraco no qual se encontravam, pois, como já comentamos, o sistema *decauville* não chegava nesse ponto. Mais atrás, próximos justamente às vagonetes de ferro e madeira, estão apenas dois homens, fazendo um trabalho aparentemente

mais tranquilo que, pelas expressões corporais, acreditamos ser o peneiramento do solo, para que se pudesse separar a piçarra, a areia grossa e o barro, procedimento necessário para a confecção posterior do aterro. Do lado direito, outro grupo com um pouco mais de trabalhadores, empregados na quebra de algumas pedras e, ao que parece, no início da limpeza das mencionadas galerias. Sozinho, ao centro da imagem e em um ponto mais elevado, trajando uma vestimenta destoante da dos demais, com seu pequeno chapéu e suas grandes botas, temos o fiscal ou talvez o responsável pela obra, trabalhando com seus olhos na fiscalização dos demais. Destaque fica para os chapéus da maioria, de abas largas, de maior tamanho e ideal para um trabalhador que sabe que terá de lutar contra o Sol durante o dia todo.

Tomando todos os cuidados que exigia a engenharia moderna, as escavações foram concluídas, e, assim que começou o ano novo de 1916, iniciou-se o aterramento da barragem...



Imagem 04 – Começo do aterro (janeiro de 1916). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba (João Pessoa)

Essa segunda fase de trabalhos não deixaria de ter seus percalços e exigir muito suor dos trabalhadores. O aterro foi sendo elevado em camadas de trinta centímetros por vez, utilizando-se uma mistura silicoargilosa que, após humedecida com duas mangueiras, era devidamente comprimida com pilões artesanais feitos de madeira local, malhos e soquetes. Além desse grupo de trabalhadores que se empenhava da compactação, um homem isolado peneirava mais solo, enquanto que os outros, no último plano da imagem, continuavam quebrando pedras. Um detalhe interessante do processo construtivo é que faziam um tipo de

chapisco com barro nas superfícies de granito antes da compactação da terra, para garantir a coesão dos diferentes materiais em interação: granito, terra e argila.

Rapidamente, as cavas naturais consumiram todo o barro disponível que já havia sido retirado da bacia do açude, mas o serviço continuou, pois, em alguns pontos, ainda existiam barreiros encontrados em profundidade entre um metro e meio até três abaixo do leito, exigindo muitos esforços na extração e no transporte vertical.

As primeiras chuvas do ano chegaram entre maio e junho, e, com elas, a possibilidade de os locais de retirada do barro serem inundados pelas águas. Foram, então, construídas pequenas barragens, para que se pudesse continuar a extração, o que só foi possível até o dia 24 de junho, quando, finalmente, as águas invadiram esses locais. Neste momento, o aterramento foi interrompido, até que se encontrasse mais matéria prima.

Era necessário mais barro para garantir a continuidade dos serviços. Toda a bacia do açude, referente às terras desapropriadas, já havia sido visitada, e Júlio Barcelos começou, então, a percorrer as propriedades particulares da vizinhança. Foram achados alguns veios de barro em distância muito inconveniente, tornado seu uso inviável. Porém, há apenas quatrocentos metros de distância, foi encontrado um terreno silício-argiloso capaz de suprir as necessidades. Havia, porém, dois problemas com esse local, um mais tranquilo de se resolver e, outro, que envolveu tensões e ameaça velada de morte.

O primeiro problema poderia ser resolvido com emprego de uma grande força de trabalho, que deveria derrubar uma densa mata e depois retirar uma camada de material orgânico, seixos e pedras para poder alcançar o barro.

O outro problema não iria requerer tanto suor e, sim, uma dose maior de coragem: conseguir a liberação de Salvino Figueredo, dono das terras onde se encontrava o barro em questão. Opositor ao prefeito, o coronel Salvino Figueredo parece que, desde o início da construção do açude, não via com bons olhos o trânsito do pessoal técnico e muito menos dos flagelados pela sua propriedade. Quando soube da intenção de Júlio Barcelos de fazer escavações em suas terras, ficou totalmente indignado. Salvino Figueredo escreve, então, uma carta ao engenheiro (anexo), afirmando que nunca permitiria a retirada do material de sua propriedade e que, ainda por cima, não seria responsável por qualquer atitude hostil sua ou de seus funcionários.

Quando parecia que a situação havia entrado em um impasse sem solução, entrou em cena o médico Dr. Chateaubriand, que conseguiu amenizar as hostilidades. Com a interseção do grande amigo médico, o coronel mudou um pouco de opinião e enviou nova carta (anexo) para o engenheiro afirmando que não tinha nenhuma intenção de ajudar àqueles que o estavam

aborrecendo com “seus cassacos”, mas que poderia ceder caso o Júlio Barcelos fosse lhe encontrar pessoalmente, ocasião em que deveria explicar por que apresentou queixa de seu empregado. Possivelmente, esse empregado havia ido até Júlio Barcelos, nos finais de março, com o intuito de passar o recado do coronel para que ninguém entrasse em suas terras, mas, como o tom não deve ter sido muito pacífico, o engenheiro denunciou essa “visita” ao delegado municipal.

Até que, no final, Salvino Figueredo, que havia se beneficiado com a indenização paga pela parcela das suas terras que seriam inundadas, permitiu que se retirasse a matéria-prima de sua propriedade. O barro, extraído com muita dificuldade, sempre apresentou variadas cores, com uma fração de argila na ordem de 35% a 40%.

Apesar dos contratemplos, a obra continuava caminhando...

Um outro trabalho de engenharia, vital para a segurança da barragem, seguia em paralelo: a construção do núcleo central de alvenaria.

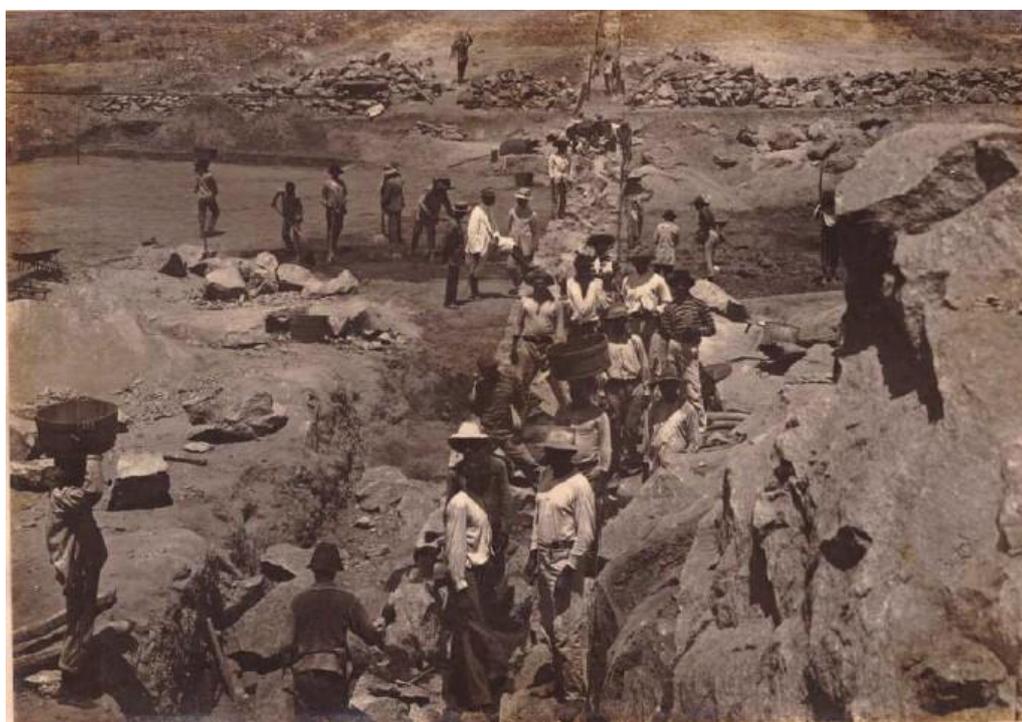


Imagem 05 – Núcleo central da barragem (fevereiro de 1916).
Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba (João Pessoa)

Fiscalizando os trabalhos bem de perto, os encarregados do IOCS, no centro da imagem, como sempre destoando claramente dos demais, ostentavam suas botas compridas, enquanto que a maioria dos trabalhadores apenas conseguia exibir seus pés descalços e certamente muito calejados da dura vida que levavam.

Entre fevereiro e fins de junho de 1916, foi construído esse muro estrutural, encravado na rocha, servindo como uma grande cinta de amarração para a barragem. Realizado com pedras e cimento, quando foi concluído, tinha um total de sete metros e meio de comprimento e quase dois metros de altura, desde sua base. As pedras utilizadas eram provenientes da própria escavação, mas o cimento tinha de ser trazido pelos trabalhadores desde a estação de trem. Parece que a construção desse núcleo central da barragem transcorreu sem maiores problemas, com exceção justamente desses dois pontos: a morosidade do transporte braçal e o elevado custo do cimento, que estava inflacionado devido à primeira guerra mundial. Para tentar negociar um preço um pouco mais favorável, Júlio Barcelos foi pessoalmente ao Recife, onde fechou negócio para fornecimento do produto.

A construção do sangradouro também não apresentou nenhum obstáculo, e seguiu o que havia sido projetado, sendo concluído ainda em maio de 1916. A ponte sobre o sangradouro seria, posteriormente, construída pela comissão encarregada pelas obras da estrada de rodagem Campina Grande-Soledade, e representaria o marco zero dessa estrada.

O que se depreende das dezenas de fotografias analisadas é que foi formado um gigantesco canteiro de obras, com pedras e trabalhadores por todos os lados. Nessa área, foram construídas várias edificações concentradas em dois pontos distintos: uma casa-escritório, onde funcionava a secretaria da comissão com toda sua burocracia, a direção geral e a “farmácia”, além de ter servido, por um tempo, como depósito; uma casa velha, previamente existente, que foi, na verdade, reconstruída para servir de depósito de materiais e ferramentas e, também, como alojamento dos auxiliares da obra; um barracão de taipa e telha, que servia como cozinha para todos e armazém para alguns; um alpendre de telha colado ao armazém; dois ranchos grandes (20m X 4m) de palha e zinco, servindo como alojamento; dois ranchos menores com cobertura de zinco, também para alojamento, material esse que, com sua baixa inércia térmica e consequente propagação do calor para o ambiente interno, deveria propiciar um clima nada agradável para as famílias ali alojadas; e uma barraca mais afastada, para os enfermos. Além das estruturas citadas, havia vários outros ranchos dispersamente construídos para abrigo dos trabalhadores e familiares.



Imagem 06 – Vista geral das obras (março de 1916). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba (João Pessoa)

Podemos ver parte das estruturas nessa fotografia, como a casa em destaque, no segundo plano, correspondente ao escritório geral e executada com madeira do local e materiais comprados a baixo preço. Essa casa foi construída em terreno desapropriado pelo IOCS, e a ideia era que ela servisse, posteriormente, como residência do zelador do açude ou da estrada de rodagem; poderia, ainda, ser vendida para servir como residência particular. Seria essa a primeira casa do futuro bairro? As imagens demonstram também que, mesmo quando as obras do açude já estavam bem adiantadas, novas pequenas “casas” provisórias eram “erguidas” nas terras entre a estrada e o futuro açude. Essas habitações improvisadas com madeira e pano, talvez com taipa (lembrar que o barro era praticamente artigo de luxo no local) teriam sido todas demolidas e desocupadas ao final da obra?

Acreditamos que, ao contrário, esse conjunto de edificações, ou pelo menos aquelas que permaneceram em pé após a inauguração do açude, podem representar o núcleo fundante do futuro bairro!

Como vimos, as obras foram iniciadas com cento e cinquenta trabalhadores, a maioria arrasados pela seca. Mas, ao longo dos quatorze meses de obras, 2.590 operários contribuíram diretamente com seu suor para a concretização do açude. Outras 15.549 pessoas foram atendidas pela comissão do IOCS. Perfazendo um total de 18.039 almas que ficaram alguns meses, semanas ou mesmo poucos dias no local onde era construído o açude e o futuro bairro

de Bodocongó. Para efeito ilustrativo, foi como se três mil famílias, cada uma composta por seis pessoas, tivesse morado ou no mínimo permanecido no local por certo tempo.

Em linha gerais, identificamos três classes envolvidas nos trabalhos de construção: primeiro, os retirantes transformados em trabalhadores da construção civil, a mão de obra mais abundante e, ao que tudo indica, não remunerada; segundo, o pessoal contratado em ocasiões específicas, entre eles mestres de obra, feitores, pedreiros, balizadores e porta mira¹²⁹ etc.; o terceiro grupo, ainda mais seletivo, formado por aqueles que desempenhavam funções técnicas e auxiliares.

Todos os trabalhadores, “quer operário quer graduado”, tinham direito a três refeições diárias, preparadas com produtos em perfeito estado de conservação, servidas no barracão às 4:30horas, 11horas e 17horas; esses horários indicam que trabalhavam em torno de 12horas diárias, incluindo a pausa para almoço. Esse barracão-cozinha-armazém, por ser de taipa e telha, certamente registrava temperatura mais amena se comparado com os ranchos cobertos de zinco, que serviam como alojamento. Cada refeição distribuída era devidamente anotada para posterior pagamento por parte da comissão. Os documentos não falam textualmente se os familiares dos trabalhadores, suas mulheres e filhos, tinham direito às refeições, mas, a partir número total de pessoas “socorridas”, é possível afirmarmos que todos os que estavam nos ranchos e acampamentos tinham esse direito. Aqueles que recebiam salário por seus serviços podiam abrir uma conta no barracão, a fim de comprar alguns produtos disponíveis, com exceção de bebidas alcoólicas, que eram proibidas.

Foram registrados alguns acidentes de trabalho, mas todas as vítimas foram tratadas pela própria comissão. A única exceção foi “José Pretinho”, que, ferido em serviço, teve de ser levado até o Asylo de Mendicidade da capital, para que fosse operado. Apesar da gravidade, depois do procedimento médico, recebeu alta sem maiores sequelas corporais.

As condições sanitárias desses locais de moradia improvisados não deveriam ser das melhores; por um lado, faltando água potável em quantidade suficiente para suprir a demanda de tanta gente e, por outro lado, sobrando agentes transmissores de doenças contagiosas. Desde o princípio das construções, foram registrados casos de doenças nos acampamentos. Por isso, foram construídos pequenos ranchos, dispersos pelo terreno, justamente para abrigarem aquelas famílias que aparentavam possuir enfermidades de fácil transmissão. Para os que precisavam de tratamento, havia a barraca dos enfermos, também afastada da dos demais.

¹²⁹ Ajudante de topógrafo que transporte e localiza a mira para o levantamento do terreno.

Vários doentes foram tratados com remédios da “pharmacia” da casa-escritório, e, em sua maioria, conseguiram sobreviver, mas treze infelizes perderam suas vidas, vítimas da “cholerina”, “typho” e “dysenteria de sangue” (apenas nos primeiros meses de 1916). Apesar de terem nomes conhecidos e devidamente registrados na burocracia do IOCS, foram enterrados como indigentes, no cemitério público do Monte Santo. As lágrimas derramadas pelas vidas ceifadas não foram suficientes para aplacar a ira do destino: os familiares também sofreram com a violência simbólica de não poderem registrar os nomes dos seus falecidos.

As doenças, neste caso, representam, para o historiador, uma verdadeira fotografia da situação sanitária dos acampamentos/arranchementos....

A “cholerina” é uma doença causada pela “[...] bactéria vibrio colérico (*Vibrio cholerae*). A transmissão é fecal-oral e se dá através da água e de alimentos contaminados pelas fezes ou pela manipulação de alimentos por pessoas infectadas.”¹³⁰ Diarreia, vômitos, febre e dores abdominais são os sintomas da doença que, em poucas horas, pode causar desidratação severa, baixando a pressão arterial, causando hipotermia e insuficiência renal, depois o coma e a morte. Dela, morreram quatro pessoas: José Xavier (2 anos), José Guilherme (47 anos), Elizio Miguel (18 meses) e Maria Vicente (26 meses). José Guilherme, o mais velho de todos entre os que morreram, pode ter sobrevivido a várias secas, inclusive a dos “três oitos”, mas perdeu a luta da vida contra a morte na seca de quinze, em Bodocongó.

O “typho” compreende um conjunto de doenças infectocontagiosas causadas pelas bactérias do gênero *Rickettsias*. No início do século vinte, o termo poderia, também, referir-se à febre tifoide, “[...] moléstia infecciosa aguda provocada pelo bacilo de Eberth (*Salmonella typhosa*)¹³¹”, que, hoje, sabemos que se trata de uma outra doença. A transmissão do “typho” ocorre por picadas de insetos, como piolhos, pulgas de ratos e carrapatos, ou pela contaminação das fezes desse animal: “A infecção ocorre especialmente em áreas geográficas com más condições sanitárias e de higiene e com grande aglomeração de pessoas, como campos de refugiados, prisões, etc.”¹³² Com a multiplicação das bactérias dentro das células humanas, começam a aparecer manchas e erupções na pele, que se espalham por todo o corpo. Além disso, causa dores de cabeça, febre alta e cansaço. Sem o tratamento adequado, dependendo da variante da doença, “[...] essas lesões adquirem caráter hemorrágico e podem ocorrer complicações, como pneumonia, trombozes, vasculite, gangrena colapso circulatório,

¹³⁰ BRUNA, **sem data**, disponível em <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/colera/>

¹³¹ MALTESE, 1987, pág. 331

¹³² BRUNA, **sem data**, disponível em <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tifo#:~:text=%C3%89%20uma%20doen%C3%A7a%20grave%20causada,trato%20respirat%C3%B3rio%20e%20os%20olhos>

miocardite e uremia”¹³³, levando à morte. Dela, morreram cinco pessoas: Maria Pires (36 anos), Antonio Trajano (26 meses), Olinda Firmino (4 anos), Maria do Carmo (14 meses) e Conceição do E. Santo (12 meses).

A “dysenteria de sangue” é um tipo de diarreia invasiva, inflamatória, causada por bactérias como *Salmonella*, *Shigella*, *Campylobacter* e *Escherichia*, vírus ou verminoses. Nos casos bacterianos, normalmente é necessária administração de antibiótico, remédio que foi acidentalmente descoberto apenas em 1928 (penicilina), portanto inexistente na “farmácia” do IOCS. É adquirida pela ingestão de alimentos ou água contaminados com esses patógenos. O doente pode apresentar um quadro com “[...] febre, vômitos, tenesmo, flatulência, dor abdominal, distensão abdominal, tosse, coriza, anorexia, ocorrência de eliminações durante o sono, dejeções pós-alimentares, fezes explosivas e disúria.”¹³⁴ Os adultos sem enfermidades não correm riscos com a doença, mas ela pode ser fatal em crianças, que podem ter complicações como desnutrição, distúrbio hidroeletrólítico, acidose metabólica, choque e insuficiência renal aguda, causando morte. Dela, morreram quatro pessoas: Antonia Alves (12 meses), Joanna Maria (18 meses), Antonio Pereira (6 meses) e Maria da Conceição (3 anos). O anjinho Antonio Pereira, o mais novo entre todos, veio ao mundo no meio da jornada como retirante, mas não resistiu por muito tempo nesse duro contexto.

Morreram, ao todo, oito mulheres e cinco homens. Dos falecidos, apenas dois eram adultos, sendo um de cada sexo. Entre as crianças com menos de dois anos, três morreram de disenteria, uma de cólera e duas de tifo. Com base nos sobrenomes das vítimas, acreditamos que nenhuma fazia parte da mesma família.

Na imagem abaixo, com olhar em sentido oeste, podemos observar o segundo ponto de concentração das estruturas da comissão, especialmente os dois grandes barracões de 20m X 4m. Tanto nesse local como nas imediações da casa-escritório, foram sendo erguidas outras estruturas, mais ou menos provisórias, possíveis de serem observadas no conjunto de fotografias dos arquivos do DNOCS. No primeiro plano da imagem, à direita, temos dois montes de solo: talvez o menor seja barro, e o maior, solo siltoso. No mesmo lado direito, acompanhando a barragem, vemos centenas de pedras organizadas no enrocamento.

Vemos, também, o início da nova estrada de rodagem, larga e procurando ser reta sempre que possível para facilitar o trânsito dos modernos automóveis, ladeada por outra estrada mais antiga e estreita, que serpenteava em direção ao interior.

¹³³ Idem

¹³⁴ SALLES & SAPIENZA, **sem data**, disponível em <https://www.hospitalinfantilsabara.org.br/sintomas-doencas-tratamentos/diarreia-aguda/#:~:text=A%20diarreia%20aguda%20%C3%A9%20uma,e%20causa%20morbidade%20por%20desnutri%C3%A7%C3%A3o>.



Imagem 07 – Núcleo de alvenaria e progresso do aterro (vista em sentido oeste) (abril de 1916). Acervo DNOCS/Coordenadoria Estadual na Paraíba (João Pessoa)

O segundo semestre de 1916 foi dedicado à finalização do açude, sendo que os diversos serviços transcorriam concomitantemente. O aterramento e devida compactação da barragem continuava e, para isso, eram utilizados grandes rolos de madeira de dois mil quilos, puxados por seis fortes bois. O aterro da barragem, mesmo depois de concluído e devidamente compactado, demoraria alguns anos para ficar totalmente assentado. Foram concluídos, também, o sangradouro, o vertedor e o enrocamento, com pedras arrumadas para evitar erosão da barragem.

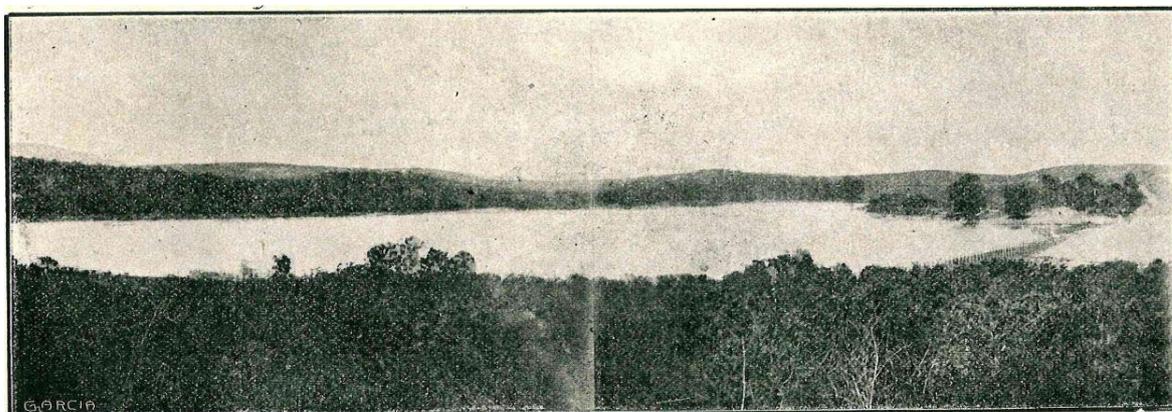


Imagem 08 – Vista panorâmica do açude após sua primeira sangria (fevereiro de 1917). Acervo DNOCS/Sede Central em Fortaleza

Após quatorze meses de intenso trabalho, finalmente o açude estava pronto, em 15 de janeiro de 1917. Dessa data até os festejos de inauguração, em fevereiro, foram feitos pequenos

serviços, como um novo roçado no capoeirão, que rebrotava, para que, quando as águas chegassem, não inundassem a vegetação e a eliminação dos grandes formigueiros de saúvas que cresciam na barragem.

Em 1917, chuvas em abundância chegaram para salvar o Sertão, no tempo certo para embelezarem a festa de inauguração do açude de Bodocongó, realizada em 11 de fevereiro. Dez anos após a chegada do trem em Campina Grande, era inaugurado o açude de Bodocongó, primeira obra do IOCS na Paraíba e a primeira dirigida pelo engenheiro Júlio Barcelos. Na época dessa primeira foto panorâmica, o açude de Bodocongó, integrante da bacia do médio rio Paraíba, possuía uma capacidade calculada de poupo mais de um milhão de metros cúbicos, bacia hidrográfica de 86,5Km² e profundidade máxima próxima ao sangradouro de 8,5metros.

O processo de surgimento do bairro está entrelaçado à sua construção: o bairro de Bodocongó começa a surgir nos acampamentos e grande canteiro de obras do IOCS, e os retirantes de 1915 são seus primitivos fundadores. Após a inauguração do açude, muitos decidiram continuar ocupando as terras do governo federal (desapropriadas), entre a estrada de rodagem e o açude. Conheciam as redondezas devido aos meses morando no local, e haviam estabelecido um conjunto de relações sentimentais e materiais com o ambiente e sociedade do entorno. Sem ter para onde ir, muitos devem ter imaginado que não poderiam abrir mão do suor e das lágrimas derramadas, e que tinham, por direito, dever ou simplesmente última opção a permanência no local.

No item “Onde tem um mestre tem muitos aprendizes” (capítulo 4), iremos apresentar a prova cabal da formação do bairro antes do processo de industrialização.

Nos chamou muita atenção o fato de que, pelo menos desde a inauguração do açude, talvez desde o início da obra, já se falava sobre dois usos possíveis para o manancial, além dos já referidos anteriormente sobre o abastecimento das populações vizinhas e das boiadas e tropeiros que passavam pelo local: aproveitamento para uso industrial e desenvolvimento da atividade de pesca, que poderia se tornar uma das maiores fontes de renda do município de Campina Grande. O sonho industrial se concretizou nas décadas seguintes e a pescaria, se não se tornou uma fonte de arrecadação de impostos para o caixa do município, pelo menos representou uma fonte de subsistência e de renda para alguns mais necessitados.

Quanto à festa de inauguração realizada nos arredores na casa-escritório, marcando a entrega oficial do açude para o governo do estado, certamente foi bem animada, com distribuição de comidas, bebidas e queima de fogos de artifício, contando com a participação de autoridades estaduais e municipais, dos trabalhadores da obra e de muitas famílias das imediações. O ato simbólico da inauguração foi a passagem de automóveis pela barragem, no

mesmo instante em que eram “[...] queimadas gyrandolas e salvas. Enorme massa popular assistiu a inauguração do bello açude. [...] Aos circumstantes, entre os quaes se contavam muitas famílias, foram servida (?) mesa e optimas bebidas.”¹³⁵

2.2. UMA PONTE PARA O FUTURO, UMA ESTRADA PARA O SERTÃO (1915-1918)

Foi no século vinte que bois, burros e jumentos deram vez aos caminhões e outros veículos no transporte de mercadorias e de gente. Foi neste período que o algodão, o “ouro branco” da Paraíba e de Campina Grande, deixou de ser transportado no lombo da animais e passou às “costas” das novas maquinarias, mais velozes e potentes, movidas por energia gerada pela queima do petróleo. Quando o trem chegou no interior, em 1907, ficou patente a necessidade de interligação da nova linha férrea com estradas de rodagem, ou seja, o estado precisava de uma ligação mais eficiente entre a cidade “ponta de trilho” com os locais mais afastados.

Depois do advento do trem e de outras formas modernas de locomoção e transporte, juntamente com o crescimento da voracidade do mercado comprador de algodão, a carga carregada no lombo de animais foi se tornando cada vez mais cara e inviável. Principalmente a partir da década de vinte, com a perspectiva clara do aumento das estradas de rodagem na Paraíba e dos automóveis que por elas transitariam, incluindo caminhões, não seria mais aceitável pagar um valor elevado para os comboios de animais que vinham de Soledade, São Thomé, Alagôa do Monteiro, Pedra Lavrada, Picuhy, São João do Cariry, São José dos Cordeiros, Taperoá, Teixeira, Cabaceiras, Santa Luzia, São Mamede, Patos, Pombal, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Piancó, Sousa, Cajazeiras, Princesa, Misericórdia ou Conceição. Já não era mais interessante esse tipo de transporte, principalmente nos momentos de maior demanda, como o das grandes colheitas, quando, seguindo uma regra econômica universal, os preços desse “frete” aumentavam ainda mais: em até 50%.

Além de custoso, esse meio de transporte é insuficiente e falho. As *tropas* tardas não poderiam conduzir, em longas travessias, as grandes colheitas do sertão. Daí, o desvio para mercados mais próximos, as mais das vezes, em piores condições de venda.

São reconhecidas as vantagens da locomotiva, por sua rapidez, regularidade, comodidade e segurança.¹³⁶

¹³⁵ Jornal O NORTE, 20 de fevereiro de 1917, número 2.521. Arquivo: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/RJ

¹³⁶ ALMEIDA, 1980, pág. 627

Estava justificada a necessidade de implementação de uma nova rede de estradas de rodagem em substituição aos caminhos de boiadas, conectando o Sertão, Cariri e Seridó com Campina Grande. Os animais precisavam dar passagem aos novos carros e caminhões: era necessário abrir caminho para os trilhos do progresso! Alguns dos antigos caminhos e estradas precisavam ser requalificados para ficar mais alargados e resistentes ao peso, a fim de suportar e comportar a passagem dos caminhões que, inicialmente, vinham aos poucos, mas que, rapidamente, tomariam conta da paisagem e se tornariam os senhores das estradas.

Esses caminhos, depois estradas de boiadas, estradas carroçáveis e, por fim, estradas de rodagem de chão batido, mesmo passando por alargamentos, nivelamentos e até alinhamento de certos trechos, tendiam a manter seus percursos originais. Entretanto, normalmente, ocorria que alguns caminhos, antes importantes, poderiam ser relegados a segundo plano, por conta de questões políticas e econômicas regionais, estaduais e municipais, mas, mesmo assim, continuavam existindo como caminhos vicinais.

O ano de 1913 foi marcado pela invenção da “linha de montagem”, que revolucionou os processos de produção industrial e ocasionou inúmeras transformações socioculturais a nível global. A estrela da linha de montagem era o Ford modelo T, que havia sido lançado cinco anos antes, com o valor de 850 dólares, com vários itens opcionais. Esse campeão de vendas logo virou símbolo do estilo de vida moderno.

O motor e a combustão interna propiciavam uma velocidade elevada para os padrões da época. O design simplificado, junto com a produção independente e em massa de todas as peças, com uso de máquinas automatizando a produção, propiciou uma queda no preço do Ford T, ao longo dos anos, fazendo, dele, um sucesso nos Estados Unidos, sendo vendido para diversos outros países. O aumento vertiginoso da quantidade de carros demonstra a capacidade da linha de montagem, e antevem um novo período da história, marcado pelo consumo em massa. Em 1910, quando o desenvolvimento da linha de montagem ainda não tinha sido concluído, foram produzidas 34.528 unidades. No ano seguinte, 1911, saíram da fábrica 78.440 unidades. “Em 1912, outro salto: 168.220 automóveis! No ano seguinte, mais um pulo: 248.317!”¹³⁷ A partir da inauguração da linha de montagem, a produção passou a crescer ano após ano, e sempre se manteve em níveis muito elevados: “Em 1914, a produção da fábrica Ford eleva-se a 308.213 carros. Em 1915, sobe a 533.921. Em 1916, alcança 785.432.”¹³⁸

Alguns desses automóveis, entre outros modelos de veículos, chegaram a Campina Grande ao longo dos anos, desencadeando profundas mudanças econômicas e culturais.

¹³⁷ MONTELLO, sem data, pág. 345

¹³⁸ MONTELLO, sem data, pág. 348

A partir da seca de quinze em diante, a cidade foi se convertendo paulatinamente “[...] em pólo mecânico-rodoviário, por sediar oficina de reparação de veículos e motores da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.”¹³⁹

Voltando ao ano de 1913, o IOCS publica seu “Mapa do Estado da Parahyba”¹⁴⁰ bem detalhado e contendo, além dos principais elementos geográficos, as estradas de ferro em uso e em construção, os caminhamentos, linhas telegráficas e as estradas de rodagem em estudo. O interessante desse material é que ele foi organizado sob a direção do engenheiro Guilherme Lane, o mesmo que, posteriormente, foi responsável pela primeira comissão de construção da estrada de rodagem Campina Grande-Soledade.

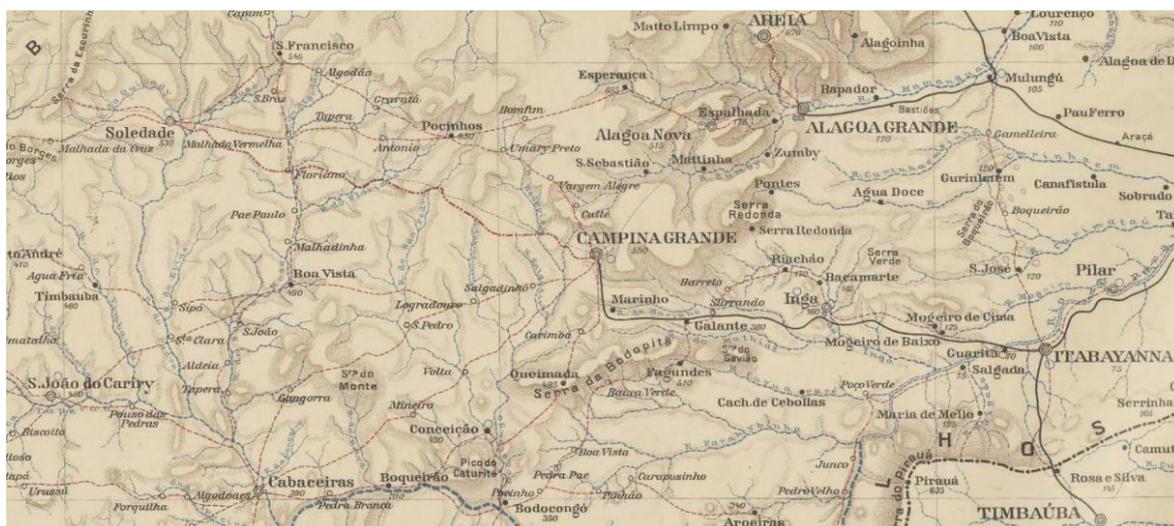


Imagem 09 – Detalhe do “Mapa do Estado da Parahyba” (IOCS, outubro de 1913).
Acervo de Mapas Raros da Biblioteca Nacional

Vemos uma maior complexidade da rede de estradas e caminhos da Paraíba nas primeiras décadas do século vinte. Sentimos falta, entretanto, da estrada que ligava Campina Grande ao brejo, mas acreditamos que a linha telegráfica representada no mapa pode corresponder, também, a esse caminho ou suas proximidades. Contudo, sentimos falta, principalmente, da estrada que ligava Campina Grande ao litoral: acreditamos que pelo fato de a existência da linha de trem, o antigo trajeto “a pé”, poder ter começado a entrar em desuso ou mudado parcialmente. Apenas conseguimos identificar essa antiga estrada a partir do Riachão, seguindo, daí, para Bacamarte, Ingá, Pilar, Cruz do Espírito Santo e a então Parahyba. É interessante notar que esse trecho também aparece no mapa mais antigo de 1858, porém incompleto: naquele mapa mais antigo, faltam as estradas que ligavam essas três últimas

¹³⁹ MELO, 1997, pág. 163

¹⁴⁰ “Mapa do Estado da Paraíba” (outubro de 1913) elaborado pela Inspetoria de Obras contra a Seca, sob a direção do engenheiro Guilherme Lane, chefe topógrafo. Pertencente ao acervo de mapas raros da Biblioteca Nacional/RJ.

localidades, sendo apenas sutilmente indicadas. Por outro lado, a antiga estrada do sertão mantinha seu trajeto, assim como a estrada do Seridó!

A título ilustrativo, chamamos atenção para a localidade “Bodocongó”, ao sul de Campina Grande, que, atualmente, corresponde à cidade de Barra de Santana. A partir desta localização, torna-se possível compreendermos melhor algumas das passagens do capítulo anterior no que se refere aos topónimos.

O que é mais interessante para nós, no momento, é o projeto da nova estrada de rodagem, que, no mapa, aparece legendada como “Estradas de rodagem em estudos”: a estrada de rodagem idealizada por Guilherme Lane seguia um novo traçado.

Com objetivo final e mais ousado de construir uma estrada de rodagem ligando Campina Grande a Patos, no alto sertão, algumas possibilidades foram pensadas: primeiro, e talvez mais óbvio, seria aproveitar a antiquíssima estrada do sertão, no mapa correspondendo ao caminho por Boa Vista, Timbaúba (do Gurjão), Taperoá (antiga Vila Batalhão), Passagem até Patos; a segunda possibilidade deveria incluir justamente Soledade, mais ao norte, passando, também, por Juazeirinho, Junco, Santa Luzia, São Mamede e chegando a Patos.

Esse último traçado foi o escolhido, não só por questões técnicas como a centralidade de Soledade no território paraibano, mas, especialmente, por questões de ordem política. Mas quais seriam os interesses envolvidos na abertura de uma nova rota central de comunicação com o sertão?

A proximidade existente entre os Nóbregas de Soledade (família “ilustre” de grande influência política) como o prefeito de Campina Grande Cristiano Lauritzen foi de grande influência para a escolha da proposta que tinha a vila de Soledade como ponto de passagem da estrada de rodagem.¹⁴¹

Como já sabemos, o então prefeito de Campina Grande gozava da amizade com Epitácio Pessoa, que aprovou textualmente a ideia do novo trajeto. A cidade de Campina Grande e seu contorno urbano foi bastante influenciada por essa escolha. É aí que entra a nossa história local, pois a adoção do trajeto por Soledade influenciou duplamente a formação posterior do bairro de Bodocongó: primeiro, porque, inicialmente, as obras da estrada se somaram às do açude, aumentando o tamanho do canteiro de obras e dos acampamentos no local; segundo, pois o local passou a ser ainda mais transitado com a inauguração da estrada. Além do mais, a estrada do sertão e sua conexão até o centro da cidade se tornou a primeira rua do futuro bairro, servindo de alinhamento e referências para solicitações de construção nos anos e décadas seguintes.

¹⁴¹ MARINHO, 2014, pág. 39

Apesar da necessidade premente e dos estudos em andamento, a verdade é que “[...] em 1914, tudo quanto existia no tocante a estradas na Paraíba, resumia-se em duas que estavam apenas requeridas, a uma terceira em estudos e, a uma quarta, ainda em projecção.”¹⁴² Esse era o cenário, até que a seca de quinze chegou, e, com ela, flagelados, dinheiro federal para obras e... carros!

Realmente, o grande progresso do Nordeste, - seu verdadeiro surto de civilização, - data da introdução do automovel Ford, quando da Sêcca de 1915. A Inspectoria contribuiu na maior parcella para o **salto da pata do cargueiro á roda pneumática**, não somente abrindo estradas de toda ordem e em todos os sentidos, como dando o exemplo e estimulando o uso do transporte mechanico.¹⁴³ (grifo nosso)

Tudo estava pronto para esse “salto da pata do cargueiro à roda pneumática”. A modernidade chegava de quatro rodas, fazendo girar de cabeça para o ar a sociedade sertaneja.

Nesse ponto do nosso trabalho, assim como procedemos no item anterior sobre o açude de Bodocongó, pedimos licença para adotarmos uma linha mais narrativa. Todas as histórias, dados e afirmações que faremos foram descobertas a partir de pesquisas nos arquivos de obras raras do DNCOS/Fortaleza.¹⁴⁴

O IOCS na Paraíba já havia desenvolvido alguns trabalhos como a primitiva tentativa de construção do açude de Bodocongó, o mapeamento do estado com foco nas estradas existentes e futuras, bem como a instalação de postos de observação meteorológica e pluviométrica, mas, quando a seca de 1915 chegou, foi exigido, ao órgão federal, colocar em prática todos os projetos existentes ou idealizados. Os eventos traumáticos que seguiram foram amplificados pela classe política nordestina e paraibana, que visavam trazer verbas e ações do governo para seus estados, a fim de aplacar o estado de calamidade social e agradar os aliados políticos locais. Foi assim que a construção da estrada de rodagem Campina Grande à Soledade começou.

As obras começaram em 08 de novembro de 1915, definitivamente concluídas em 02 de junho de 1918 e entregues oficialmente ao governo do estado em 20 de junho do mesmo ano.

¹⁴² MAIA, 1978, pág. 61

¹⁴³ Boletim da Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas. Volume 3. Número 4. Fortaleza: Typographia Minerva-Assis Bezerra, 1935. Acervo digital da prefeitura de Fortaleza (Boletins IFOCS)

¹⁴⁴ **Publicações:** “Obras novas contra as secas: executadas entre 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918.” (1920) e “Estradas de rodagem e carroçaveis construidas no Nordêste Brasileiro pela Inspetoria de Obras Contra as Seccas nos annos de 1919 a 1925” (1927)

A primeira comissão (1915-1917) foi chefiada pelo engenheiro Giles Guilherme Lane. Inicialmente, foram realizados estudos de campo para a construção dos 168 quilômetros que separavam Campina Grande de Patos. Entretanto, como havia urgência para o início das obras, foram feitos projetos e plantas para a construção dos primeiros quilômetros. Apenas nas imediações de Campina Grande, em terras cultivadas e com benfeitorias, foi necessário pagar indenização, enquanto que, mais para o interior, os proprietários cederam a faixa de terra necessária para o empreendimento.

A primeira comissão fez toda a terraplanagem, várias escavações para abertura de valetas, fechamento de aterros e elevação de grades, bem como o lastramento com cascalho, saibro e material silico-argiloso dos primeiros dez quilômetros. Esse material, quando não podia ser encontrado no mesmo local da obra, era transportado nos caminhões da própria comissão. Era necessário que a estrada, quando pronta, resistisse ao peso das rodas dos caminhões, mas, também, dos carros de boi.

A carestia de água entre as duas localidades dificultava muito os trabalhos, tanto porque era necessário humedecer a mistura para a devida compactação da estrada de “terra batida”, como porque tornava o trabalho humano ainda mais exaustivo. As águas subterrâneas, encontradas ao longo do caminho, eram tão salobras que nem sequer poderiam ser usadas para a empreitada. Os mais de quatrocentos homens que trabalhavam na construção da estrada recebiam água, até o quilômetro quatorze, transportada por jumentos. Junto a essas centenas de trabalhadores braçais, havia, também, os técnicos que recebiam valores calculados em diárias.

Além dos trabalhos já citados, a primeira comissão conseguiu, ainda, instalar pequenos drenos para chuva e construir duas pontes, uma sobre o rio Mumbuca, com onze metros de vão, e outra em concreto armado sobre o sangradouro do açude de Bodocongó, com três vãos de nove metros cada (a primeira de Campina Grande com essa técnica construtiva). Em 1917, foi dissolvida, devido à falta de verbas para continuação dos trabalhos.

Em janeiro deste mesmo ano, as chuvas caíram torrencialmente, enchendo o Açude de Bodocongó e embelezando a festa de inauguração e entrega ao governo estadual. Essas mesmas chuvas também danificaram a estrada em muitos pontos e atrapalharam a visita do inspetor técnico do IOCS, que se contentou em observar a obra em concreto armado recém concluída.



Imagem 10 – Ponte sobre o sangradouro do Açude de Bodocongó (fevereiro de 1917)

As publicações do IOCS classificavam a ponte como uma verdadeira obra de arte, opinião compartilhada por jornais da época. Certamente, uma obra em concreto armado deveria chamar atenção, pois era uma novidade no período. Do ponto de vista arquitetônico, acreditamos que se trata de um estilo moderno prévio ao *Art Decó*, talvez um ecletismo simplificado.

O ato simbólico de inauguração do açude de Bodocongó foi a passagem dos primeiros automáticos pela ponte do sangradouro, momento em que houve queima de fogos e gritos de “salva”. A passagem dos automóveis marcou a chegada da novidade e a ponte se tornou uma verdadeira porta para o sertão e, simbolicamente, um portal para o futuro. Mas foi demolida no final da década de cinquenta, quando se tornou necessário alargar a passagem com a construção de uma outra estrutura.

Vemos, na imagem abaixo, ainda engravatado mas com as mangas arregaçadas, o Dr. J. Pires do Rio de Janeiro, inspetor do IOCS, que decidiu entrar nas agitadas águas do Bodocongó. Uma companheira de peripécias com suas roupas e chapéu de “madame”, apesar de relutante, também entra para banhar parte do seu corpo. Homens, meninos e animais observavam admirados a cena. Estava feita a inspeção *in loco*! Certamente, os dois também participaram da inauguração do açude, ocorrida no mesmo mês da inspeção (talvez até na mesma semana ou dia da fotografia), aproveitaram dos comes e bebes, e ainda por cima, testemunharam a passagem dos carros pela ponte ao som de fogos de artifício.

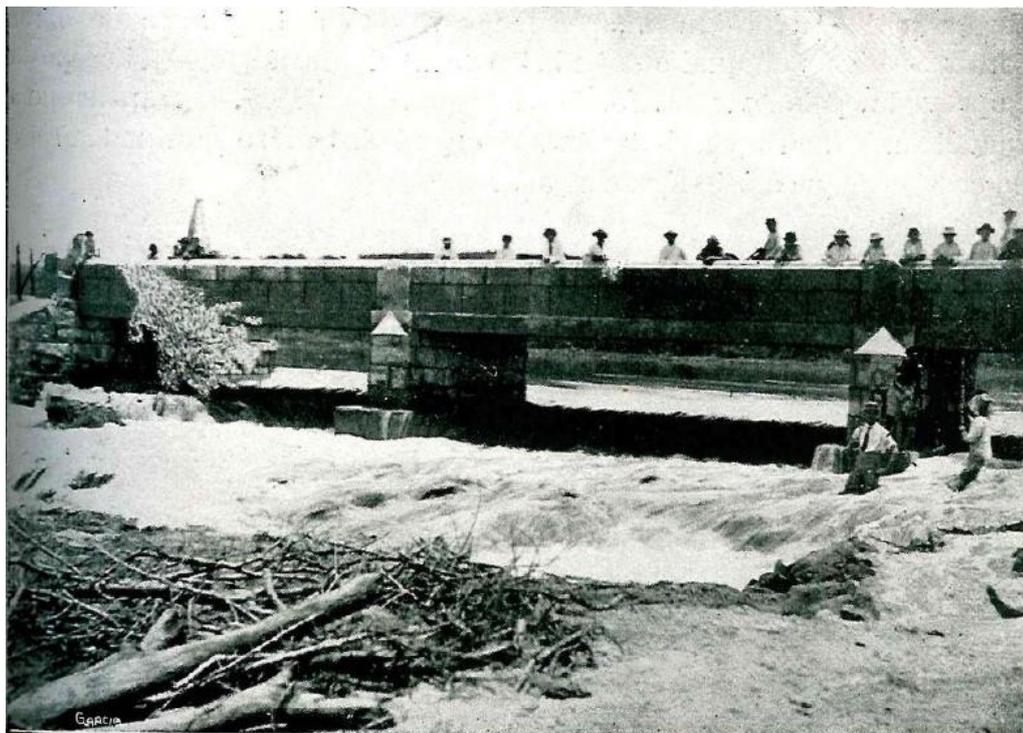


Imagem 11 – Ponte sobre o sangradouro do Açude de Bodocongó (fevereiro de 1917)

Em maio de 1917, foi formada uma segunda comissão para finalizar os trabalhos, chefiada pelo engenheiro Jayme Leal Costa. Novamente, interveio, para liberação dos recursos necessários à conclusão, junto ao Ministro da Fazenda, o então senador Epiácio Pessoa. Essa comissão ficou responsável pela construção das demais pontes (riachos Cobras, Fundo, Floriano, S. José), bem como por consolidar alguns aterros até então incompletos, lastramento e bombeamento do restante da estrada. Os longos areais, existentes entre Campina Grande e Soledade, dificultavam o trabalho quanto à obtenção de matéria-prima adequada para o lastramento com 25 centímetros, capaz de suportar o tráfego de cargueiros e carros de boi, caminhões, automóveis e “carroças de tipo moderno”.

Com as chuvas de 1918, ocorreu o humedecimento natural, e, com isso, foi possível realizar a compressão geral da estrada (entre março e abril). Finalmente, em dois de junho, a estrada foi definitivamente concluída. O chão estava “pavimentado” para os novos meios de transporte que iriam se popularizar na década de vinte. Nessa década,

O automobilismo dominou, imprevisivelmente, nossas relações sociais e econômicas. [...] Os fazendeiros abrem caminhos vicinais. Do litoral aos pontos mais longínquos cruzam-se, incessantemente, os automóveis com [...] os patentes influxos da circulação no espaço. A safra de algodão, que, nos anos anteriores, se escoava para outros mercados, foi, em quase sua totalidade, transportada em caminhões para Campina Grande.¹⁴⁵

¹⁴⁵ ALMEIDA, 1980, pág. 629

**UM LUGAR EM
CONSTRUÇÃO
(1917-1933)**

Os *Roaring Twenties* (para falantes do inglês), ou “loucos anos vinte”, começaram efetivamente nos últimos instantes do ano de 1918, quando, finalmente, acabou a Primeira Guerra Mundial, acontecimento histórico que mudou as fronteiras internacionais, as relações entre países e ocasionou um gigantesco prejuízo socioeconômico, especialmente para a Europa. Essa década só teve fim com a grave crise econômica de 1929, ocasionada pela superprodução e especulação financeira gestada ao longo dos anos.

Esses *Années Folles* (para falantes do francês), ou “loucos anos”, foram marcados por grande euforia coletiva em parte explicada pelo crescimento econômico relativo, resultado do reerguimento da Europa após a destruição ocasionada pela guerra e pela ascensão dos Estados Unidos como potência mundial.

Os Estados Unidos despontaram como uma das grandes potências desse período justamente porque se manteve neutro belicamente durante os primeiros anos da primeira guerra, enquanto realizavam vantajosos negócios. O país adotou uma forte política de empréstimos para a Inglaterra e outros aliados, tornando-se, com isso, o maior financiador do empenho de guerra e, posteriormente, o maior financiador em geral do mundo capitalista. Neste país, o consumismo virou sinônimo de qualidade de vida: além de carros e eletrodomésticos, a população americana desfrutava de entretenimento através do cinema e da música *jazz*. Era o *american way of life* baseado na produção padronizada em larga escala e consumo em massa, sendo o carro popular o símbolo máximo desse “estilo de vida americano”.

Havia uma verdadeira euforia com a ideia de paz permanente e reerguimento econômico. O pensamento reinante era que a primeira guerra mundial, de tão devastadora, teria sido a última guerra pela qual passou a humanidade. O ideal da Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, era o de desenvolver a cooperação entre as Nações a fim de garantir a paz e a segurança global. Nos anos vinte,

[...] apesar da crise permanente, mascarada por momentos de aparente prosperidade, acreditava-se que a guerra fora banida da face da Terra. Acreditava-se também que os princípios liberais e democráticos haviam triunfado definitivamente, devido ao aniquilamento de tradicionais Monarquias militares e ao desmoronamento de regimes conservadores apoiados em Exércitos e Igrejas reacionários. [...] Por isso organizaram a Liga das Nações, que objetivava promover a cooperação entre as Nações e garantir a paz e a segurança internacionais.¹⁴⁶

¹⁴⁶ AQUINO, 1995, pág. 263

A sociedade mundial respondeu aos efeitos materiais e simbólicos da guerra recém-encerrada, desenvolvendo novas formas de comportamento e expressão. Nas artes, ocorreu o rompimento com o estilo *Art Nouveau* e o surgimento do *Art Decó*. O outrora denominado “estilo 1925”, “jazz-moderno berrante” ou “art décoratif”, mais conhecido como *Art Decó* devido à *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes* (1925), foi um estilo de artes visuais, design e arquitetura singular que, ao mesmo tempo em que manifestava os ideais da revolução industrial e da modernidade com o uso de formas geométricas e traços retilíneos, apresentava requinte e, talvez, até mesmo certa extravagância.

Em algumas partes do globo, o processo de industrialização acelerou-se, e, com ele, o incremento da população urbana. “A mudança de trabalho das fazendas para as fábricas continuava, porém as fábricas tinham mais probabilidade de sofrer com sérias quedas repentinas dos preços do que as fazendas.”¹⁴⁷ Camponeses se tornavam operários, as cidades cresciam e a vida e cultura urbana se tornavam cada vez mais agitadas.

A inserção da mulher no mercado de trabalho industrial favoreceu o crescimento dos movimentos e lutas pela emancipação feminista.

Elas jogaram fora os espartilhos, assim como os impraticáveis vestidos longos, penteados elaborados e chapéus daquele tempo e adotaram vestidos mais curtos e menos ajustados à cintura e penteados mais fáceis de montar, como bobes.

Pijamas de seda se tornaram populares para relaxar, divertir-se em casa ou ir à praia, com estilos chineses e egípcios especialmente na moda em termos de roupas e jóias – o último especialmente devido à descoberta da tumba do faraó Tutancâmon em 1922.

Coco Chanel até começou a usar calças. O que começou como uma revolução de nicho de jovens boêmios se generalizou.¹⁴⁸

A década de vinte, no mundo, foi marcada pela consolidação de novas ideais e comportamentos; por novos ritmos de trabalho nas fábricas, com o controle científico do tempo, através das linhas de montagem que se consolidaram. Mas, também, por novos ritmos nos teatros e *cabarés*, como o *jazz*, que possuía uma sonoridade moderna, frenética e inebriante. A modernidade do *jazz*, porém, não advinha de uma linearidade ou de uma repetição, como numa linha de montagem fabril, mas de uma contestação à massificação expressa pela improvisação marcante do estilo.

¹⁴⁷ BLAINEY, 2008, pág. 303

¹⁴⁸ BAKER, 2018, disponível em < [90](https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-43089701#:~:text=E%20assim%20como%20o%20g%C3%AAnero,da%20m%C3%BAsica%20permeiam%20o%20visual.%22></p></div><div data-bbox=)

Por aqui, no Brasil, o novo chegava paulatinamente, enquanto ainda vigorava uma velha República. As grandes oligarquias dominavam o cenário político nacional, com destaque para as originárias de São Paulo e de Minas Gerais: esses dois estados praticamente revezavam-se na indicação do presidente da República, o que ficou conhecido como “política do café-com-leite”. Para manter essa estrutura nacional com pouco espaço para alternâncias ou mudanças, era necessário criar uma arquitetura do poder junto às oligarquias locais, e, para isso, foi estabelecido um sistema de troca de favores, tendo como base a transferência de recursos do governo federal para os estados. Em termos mais diretos, a “política dos governadores” era a troca de dinheiro federal por indicação e eleição de políticos locais alinhados. Na ponta desse sistema de poder, estava o “coronel”, que controlava a população local e a própria estrutura do Estado, a nível municipal. Para isso, exercia o mandonismo, o apadrinhamento e lançava mão do “voto de cabresto”.

Sob o ponto de vista econômico, o café era o principal produto de exportação do país, posição que ocupava desde o século dezenove. Na década de 1920,

De nossas principais exportações, só o café apresentou um desempenho auspicioso, em preços e quantidades; o algodão ainda teve uma expansão, graças à reconstrução do pós-guerra e pela proteção indireta dos preços mantidos pelos EUA; mas as demais apresentaram estagnação ou mesmo queda. Em valor (em libras esterlinas), as mais afetadas negativamente foram as do açúcar (- 45%) e da borracha (- 75%), enquanto as do café cresciam 53%. Mas é preciso dizer que São Paulo concentrava cerca de 2/3 dessas exportações [...]¹⁴⁹

Nesse período, São Paulo também desponta como principal centro industrial do país, ultrapassando o Rio de Janeiro, e, para isso, muito contribuiu o capital proveniente da lavoura de café, “[...] pois os fazendeiros paulistas investiam os recursos extras da lavoura de exportação na compra de máquinas.”¹⁵⁰ Podemos dizer que a industrialização brasileira foi praticamente realizada com máquinas provenientes da Europa, continente onde a revolução industrial era uma realidade há mais de um século.

A industrialização brasileira foi patrocinada pelo excedente de capital obtido por alguns setores específicos da agricultura de exportação. Mas não foram apenas os paulistas que fizeram esses investimentos ou algum tipo de transição econômica do campo para a indústria, pois não era “[...] raro fazendeiros de algodão inaugurarem fábricas de fiação e tecelagem, pecuaristas

¹⁴⁹ CANO, 2012, págs. 900-901

150

fundarem fabriquetas de couro e cafeicultores voltarem-se para a produção de vagões e de máquinas que beneficiavam o café.”¹⁵¹

Os anos vinte, no Brasil, foram anos contraditórios da coexistência de práticas sociais arcaicas com novidades que alteraram o cotidiano da sociedade. A industrialização e a consequente urbanização mudaram a cara do país e ajudaram a formar uma intelectualidade desejosa de refletir sobre os principais problemas nacionais. Alguns ideais progressistas, discutidos e propagados por essa intelectualidade em crescimento, acabaram por influenciar “[...] na realização de grandes eventos, como a Semana de Arte Moderna de 1922, na criação da Academia Brasileira de Ciências e nas inúmeras revoltas militares sob o signo do tenentismo (1922, 1923 e 1924). Em 1924, funda-se no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação [...]”¹⁵² Ainda no ano de 1922, é fundado o Partido Comunista no Brasil (PCB), que passou a organizar o movimento e as greves de operários juntamente com grupos anarco-sindicalistas.

Na Paraíba, os anos vinte também foram tempos de transformações, uma década marcada por transições na configuração da econômica local, na organização social e nas práticas culturais. Coexistiam práticas herdadas de longa data com algumas novidades que impulsionavam mudanças de longo prazo.

Essa década representa, para a economia paraibana, um momento de recuperação, ao mesmo tempo em que se confirmam e reforçam as bases no sentido da agro-exportação, com ligeira abertura para a indústria moderna, induzida pelo seu setor exportador. Afora as indústrias estimuladas pela cana-de-açúcar, algodão e pecuária, os demais ramos são representados por pouco mais que fábricas caseiras, mesmo assim em pequeno número.¹⁵³

Na atividade açucareira, base da economia paraibana por muitos anos, as novas usinas com requintes industriais pediam passagem: “O processo de modernização da indústria açucareira passa a um novo momento com a implantação das usinas”¹⁵⁴. Quatro delas foram fundadas na década de vinte, sendo uma no brejo e as outras na capital ou arredores.

Na atividade algodoeira, a era dos tropeiros e almocreves também dava sinais de que estava chegando ao fim: a derradeira hora chegaria até mesmo para as boiadas que, desde o princípio, caminharam pelas antigas trilhas, caminhos e, depois, estradas do sertão. Pediam passagem pelas estradas de rodagem os novos carros e caminhões, marcando, simbolicamente, o início de uma nova era no estado da Paraíba. Se os meios de transporte se modernizavam a

¹⁵¹ DEL PRIORE, 2010, pág. 237

¹⁵² LIMA, 2010, pág. 100

¹⁵³ FERNANDES & AMORIM, 1999, pág. 44

¹⁵⁴ FERNANDES & AMORIM, 1999, pág. 35

passos largos, por outro lado, a cadeia produtiva do algodão via surgir algumas novidades pontuais que não alteraram significativamente a produção e processamento desse produto, primordial para a economia interiorana. As antigas bolandeiras (máquinas de descaroçar algodão) estavam sendo substituídas por máquinas a vapor, as prensas hidráulicas para enfardamento do algodão já começavam a fazer sucesso, mas, na fase de plantio, por exemplo, ainda vigorava um baixo nível técnico, sem seleção de sementes e uso de instrumentos rudimentares, como foices e enxadas.

Nas ruas das cidades e nas estradas que desbravavam as zonas rurais, conviviam, nem sempre pacificamente, animais, pessoas e máquinas. Da capital ao sertão, os automóveis foram ocupando, paulatinamente, as vias de trânsito, gerando curiosidade e, muitas vezes, até mesmo medo. Até mesmo a morte poderia vir de forma moderna na capital Parahyba dos anos vinte:

O primeiro auto que apareceu nesta cidade, e aqui ficou, [...] foi recebido como uma novidade surpreendente, despertando a curiosidade de toda a população e arrastando olhares por onde passava.

Um bello dia o vehiculo apanhou um porco, na via publica, matando-o (nessa época suínos e gallinaceus ainda surgiam nas artérias da urbs sem ser incommodados) e um jornal noticiou inoricamente o desastre.

Hoje – já lá se foram mais de tres lustres¹⁵⁵ - roda pelas nossas ruas e praças uma centena de autos e os ameaçados de serem colhidos não são mais os porcos, que não os temos soltos, porém nós mesmos, pela desenvoltura dos chauffeurs na ansia de voar e vencer.¹⁵⁶

O automóvel, como grande novidade, era um verdadeiro símbolo dos tempos modernos. Seu aspecto e sua velocidade chamavam a atenção e despertavam medo. As ruas da capital, inicialmente, e depois das outras cidades do estado, foram conquistadas por essa maquinaria moderna que levava consigo não apenas pessoas e mercadores, mas, também, novas práticas sociais e culturais. A velocidade acelerada dos anos vinte seria o segredo para a prosperidade: além dos *chauffeurs*, a sociedade em geral dos anos vinte tinha “ansia de voar e vencer”.

Muito da importância atribuída aos automóveis como elementos estimuladores de mudanças econômicas, sociais e culturais, está relacionada com a velocidade com que as informações eram trocadas entre as várias localidades da Paraíba e deste com outros estados nordestinos e outras regiões do país. Na verdade, essa rede de comunicações mais efetiva foi se estabelecendo a partir do telégrafo (1874), que ligou a capital com Recife e a rede nacional¹⁵⁷, garantindo a troca de informações praticamente de forma instantânea. O trem e o automóvel

¹⁵⁵ Um lustre equivalia a cinco anos.

¹⁵⁶ Matéria “O primeiro automóvel da Parahyba”, Jornal A UNIÃO, 09 de julho de 1925. Arquivo digital do Jornal A UNIÃO.

¹⁵⁷ O telégrafo chegou em Campina Grande no ano de 1896.

foram outras invencionices modernas que chegaram para alterar a forma como o interior do estado se relacionava à zona litorânea.

Muitos outros acontecimentos ou processos poderiam ser citados, mas uma questão em especial é importante de ser lembrada: o poder que as obras contra as secas tiveram (desde a década anterior) para a diluição paulatina do “patriarcalismo sertanejo”. É possível afirmar que “[...] as obras contra as secas representaram fator de animação na Paraíba dos anos Vinte. Fosse como fosse, o dinheiro circulava e as realizações se sucediam. Uma febre de progresso perpassava o estado. As cidades urbanizavam-se e cresciam.”¹⁵⁸

A chegada de uma gama de equipamentos modernos, juntamente com a presença de novos tipos e categorias sociais, como engenheiros, técnicos, motoristas etc., são exemplos das mudanças em curso e dos elementos impulsionadores dessas mesmas alterações.

Com os “loucos anos vinte”, Campina Grande experimentaria o início do auge do seu desenvolvimento econômico, resultado, principalmente, do comércio algodoeiro. Entretanto, o poder econômico do município não provinha apenas da sua rede de relações econômicas de caráter regional, nucleada pelo algodão, mas, também, e em parte, devido a sua própria área rural, pois ainda possuía, no início da década de vinte, “[...] um rebanho bovino que era o maior do Estado [...]”¹⁵⁹ Essa herança dos tempos das grandes fazendas de gado que defloraram o sertão ainda era marcante não só para a economia campinense, mas, também, para as relações sociais que se estabeleciam de forma contraditória.

A despeito dessa economia e sociedade tradicionalmente estabelecidas, a verdade é que a Campina Grande de então estava

Grávida de modernidade, de ousadia, de despudor, de liberalidade e de progresso...

Seus valores cristãos, agrários e patriarcais sofrem abalos e começam a ser vistos com “cisma” pelas “crias” legítimas e adotadas por ela, Campina. Vivendo entre o velho e o novo, num cenário ambíguo, os campinenses, tal qual a mãe, ficam “ariados” e parecem ser cada um deles, um brasileiro à procura de si mesmo. Efetivamente, o processo de modernização, a nível de Brasil e, especificamente, de Campina, provoca deslocamentos, ambiguidades e “desordem”, pro trazer consigo questionamento dos valores rurais e por germinar valores urbanos e liberais, típicos da classe burguesa.¹⁶⁰

Nesse mundo em transição, quase de “ponta cabeça”, conviviam tanto tropeiros e boiadeiros como motoristas e *chauffeurs*, tanto pequenos produtores do brejo vendendo seus

¹⁵⁸ MELO, 1997, pág. 166

¹⁵⁹ SYLVESTRE, 1993, pág. 31

¹⁶⁰ GURJÃO, 2000, pág. 66

alimentos quanto grandes comerciantes comprando e vendendo o “ouro branco”, agricultores e vaqueiros junto a um incipiente proletariado urbano, coronéis políticos e engenheiros acadêmicos, candidatas à beata e prostitutas profissionais, imigrantes esfomeados e forasteiros endinheirados, velhos iletrados junto até mesmo com os primeiros cientistas que por aqui passaram, professoras e lavadeiras. A riqueza gerada pelos fardos de algodão que lotavam as ruas da cidade era o atrativo maior para essa verdadeira “fauna” social bastante complexa e diversificada que se formava.

Assim como ocorria em outras cidades do Nordeste, o desenvolvimento de Campina Grande era baseado na agropecuária. Até mesmo o comércio e os serviços, atividades tipicamente urbanas, também eram organizados em torno do setor agropecuário. O núcleo urbano servia aos setores e segmentos rurais, e era assim que, dialeticamente, esse mesmo núcleo se expandia e, de certa maneira, transformava-se.

É pouco antes da década de vinte, mas principalmente durante ela, que registramos a chegada ou implementação de vários elementos (ou exemplares) típicos da modernidade e da urbanidade: serviço de comunicação com “telefones de veio” (1918), prensa hidráulica (1919), iluminação pública com “luz elétrica” das principais ruas (1920), Banco do Brasil (1923), Posto de Profilaxia Rural e Doença Venérea (1923), educação pública por meio do Grupo Escolar Solon de Lucena (1924), serviço de transporte de malas (correios) por automóveis (1924), meio fio de pedra na Praça Epitácio Pessoa e Rua Maciel Pinheiro, dando início ao calçamento do centro (1925), fundação do Treze Futebol Clube (1925), consolidando o esporte bretão em terras campinenses, serviço de bondes movidos a gasolina (1926), início da construção do Hospital Pedro I (1926), Associação Comercial (1926), chegada de grandes caminhões Berliet adquiridos pelo IFOCS (1926), primeiro reservatório de distribuição de água encanada, instalado no Monte Santo (1926), cooperativa de crédito Banco Auxiliar do Povo (1928), transporte coletivo de passageiros com ônibus (1927) etc.

Modernidade e tradição conviviam, nem sempre pacificamente, em uma cidade em franca expansão econômica e relativo crescimento urbano. As transformações vivenciadas nessa década se davam no plano econômico, urbanístico, social, simbólico e cultural. Não apenas a materialidade da cidade estava em mutação, o que aconteceu com maior intensidade com as reformas urbanas das décadas seguintes, mas também a sociedade, de uma forma geral, vivenciava tempos de transformação.

Em 1924...

A cidade tinha, apenas 2.486 casas e estava passando por avanços urbanos enérgicos e necessários. No ano anterior, foram proibidos de serem utilizados mais de duzentos carros de boi, como meios de transporte e os transportes de carga passaram a ser feitos por caminhões.

Já se fazia notar, também, a utilização do carro de praça. Era o progresso. No mesmo ano de 1924, como não existiam aparelhos sanitários nas casas, um grupo de médicos da higiene estava obrigando a população a fazer a construção de gabinetes sanitários com fossas.¹⁶¹

O poder econômico da cidade se assentava no comércio, preponderantemente de algodão. Campina Grande era a principal “[...] praça algodoeira do Nordeste, talvez mesmo do Brasil”¹⁶², com suas 35 empresas instaladas em várias ruas do centro; dessas, apenas duas tinham sede fora (Natal e Parahyba).

Era tanto algodão comercializado por Campina Grande que, em 1925, apareceu, por aqui, “[...] uma especie de vehiculo ainda pouco conhecida nesta zona do paiz [...]”¹⁶³, um trator Caterpillar, apelidado como o “trem de terra”, capaz de transportar até trinta toneladas ou o equivalente à carga de dezessete caminhões da Ford. Manobrado pelo motorista negro norte americano Jack Wicks, autoapelidado como Nigro-Wicks, o trator havia sido comprado diretamente do governo paraibano nos Estados Unidos, e podia percorrer as piores estradas das diferentes zonas produtoras de algodão até Campina Grande, sua base.

Diariamente, as ruas ficavam completamente abarrotadas com os grandes fardos em espera para serem transportados até o trem. Não foi preciso avançarmos muito na década de vinte para percebermos que, já em 1925, os moradores de Campina Grande criavam o ideal de uma “cidade cosmopolita”. Para eles, era necessário, como símbolo do crescimento da cidade, a instalação de um sistema de transporte urbano eficiente. O incremento da urbanização havia criado uma cidade “[...] dotada de intensa vida propria” e que por isso mesmo necessitava possuir “[...] seu serviço de tracção urbana e suburbana.”¹⁶⁴

A relativa expansão do núcleo urbano de Campina Grande e uma incipiente periferização também foram, portanto, marcas dos anos vinte. A intensificação da ocupação do setor que deu origem ao José Pinheiro (1927), nas proximidades do Riacho das Piabas, e o surgimento praticamente espontâneo de um subúrbio mais afastado, o de Bodocongó (entre 1917 e 1927), são exemplos desse processo de expansão urbana em gestação.

¹⁶¹ MELLO, 2000, pág. 41

¹⁶² MORAES, 1985, pág. 56

¹⁶³ Matéria “Interesses do Estado”, Jornal A UNIÃO, 04 de julho de 1925. Arquivo digital do Jornal A UNIÃO.

¹⁶⁴ Matéria “Tracção urbana em Campina”, Jornal A UNIÃO, 09 de julho de 1925. Arquivo digital do Jornal A UNIÃO.

3.1. SOBRE CIÊNCIAS E PLANTAS (1919-1922)

O ano de 1919 ficou marcado na história por fatos extremamente importantes ou, minimamente, curiosos.

No Rio de Janeiro, fora realizado o “carnaval dos carnavais”: três meses de festa para aqueles que sobreviveram à epidemia de gripe espanhola que havia assolado a capital do país¹⁶⁵. Entre os preparativos dos festejos e os últimos suspiros da pandemia, também morreu o presidente novamente eleito, Rodrigues Alves, possivelmente da gripe. O detalhe é que ele ainda não havia sido empossado, o que obrigou a realização de uma nova eleição. Após disputas acirradas, venceu o candidato representante dos cafeicultores, Epiácio Pessoa, que, de forma *sui generis*, foi eleito, enquanto estava em missão diplomática na França.

Participava da Conferência de Paz de Paris, durante a qual foi elaborado e aprovado o Tratado de Versalhes, impondo duras penalidades para a Alemanha, que saíra derrotada do conflito. O chefe da delegação brasileira era justamente o paraibano Epiácio Pessoa. Ele e a nossa delegação conquistaram os dois grandes objetivos nacionais naquela conferência: pagamento por parte de Alemanha, com juros, de dívidas referentes à compra de café paulista; e incorporação à frota nacional dos navios alemães que haviam sido apreendidos em portos brasileiros.

No mesmo ano de 1919, a Ford começava a produzir no Brasil, mais precisamente em São Paulo, os seus afamados modelos T, apelidados de “Ford Bigode”, alguns dos quais chegaram na Paraíba nos anos seguintes.

Campina Grande, por sua vez, que tinha, na época, por volta de 10 mil habitantes, mas apenas 3 professores primários¹⁶⁶, recebeu, nesse ano, sua primeira prensa hidráulica de algodão. Também recebeu, com atenção e curiosidade, Philipp von Luetzelburg, que chegou junto com a seca de 1919.

Botânico e fitogeógrafo alemão de Landsberg am Lech, onde também viveu a famosa Rapunzel, Phillip teve a sorte de desembarcar no Brasil anos antes da guerra ser deflagrada na Europa, vivendo em terras brasileiras durante todo o conflito e nos anos que se seguiram. Havia sido destacado pela Academia de Munich, ainda em 1910, para estudar a flora do nosso país. Parece que o destino sorria para o alemão da Alta Baviera, e, aqui no Brasil, conseguiu alguns empregos e cargos interessantes, como o de chefe de Culturas do Museu Nacional, no Rio de

¹⁶⁵ A gripe espanhola, causada por um tipo de vírus *influenza*, desembarcou no Brasil junto aos navios que retornavam da guerra na Europa. No mundo pode ter matado 50 milhões de pessoas e no Brasil algo em torno de 35 mil, sendo 15 mil apenas na capital.

¹⁶⁶ ALMEIDA, 1962, pág. 381

Janeiro, e o de professor na Escola Agrícola São Bento das Lages, na Bahia. Por acaso e sorte, durante uma viagem à capital, conheceu o engenheiro Arrojado Lisboa, Inspetor Chefe do IFOCS, que o convidou para assumir o cargo de Botânico e “Phyto-Geographo” do órgão federal. Recebeu a missão de estudar as regiões flageladas pelas secas no Nordeste. Foi ele, por exemplo, quem nos deixou a primeira catalogação e análise científica da flora da ribeira do Bodocongó, trabalho realizado entre 1919 e 1922, e sobre o qual trataremos um pouco mais adiante. Foi ele, possivelmente, o primeiro cientista (brasileiro ou estrangeiro) a desenvolver um trabalho de pesquisa no Açude de Bodocongó, nesse caso incluso em um estudo botânico mais amplo sobre o Nordeste brasileiro.

Seus estudos sobre a região Nordeste, inicialmente, tinham objetivos bem utilitários, como o melhoramento das árvores e madeiras que poderiam ser utilizadas com fins econômicos. Realizou várias viagens de pesquisa nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, além de outros estados do Brasil, como o “Piauhy” e “Goyaz”, muitas delas extremamente duras e passando por regiões

[...] inhospitas, cheio de obstaculos, com recursos infimos, nas custas de burros, sobre montanhas, atravez rios e brejos [...] em viagens de muitos milhares de kilometros em regiões despovoadas e desconhecidas. Luctamos uma vez, para conservar a collecção, contra a secca e o fogo, outra vez contra a agua e o consequente môfo. Fizemos botanica com pá e picaretas, com saccos e malas; colhíamos a tiro as parazitas e epiphitas das arvores; tombavamos arvores com dynamite, porque o machada era incapaz de derrubar-as.¹⁶⁷

Em muitas dessas viagens, passou tanta necessidade que os sertanejos, já empobrecidos, fizeram questão de compartilhar, com ele e sua pequena comitiva, as últimas provisões que tinham: farinha e carne seca.

As coleções botânicas, obtidas com muita dificuldade e, muitas vezes, em péssimas condições de preservação, eram, então, enviadas para a Academia de Munich e distribuídas entre 46 especialistas de renome para identificação e catalogação.

Começou suas pesquisas na “Parahiba” em maio de 1919 e realizou diversas viagens de automóvel, a cavalo ou mesmo a pé, dependendo de cada estrada. As primeiras expedições científicas foram realizadas a partir da capital e tiveram como foco a região litorânea. No segundo momento, Campina Grande foi eleita como o ponto privilegiado que serviu como base para as três expedições de Philipp, pelo interior do estado. Do início dos trabalhos até a

¹⁶⁷ LUETZELBURG, 1922-1923, pág. 4-5 (volume 1)

finalização deles, em fevereiro de 1922, o estudioso elaborou um verdadeiro mapa botânico do estado.

Entre outras inúmeras conclusões, afirmou o alemão que Campina Grande se localizava exatamente em uma espécie de linha divisória entre biomas e vegetações, possuindo tanto resquícios de “matta viçosa e alta de typo hygrophilo-megathermico”¹⁶⁸, a leste, quanto vegetação “xerophila”, a oeste. Mais ao norte e noroeste desta cidade, foi observada uma mistura de exemplares da caatinga e das matas do brejo, formando o que os moradores locais chamavam de carrasco.

A primeira expedição científica partindo de Campina Grande seguiu em direção ao norte, a cavalo, “[...] em demanda de Alagôa Nova e Esperança. Logo ao Norte de Campina Grande inicia-se a vegetação de Arisco [...] Deante de Esperança deparei bellas culturas de batatas inglesas.”¹⁶⁹ No brejo, também identificou outras culturais alimentares que deveriam abastecer a feira de Campina Grande, como cebola, fumo e até mesmo café, além do açúcar, na forma de rapadura. Identificou, em toda região do brejo, resquícios dispersos das antigas matas exuberantes, que deveriam reinar nessa microrregião. Atribuiu, ao desmatamento intencional com fogo, o que observou em sua expedição científica.

Uma segunda expedição “[...] passou por Taperoá, São José dos Cordeiros e Pilões, com destino a Alagôa do Monteiro [...] dali, prossegui, passando por Sant’ Anna do Congo, Camalaú, Cabaceiras, voltando para Campina Grande.”¹⁷⁰ Essa região, assim como o seridó, era, então, uma grande produtora do algodão de tipo “mocó”, possuidor de uma fibra mais comprida, uniforme e resistente. Aí, foi observado que as queimadas haviam consumido boa parte da vegetação originária que era retirada para abertura de novas áreas de cultivo do algodão. A pouca lenha disponível também era muito utilizada nos descaroçadores de algodão, que queimavam em suas caldeiras algo em torno de 20mil a 30mil “achas” de lenha mensalmente. Um dos piores momentos vivenciados por Philipp foi na travessia entre Monteiro e Cabaceiras, um verdadeiro “[...] deserto e avistavamos apenas granito, areia e cactaceas (Xique-Xique); o sol abrazador havia extinguido tudo na região monótona que parecia morta; um quadro desolador.”¹⁷¹ Foi nesse trecho que se depararam com alguns moradores locais em tal estado de penúria que decidiram dividir o pouco das provisões que traziam consigo na expedição científica: farinha de xique-xique e mel de abelhas nativas. Quando chegaram a Cabaceiras,

¹⁶⁸ LUETZELBURG, 1922-1923, pág. 4 (volume 2)

¹⁶⁹ Idem, pág. 12

¹⁷⁰ Idem, pág. 22

¹⁷¹ LUETZELBURG, 1922-1923, pág. 26 (volume 2)

devem ter sentido um grande alívio, pois, daí, seria possível voltar para Campina Grande, por uma estrada de rodagem.

Uma terceira grande expedição foi organizada e partiu, em 1920, em sentido sudeste. A primeira parte dessa viagem foi de escalada na serra de Fagundes. Nela, “[...] mais de 30 pequenas fontes têm as suas nascentes, os taes Olhos d’Agua, onde durante os grandes periodos das seccas Campina Grande se abastece d’agua, e que, após pequeno percurso, desaparecem no sólo.”¹⁷². Na serra de Fagundes e suas ramificações que fazem parte do complexo da Serra do Bodopitá, Philipp ficou surpreso com a variedade de espécies encontradas: angicos, *schinus*, *zizyphus*, *tecoma*, *bombaceas*, mimosas, *ceasalpiniaceas*, *Cereus Jamacarú* e *Cereus squamosus*, *euphorbiaceas*, *Clusiaceas*, *Cephalocereus*, orchideas (Rabo de Tatú), *Cypripedium colhurnum*, *Melastomaceas*, *bignoniáceas*, várias bromeliáceas, sendo algumas rasteiras. Sobre essa serra, Philipp escreveu que a existência de “Abundantes inscripções, de tempos remotos, nos lajedos, lembram o gentio extinto.”¹⁷³

Como resultado dessas grandes expedições e de outras incursões menores, foi possível acumular uma rica coleção botânica. A diversidade da vegetação em Campina Grande e cercanias era evidente.

Para Philipp, a zona central do estado, com seus elementos naturais e acidentes geográficos, formava uma verdadeira muralha divisória da zona de caatinga mais densa que se situava justamente no centro e oeste do estado. Nas serras da ribeira do Bodocongó, que acompanhavam o rio desde sua barra com o Paraíba, foram encontradas

[...] *asclepiadaceas*, *apocynaceas* e diversas especies de bromelias; nas bacias sombreadas dos possantes blocos de granito, florescem *cyperaceas* minusculas, *alismaceas* com apenas 4cms de altura; nos blocos asperos e esphericos, como pingentes, vegetam as *Tillandsias pulchella* Hook fa. *surinamenses*, além disso uma *oxalidacea* de meio metro de altura: *oxalis Luetzelburgii* R. K., agrupada a uma *marsdenia loniceroides*. Tambem alguma relva em tufos se depara ali, como por exemplo: *Nazia aliena*, *Sporobolus virginicus*, *Tripogon spicatus*; pequenas *Vellozias* distribuidas dentro de toda esta flóra, manifestam-se pelas suas folhagens lancetadas.

Phillip fez grandes descrições botânicas da ribeira do Bodocongó, porém não deixou nenhum registro fotográfico desses lugares. Nos contentaremos, portanto, com uma visualização comparativa da região mais próxima do açude de Bodocongó por ele fotografada, alguns quilômetros a oeste de Campina Grade, nas bordas da estrada de rodagem até Soledade.

¹⁷² Idem, pág. 31

¹⁷³ Idem, pág. 32

De acordo com o texto, as matas ciliares do açude seriam bem similares àquela apresentada na fotografia. A qualidade da imagem não é das melhores, devido às próprias circunstâncias da realização da fotografia e à sua revelação na beira da estrada pelo próprio pesquisador.

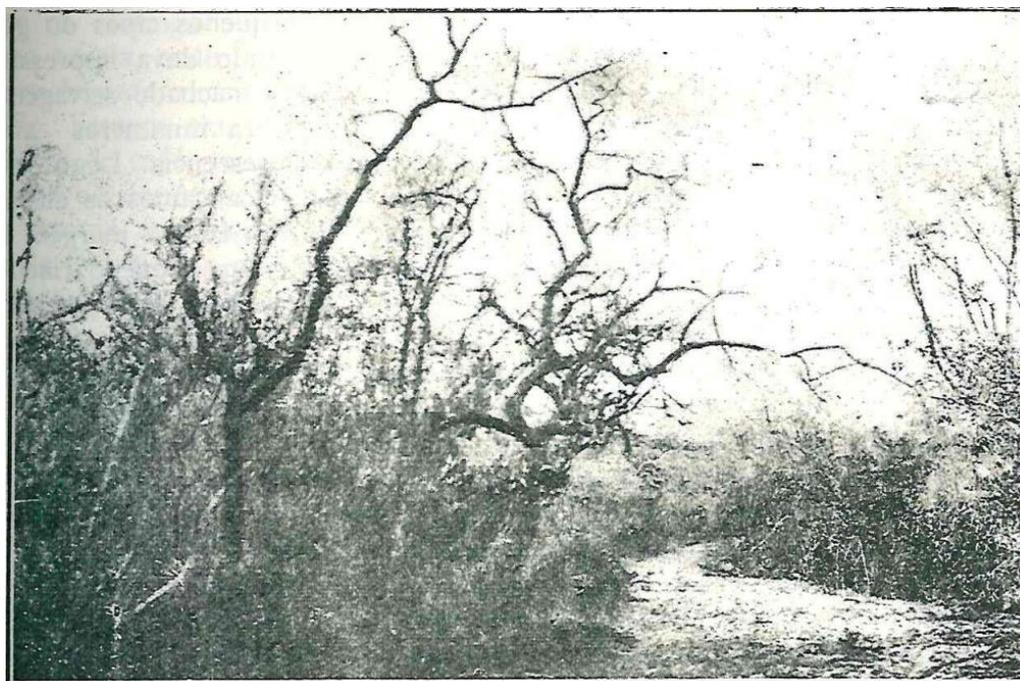


Imagem 12 – Vegetação típica da região oeste de Campina Grande (1920/1921)

Essa imagem representa como poderia ser parte da vegetação no entorno do açude de Bodocongó: uma vegetação de caatinga de tipo arbóreo-arbustiva. Saindo de Campina Grande, em sentido oeste, exatamente “No açude de Bodocongó, a vegetação da caatinga, que até então se apresentava mescladamente, altera-se, tornando-se ali pura.”¹⁷⁴

Fazendo um levantamento geral da vegetação que foi encontrada nos arredores do açude de Bodocongó, podemos citar: cactáceas como o mandacaru, cardeiro, facheiro grande e outros facheiros menores, coroa-de-frade (tipos diversos) e xique-xique¹⁷⁵, quipá ou *Opuntia inamoena*, *Cephalocereus* de espinho longo (ernesti) e curto, e talvez alguns exemplares isolados de *Cereus bahiensis*. Junto com essa vegetação típica da caatinga, também era possível encontrar, no entorno do açude, alguns dos remanescentes das matas do brejo que já citamos nos parágrafos anteriores. As espécies encontradas na ribeira, especialmente nas proximidades da cidade de Bodocongó na barra do rio (atual Barra de Santana), também poderiam ser encontradas no açude próximo a Campina Grande, como alguns núcleos de bromélias. Além dessas, possivelmente, também poderiam ser encontrados exemplares isolados de mimosas,

¹⁷⁴ LUETZELBURG, 1922-1923, pág. 30 (volume 2)

¹⁷⁵ LUETZELBURG, 1924, sem página (anexo “Mappa das Cactaceas”)

Caesalpinaceas, Combretaceas, Zizyphus joazeiro, Jatropha, Schinus aroeira, Melonaxylon baraúna, Bombaceas (barrigudas) e *Aspidosperma pirifolium* (pereiro).

3.2. ONDE TEM UM MESTRE TEM MUITOS APRENDIZES (1926-1927)

Além do intenso comércio, que fazia com que Campina Grande fosse uma importante cidade do interior paraibano, o recenseamento rural de 1920 nos dá uma boa noção de como esse poder econômico era igualmente oriundo das atividades agrícolas. Logo no início da década, o município era o campeão do estado em estabelecimentos rurais (1.374), tinha o maior rebanho bovino (31.883), equino (8.907) e suíno (9.787), e o terceiro maior rebanho ovino (21.067).¹⁷⁶

O mesmo censo também registrou os seguintes proprietários de terras em Bodocongó, em zonas que, nos dias atuais, estão urbanizadas ou em processo de urbanização: Francisco Lopes de Almeida (Fazenda Bodocongó), Vicente A. Corrêa (Bodocongó), Salvino Figueiredo (Bodocongó), Manoel Carlos (Bodocongó), Vicente Gomes (Ramada), Candida Maria do Espírito Santo (Ramada), Joaquim Monteiro (Ramada), Joaquim Gomes da Silva (São Januário)¹⁷⁷.

Ao longo da década de vinte, porém, o crescimento populacional e a consequente urbanização de Campina Grande romperam os limites do núcleo original (num certo processo de periferação) e modificou um pouco as estruturas políticas e sociais de caráter agrário que dominavam a cidade. Nessa década, foi registrado um maior fluxo de pessoas que chegavam para morar no município, uma grande parte delas se estabelecendo na zona urbana ou no entorno desta. Mas muitas não conseguiam pagar pela vida no centro, na área urbanizada propriamente dita. Então, decidiam por se acostar em qualquer lugar onde fosse permitido e que garantisse, se possível, alguma melhoria na qualidade de vida. No caso do açude de Bodocongó, se comparado com a realidade da região, ele poderia ser um bom local para levantar moradia. Lembramos que, aí, também havia a nova estrada de rodagem para o sertão, caminho bastante concorrido, que sempre poderia fornecer novas possibilidades de negócios e geração de renda. A disponibilidade de água e a existência de uma estrada eram os atrativos maiores.

Nesse contexto, o bairro de Bodocongó foi surgindo quase que de forma orgânica, natural, resultado da comunidade de pessoas que foi se formando em torno do açude. Suas

¹⁷⁶ Recenseamento do Brasil em 1920. Volume III. 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923.

¹⁷⁷ Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado da Parahyba em 1920. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1928.

origens remontam aos acampamentos do IOCS, mas sua concretização se deu ao longo dos dez anos seguintes à inauguração do açude, decênio durante o qual, aos primeiros trabalhadores que devem ter permanecido vivendo no local após a conclusão das obras, foram se somando outros (novos) moradores que chegavam e faziam das margens e entorno das águas sua casa.

O crescimento populacional do município de Campina Grande na década de vinte ajuda a explicar e comprovar, de forma indireta, esse processo de crescimento urbano e periferização incipiente. Nas décadas anteriores, o número dos munícipes cresceu em torno de 2,2% ao ano. Igual média foi registrada na década de trinta¹⁷⁸. Superando essa média, a década de vinte teve mais que o dobro desse crescimento populacional: 4,5% ao ano, saindo de uma população de 70.806¹⁷⁹ pessoas em 1920, para 103.203¹⁸⁰, em 1930. Além dos novos nascimentos, que, obviamente, contribuía para o aumento populacional, vários forasteiros chegavam, atraídos pelo dinamismo econômico gerado pela indústria algodoeira em ascensão. Acreditavam que, aqui, seria possível “subir na vida”, arrumando algum emprego no ramo têxtil ou mesmo em atividades econômicas complementares. Muitos deles se dirigiam para esse município como uma última alternativa em tempos de penúria, como, por exemplo, na seca de 1919/1920 e em outras que se sucederam.

A cidade estava bem concorrida de gente, assim como Bodocongó, por onde passavam diariamente tropeiros, almocreves, tangerinos e boiadeiros, mas, também, choferes, caminhoneiros, mecânicos e outros tipos modernos.

Os boiadeiros já não eram mais os únicos a quebrarem o silêncio do ambiente com seus tradicionais aboios, ou os carroceiros, com o rangido dos carros de boi. Carros modernos rompiam a paisagem com sua velocidade, e o silêncio, com suas buzinas chamativas. Até mesmo os sons da cidade estavam em mutação!

A ponte construída pelo IOCS e inaugurada junto com o açude era considerada o marco de chegada na cidade, distando apenas alguns quilômetros do centro, mas também era considerada o quilômetro zero da estrada do sertão, marcando o início de uma longa viagem por terras semiáridas: suas colunas se configuravam como um verdadeiro portal de saída e entrada na cidade.

¹⁷⁸ Ver: *Synopse do Recenseamento de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. *Synopse do Recenseamento de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. *Recenseamento Geral do Brasil de 1940. Série Regional. Parte VIII*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

¹⁷⁹ *Recenseamento do Brasil em 1920. Volume IV. 1ª parte*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.

¹⁸⁰ *Anuário Estatístico. 1930*. João Pessoa: Secretaria da Fazenda, 1931.

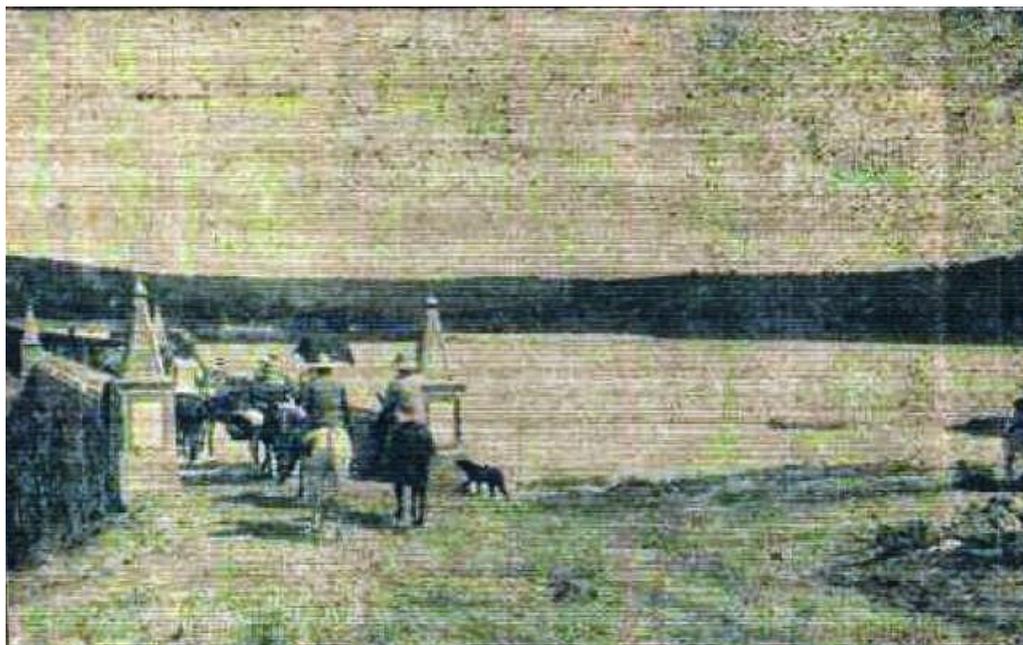


Imagem 13 – Fotografia da ponte e do açude de Bodocongó (Revista Era Nova, Ano I, nº 16, 15 de novembro de 1921)

Esteticamente, as colunas possuem elementos arquitetônicos corriqueiros, como cubos e prismas, e não deixa de se assemelhar também com pequenos obeliscos. É uma construção simples e singela, mas que carrega uma certa simbologia relacionada com as fronteiras da cidade. Essa imagem, possivelmente produzida por Lafayette Cavalcante, correspondente da revista “Era Nova” e que, posteriormente, tornou-se prefeito da cidade, mostra alguns desses personagens que passavam diariamente pelo local, no caso um grupo de tropeiros que, aparentemente, voltava para casa carregado de mercadorias. Pressentindo a longa caminhada que viria pela frente, o cachorrinho preto deve ter ido tomar os últimos goles de água e, quando retornava para seu grupo de viajantes, acabou sendo eternizado pela fotografia.

Além daqueles que passavam, fica claro, no canto direito inferior da imagem, um sujeito escorado em algo, talvez uma casa, na posição de quem está relaxadamente conversando com alguém, talvez pitando um cigarro, para melhor apreciar a prosa. Esse não parece que ia embora; poderia ser um dos muitos pioneiros que estabeleceram moradia no entorno das águas.

Se não está escorado em uma casa, certamente está muito próximo a uma bem específica: lembremos que o IOCS deixou a “casa escritório” do órgão para servir de moradia ao zelador do açude, casa essa localizada pouco antes da ponte, à direita da estrada, no sentido de quem rumava para o sertão. Seria o zelador nomeado pelo governo do estado, Felix Rufino¹⁸¹, o primeiro morador oficial do bairro em formação?

¹⁸¹ Jornal Diário de Pernambuco, 08 de fevereiro de 1917 (página 03). Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Além da casa do zelador Felix Rufino, que não aparece na fotografia, e de outras possíveis casas de palha e taipa que existiam nas cercanias, a imagem mostra pelo menos uma outra habitação depois da ponte, aparentemente de construção mais sólida, no mesmo local onde ficavam alguns galpões do IOCS anos antes. Ao lado direito desta, um pouco mais ao fundo da imagem, talvez apareça, ainda, uma outra casa. Eram as primeiras moradias que abrigavam agricultoras, lavadeiras, pescadores, carregadores, pequenos comerciantes improvisados, talvez já lavadores de automóveis, múltiplos personagens (ou múltiplas faces dos mesmos personagens) que, aos poucos, iam se consolidando no local.

A qualidade da imagem não é das melhores, mas, talvez, seja possível identificar, a direita da imagem, dentro do açude mas próximo da margem, um objeto flutuando – ao que tudo indica um pequeno barco improvisado para pesca, talvez o “barquinho do remo só”¹⁸² do açude de Bodocongó, tão lembrado e cantado nas décadas seguintes.

O atrativo, como já mencionamos, eram a estrada movimentada e as águas que sempre são santificadas. Mas outro ponto merece destaque: acreditamos que parte das terras entre o açude e a estrada eram públicas, portanto mais fáceis de serem ocupadas. E era justamente aí onde se localizavam as pequenas edificações que citamos nos parágrafos anteriores.

As novas concepções de estética que os olhares viajados das elites campinenses adquiriam, associadas a uma utilitária noção de progresso, vão contribuir para que moradores que habitavam as imediações e adjacências do centro, na década de 20, sejam pressionados em direção aos arrabaldes e subúrbios. Nesse movimento, aos antigos moradores da cidade vai associar-se uma grande leva de adventícios; juntos vão ocupando as áreas ainda pouco povoadas, adjacentes aos centro, e constituindo os subúrbios. Estes, posteriormente, deram origem a alguns dos atuais bairros da cidade e engordaram as estatísticas populacionais e habitacionais realizadas no período [...]¹⁸³

A estrada do sertão desempenhou um importante papel nesse processo de interiorização em sentido zona oeste, contribuindo para a consolidação do Monte Santo e o surgimento da Bela Vista. Ela também mudou a dinâmica do centro da cidade, deslocando o eixo central do comércio do ouro branco para a Praça do Algodão (atual Praça João Pessoa) e a Rua do Algodão ou Rua dos Armazéns (atual Rua Marquês do Herval).

Numa época em que os arrabaldes estavam se adensando, algumas ruas da cidade desempenhavam papel crucial na ligação entre sua parte central e estes subúrbios, ou como saídas para outras regiões do estado. A rua do Sertão,

¹⁸² Alusão à música “Bodocongó” cantada por Jackson do Pandeiro.

¹⁸³ SOUSA, 2006, pág. 164-165

também conhecida como Rua da Rodagem, ou Arrojado Lisboa, era o caminho [...] que conduzia ao sertão. Este papel de “caminho do sertão” terminou assegurando a movimentação e o crescimento da rua e, ao mesmo tempo, o povoamento de áreas adjacentes, que, posteriormente, deram origem aos bairros da Bela Vista, Monte Santo e Bodocongó. A rua iniciava-se na Garagem Grande (posteriormente praça Félix Araújo), imediações da João Pessoa e Monte Santo, e num traçado em forma de til (-) desembocava em uma estrada que margeia o alto da Bela Vista e é o início de um declive em direção a Bodocongó.¹⁸⁴

A ponte do açude representava a chegada em Campina Grande para aqueles que vinham do interior, mas o caminho até os armazéns e comerciantes de algodão ainda seguiria por mais alguns quilômetros. Caminhando junto aos seus muares, dirigindo carros Ford Double Phaetons (para cinco passageiros, com partida automática e rodas desmontáveis), Voiturette ou Sudan, automóveis Willys Knight ou Willys Overland, caminhões Ford Chass 5 ou tratores Fordson, quando estavam próximos ao centro descendo a Rua das Areias (atual Rua João Pessoa), logo viam a Coluna-da-Hora que, simbolicamente, dava um recado em alto e bom tom: haviam chegado em uma outra zona, uma cidade em progresso com um ritmo próprio, marcado pelo tempo mecanicamente registrado. A Praça do Relógio foi erguida ainda na segunda metade da década de vinte, e era uma praça com “[...] contorno gracioso, pequena, e de ar agradavelmente interiorano. Batizaram-na de Coluna-da-Hora e sua demolição ocorreu em 1945.”¹⁸⁵

Como demonstramos, tudo indica que alguns trabalhadores ficaram residindo nas margens do açude de Bodocongó após sua conclusão e, juntamente com novos forasteiros, acabaram por formar, ao longo do decênio, um novo bairro. É importante salientar que, para os campinenses da época, qualquer conjunto de ruas e casas em áreas suburbanas poderia ser considerado como um bairro. Entretanto, qual seria a prova ou o reconhecimento oficial da existência desse novo bairro, distante alguns quilômetros do centro pulsante da cidade?

Em 15 de dezembro de 1927, o prefeito Ernani Lauritzen sancionou o orçamento¹⁸⁶ municipal para o ano seguinte, anteriormente discutido e aprovado pelo Conselho Municipal. Entre as despesas, temos gastos previstos com: empregados e gratificações, iluminação elétrica da cidade e das povoações, “hygiene publica”, limpeza das ruas da cidade e das povoações, construção dos cemitérios de Fagundes, Queimadas, Galante e Conceição, conservação de estradas, entre outras verbas para trabalhos corriqueiros e eventuais. Para cobrir esses gastos e garantir um pequeno superávit orçamentário, a prefeitura contava com impostos sobre: feiras,

¹⁸⁴ SOUSA, 2006, pág. 165-166

¹⁸⁵ JÚNIOR e LIRA, 2012, pág. 431

¹⁸⁶ Jornal A UNIÃO, 08 de janeiro de 1928. Arquivo digital do Jornal A UNIÃO.

vendas avulsas, comércio de ambulantes, “dízimo de lavoura e imposto rural”, “imposto de sangue e dízimos de miunças”, currais e licenças em geral. Também estava previsto receitas com multas diversas, como o “imposto de lixo”, bem como serviços de aferição de pesos e medidas, além de rendas diretas do mercado, matadouro e cemitério público.

Nesse documento oficial, o que mais nos chamou atenção, e passaremos a discutir agora, é a tabela de despesas com “instrução municipal, alugueis de casas e materiaes para as escolas”. Os dois conjuntos de gastos com “instrução pública” eram referentes ao pagamento de pessoal e aos gastos com manutenção das “escolas” (aluguéis e compra de materiais).

Além das subvenções dadas ao Colégio São Sebastião, Colégio Sagrada Família, Instituto Pedagógico e Colégio São José, foram garantidas verbas para os professores do São José (noturno), de Pocinhos, Monte Alegre, da União Operária (subvenção), de Pedra d’Água, Porteira de Pedra, Zé Velho e dos Cuités. Em maior número eram as professoras, destacadas para a rua Solon de Lucena, Praça da Luz (noturno), Açude Velho, Maracajá, Gameleira, Fagundes (aposentada), Floriano, Massaranduba, Cachoeira do São Miguel, Ligeiro, Tatú, Macacos, Marinho, Conceição, Lagoa Seca, Varzea Alegre, Piabas (futuro José Pinheiro?), Cabeça de Boi e Bodocongó.

É certo que, no ano de 1927, já era evidente, para o Conselho Municipal e o prefeito da época, a necessidade de contratação de uma professora para Bodocongó. Ela foi a última professora a ser citada na lista do orçamento, mas se tornaria a pioneira da educação na região do açude, ganhando, para isso, 720\$000 (setecentos e vinte mil réis). Daí em diante, a palavra Bodocongó passou a não se referir somente ao rio, uma fazenda ou o açude, agora ela tomava outro significado: uma comunidade de pessoas que havia se sedentarizado e criado um certo espaço urbano.

Infelizmente, não tivemos acesso ao orçamento público do ano de 1926 para confirmar desde quando existe uma professora em Bodocongó; nos anos anteriores, nada encontramos. Mas, em 1927, ao nosso ver, o bairro estava oficiosamente reconhecido!

3.3. ENTRE MÁQUINAS E OPERÁRIOS (1928-1933)

A industrialização com “[...] formas de produção mais modernas, tipicamente capitalistas e maquinofatureiras”¹⁸⁷ começou na Paraíba ainda em fins do século XIX, quando foram fundadas a fábrica de tecidos Tibiri, de início com 150 teares, e a fábrica de cimento na

¹⁸⁷ DINIZ, 2004, pág.81

Ilha Tiriri, ambas em Santa Rita, no ano de 1892. Esta última representou um empreendimento único no gênero, sendo a primeira fábrica de cimento da América Latina, tendo, porém, uma vida bastante curta.

Além dessas fábricas do ramo têxtil e de material para construção civil (uma experiência malsucedida), as usinas de açúcar também marcaram os anos iniciais da industrialização no estado.

De modo que, nas duas primeiras décadas foram fundadas várias usinas de açúcar no Estado: a Santa Rita, que deixou de ser a Cumbe e passou às mãos de Tenente, em 1918, sofrendo vários melhoramentos. [...] Temos ainda, na década de vinte, do século passado, a instalação da usina Tanques, em Alagoa Grande e a Santa Alexandrina, no município da Capital. No ano de 1928, foram fundadas, ainda na várzea paraibana, as usinas Pedrosa e São Gonçalo.¹⁸⁸

Se assemelhando ao caso brasileiro mais amplo, muitas das atividades rurais tradicionalmente exploradas na Paraíba, como a produção açucareira e do algodão, em certo momento, gestaram modernos empreendimentos, como as indústrias. Em nosso estado, as décadas de dez e vinte são bem representativas, sendo possível apontá-las como o início efetivo da aceleração e dispersão territorial da nossa industrialização. Eram essas indústrias que traziam, para a Paraíba, maquinismos modernos, processos e procedimentos produtivos, além de novos ritmos, modos de trabalho e relações sociais. Acrescentemos, às anteriormente citadas, a usina Santa Luzia, de 1922, “[...] empreendimento inédito no sertão além Borborema”¹⁸⁹, e a usina da Empresa Trajano Medeiros, fundada em Sapé, no mesmo ano. Citemos, como último exemplo, possivelmente no mesmo ano, a dona da “[...] primeira prensa hidráulica do Estado, com a indústria conexa de fabricação de óleo de semente, fora a da firma Kroncke & CIA, constituída de alemães.”¹⁹⁰

Parece que fica clara a importância dessa década para a história da industrialização paraibana. Quanto ao ramo têxtil, até o início da década de vinte, existia apenas uma fábrica em funcionamento na Paraíba, mas, em 1925, é inaugurada outra, em Rio Tinto, resultado da “[...] expansão da atividade industrial desenvolvida pela Companhia de Tecidos Paulista, localizada em Pernambuco, logo apresentando origem diversa de capital, pois não tem relação direta com a acumulação resultante da atividade desenvolvida no espaço paraibano.”¹⁹¹ Esse é um caso

¹⁸⁸ DINIZ, 2004, pág.80

¹⁸⁹ DINIZ, 2004, pág.81

¹⁹⁰ Idem

¹⁹¹ FERNANDES e AMORIM, 1999, pág. 42

bastante exemplar que demonstra o poder econômico do setor industrial, pois Rio Tinto surgiu como uma verdadeira “cidade fabril”, constituída a partir da indústria têxtil ali instalada.

Devido à fundação dessa e de outras fábricas de tecido ou simplesmente de beneficiamento de algodão, pequenas ou grandes, a arrecadação estadual de impostos contava, como importante fornecedor de receitas, justamente o ramo têxtil¹⁹². Podemos dizer, portanto, que, ao longo desse decênio, as contas públicas da Paraíba passaram a contar cada vez mais com os impostos arrecadados através das atividades têxteis.

Não tão importante quanto esse ramo, mas valendo pelo menos uma menção honrosa, está a fábrica de tinta para canetas existente na cidade de Areia, no mesmo longínquo ano de 1925.¹⁹³

Sobre Campina Grande, algumas datas e fatos são de lembrança obrigatória. Logo em 1919, a Companhia Paraibana de Prensagem e Beneficiamento traz, para a cidade, novas “[...] instalações e maquinários modernos.”¹⁹⁴

Entre 1923 e 1930 seriam inauguradas a grande Fábrica de Sabão a Vapor, a Pernambucana, da firma Marques de Almeida e Companhia, bem como sua têxtil, no Largo das Boninas. Por esta época, já se podia dizer que havia um surto de empreendimentos fabris, como a fábrica de redes e estopa, de Ulysses Silva; a Companhia de Beneficiamento e Prensagem de Algodão de Wharton Pedrosa S/A; a firma Lafayette & Lucena e a J.T. de Moura; o Curtume e Trituração e Angico, de J. Motta & Irmão; uma refinação de açúcar, de sal; uma fábrica de café; outra de bebidas, de Marques e Alazenha. [...] Em 1928, a cidade já contava outra fábrica de fiação e estopa; a de Bodocongó, de Aires e Cia. que passou posteriormente a pertencer a S.A. Indústria Têxtil (Bodocongó) de Campina Grande. Um ano depois era a vez da prensa hidráulica de José de Vasconcelos e Cia, no Açude Velho.¹⁹⁵

Foi na década de vinte que de fato a industrialização da cidade começou. Entretanto, as datas da inauguração de alguns desses empreendimentos fabris são apresentadas de forma contraditória nos livros, artigos e publicações na internet que tratam do assunto. Neste sentido, fizemos o cruzamento de informações obtidas em anuários e jornais de época, a fim de organizarmos, cronologicamente, a história da industrialização campinense, bem como para compartilharmos alguns dados sobre essas fábricas e seus trabalhadores.

Em sete de setembro de 1925, temos a inauguração da fábrica de sabão “A Pernambucana”. Os cinquenta operários que nela trabalhavam manejavam “[...] machinismos e

¹⁹² Anuário Estatístico do Estado da Parahyba, ano II, 1931. Disponível em <https://pubhtml5.com/vced/xxwh/> (acessado em 17 de novembro de 2022)

¹⁹³ Revista Era Nova, número 82, 01 de julho de 1925. Acervo UFPB.

¹⁹⁴ DINIZ, 2004, pág. 81

¹⁹⁵ OLIVEIRA e RODRIGUES, 2007, pág. 22

aparelhagens modernos, que lhe imprimem possibilidades productoras, que honram à praça de Campina.”¹⁹⁶ Produziam diariamente, à vapor, 300 caixas com 20Kg dos afamados “sabão jacaré” e “sabão crocodilo”, em um prédio elegante de 2.700m², na Rua Industrial.

No mesmo ano, temos a fábrica de camas de ferro e arame, da firma Santos Guimarães & CIA (talvez fundada no ano anterior), que produzia 500 camas ao mês, além dos “[...] lavatórios ‘Floriano’, idealizado pelo Sr. Emygdio Santos socio da firma, produto hoje protegido pelo Governo Federal, pela Patente de Invenção que o mesmo inventor requereu.”¹⁹⁷

Ainda em 1925, ficou registrada a existência de uma fábrica de redes e estopas, que produzia 1.500 metros desse tecido ao dia, além de 50 redes; tinha, porém, equipamento para produzir o triplo.¹⁹⁸ Além de todas anteriormente citadas, a cidade contava com três grandes fábricas de descaroçar algodão e muitas outras menores. Contávamos, também, com um curtume de angico, além de fabriquetas de refino de açúcar, café e sal.

Em 1928, o comércio campinense acontecia principalmente com (e através de) João Pessoa e Recife, com destaque para o algodão, cereais, peles, couros, gados, queijos e sementes de algodão e mamona. Neste ano, foram fundadas duas importantes indústrias de fiação e tecelagem em Campina Grande: a fábrica Bodocongó e a de Marques de Almeida.

Quase no findar da década de vinte, no ano que antecedia a grande crise capitalista de 1929, Campina Grande possuía um verdadeiro “parque industrial”, se comparado com as cidades circunvizinhas:

A indústria está bastante desenvolvida; existem três grandes prensas hydraulicas para o beneficiamento do algodão alem de outros pequenos machinismos para o mesmo fim. Uma bem installada fabrica de fiação e futuramente de tecidos. Duas importantes fabricas de tecidos de estopa, uma grande fabrica de sabão e uma fabrica de camas de ferro e arame. Pequenas fabricas de rêdes, malas e maletas de sola, sellas e sellins e outras industrias de obras de couro. Ha também um cortume dotado de machinas modernas e uma serraria.¹⁹⁹

Percebemos que algumas indústrias criadas na primeira metade da década ainda permaneciam em funcionamento anos depois. Mas a grande novidade de 1928 fora, de fato, as indústrias têxteis fundadas. Para nós, interessa mais a história da fábrica de fiação e tecelagem instalada em Bodocongó, e especialmente as consequências de sua construção para a

¹⁹⁶ Jornal A UNIÃO, 09 de setembro de 1925. Arquivo digital do Jornal A UNIÃO.

¹⁹⁷ Anuario de Campina Grande (Director João Mendes). Ano 01, número 01. Gráfica Jornal do Comércio: Recife, 1925. (Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida/UEPB)

¹⁹⁸ Idem

¹⁹⁹ Cadastro Commercial do Estado da Parahyba (Organizador J. B. Amaral). 1928. (Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida/UEPB)

consolidação da comunidade que vinha se formando nas bordas do açude e da estrada de rodagem.

De um modo geral, desde as pioneiras europeias, as indústrias se instalavam onde existiam pré-condições favoráveis. Existência de vias de transporte e comunicação, fornecedores de matérias primas como o algodão, facilidade na obtenção de recursos naturais como água, proximidade de mercados consumidores e, claro, existência de mão de obra de preferência abundante, são os principais requisitos para que os detentores de capital possam investir na produção industrializada.

Esse foi o caso da fábrica têxtil de Bodocongó, que se instalou em um local possuidor de todos esses pré-requisitos essenciais. O prédio da fábrica, que, possivelmente, teve sua construção iniciada no ano anterior à sua fundação foi levantado em “[...] terreno doado pelo casal, o sr. Vicente Corrêia e sua esposa, a sr.^a Dinamérica Corrêia, mais conhecida como, dona Merquinha.”²⁰⁰ Lembremos que, na década de vinte, os dois haviam adquirido a antiga Fazenda Bodocongó, que ia desde a região do açude até o atual bairro do Dinamérica. Seu primeiro dono foi Ildefonso Affonso Aires, em sociedade com Juracy Palhano, que formaram, juntos, a empresa Aires & CIA. Uma investigação mais apurada, tendo como base os arquivos do poder judiciário no município, poderá elucidar melhor questões sobre a propriedade das terras onde, depois, foi instalada essa indústria, bem como sobre seus donos, capital e patrimônio inicial, arquitetura e organização interna da fábrica, entre outras questões que merecem maior estudo antes de uma publicação em livro.

Imediatamente, após a fundação da indústria de tecidos em Bodocongó, o local começou a ser mais intensamente ocupado por famílias que se instalavam na área. A partir de algumas “queixas & reclamações” publicadas no Jornal O Século (novembro de 1928), ficamos sabendo um pouco mais sobre essa urbanização e a respeito dos diversos usos que eram dados ao açude:

Pessoas residentes nas proximidades de Bodocongó, trouxeram-nos uma justa reclamação a respeito dos banhos públicos no açude daquele adiantado suburbio.

Ha muitas casas nas imediações do açude, alem da Fabrica e da estrada que passa por sobre a sua barragem, muitíssimo transitada, como sabem, por pedestres e automoveis.

Pois, grande numero de despudorados senhores, banham-se nas margens mais próximas, á vista de quem quer que passe pela estrada, em roupas de Adão [...] ²⁰¹ (grifo nosso)

²⁰⁰ JÚNIOR e LIRA, 2012, pág. 458

²⁰¹ Jornal O SÉCULO, 3 de novembro de 1928, ano 01, número 16. Arquivo digital pessoal.

O uso do açude, enquanto espaço de lazer por parte das populações que residiam nas imediações e também daquelas que moravam em outros locais da cidade, marcou, desde cedo, a paisagem, os comentários da população e as páginas dos jornais e revistas da época. Bodocongó era praticamente uma praia de Campina Grande, onde era possível tomar alguns banhos e vivenciar outros tipos de divertimentos.

Por enquanto, não temos informações exatas sobre a quantidade de trabalhadores empregados na fábrica Bodocongó nesses primeiros anos de sua existência, mas, em sua segunda fase, com nova administração a partir de 1934, é possível que esse prédio industrial abrigasse algo entre 100 e 150 operários. Não iremos adentrar nessa segunda fase da indústria Bodocongó, quando sua administração é mudada após falência, mas serve como base comparativa um dado complementar de 1938 sobre os moradores da vila operária (construída em 1936), que indica a existência de pelo menos 63 operários aí residindo, sendo 29 homens e 34 mulheres; parte deles compartilhavam os mesmos sobrenomes.²⁰² Essa informação teria sido exposta no jornal campinense “O Rebate”, que denunciou a cobrança de 10\$000 (dez mil réis) de aluguel pelas casas da Vila Operária Nossa Senhora da Conceição da fábrica Bodocongó, mas, como o ano de 1938 extrapola em muito nosso recorte temporal, optamos por não adentrar neste ponto.

Muitos dos operários que aí trabalharam, entre os anos de 1928 e 1933, certamente eram antigos agricultores. Muitos outros eram emigrantes que desempenhavam outras atividades laborais em seus locais de origem. Vinham dos entornos de Campina Grande, das cidades circunvizinhas e até mesmo de outros estados nordestinos.

Esse foi o caso de uma família que, para Campina Grande, veio fugindo da seca que, mais uma vez, assolava o sertão: “[...] veio de Parelhas, no Rio Grande do Norte, uma família composta de três pessoas: o casal de velhos e uma filha môça, de nome Inêz. Deram com os costados aqui em Campina Grande e aboletaram-se em Bodocongó”.²⁰³ O velho conseguiu apenas alguns “biscates”. Enquanto isso, sua esposa trabalhava como “ama” de uma casa, local de trabalho onde também dormiam em um quarto nos fundos. A “filha môça” Inêz, por sua vez, foi trabalhar como operária na fábrica de tecidos.

Tudo ia correndo mais ou menos. A môça, meses depois, começou a frequentar certos bailes e... “deu pô mundo”... Depois de uma mês de gandaia, foi viver maritalmente com um tal Cri-Cri, antigo palhaço de circo. Êle fartou-se logo da “lua de mel”. Chegava à casa “trubado” da pinga, batia-lhe sem nenhum motivo, e ela, não o suportando mais, passou a viver com Zé Pouca-

²⁰² MATIAS, 2013, pág. 79

²⁰³ LEÃO, 1966, pág. 61

Roupa, um jogador profissional, o qual, querendo sustentar-se às custas da mesma, recebeu o fora, indo ela “abrilhantar” a pensão da dona Maria Pororoça, antro do baixo meretrício de então.²⁰⁴

Inêz e seus dois maridos, além dos seus pais, são exemplos da diversidade de tipos sociais que viviam e frequentavam Bodocongó, seja para trabalhar e morar, de passagem para outros locais, ou simplesmente para viverem bons momentos de farra em pequenas “praias” que as areias do açude formavam.²⁰⁵

Nesse mesmo ano de 1932, uma vistoria nas fábricas de Campina Grande, realizada pelo sindicato geral dos trabalhadores, deixou-nos informações sobre as relações de trabalho e o ambiente físico dentro do qual trabalhavam os operários. A recém-criada lei federal, que limitava o trabalho diário em oito horas, assinada por Getúlio Vargas, que havia assumido o poder na chamada “revolução de trinta”, não era muito respeitada na cidade. Os empresários de Campina Grande também permaneciam sem contratar seguradoras que deveriam garantir indenizações em caso de acidentes de trabalho.

Essas situações devem ter durado por alguns anos, tanto é que a fábrica de Bodocongó foi denunciada em 1934, por descumprir a lei, “[...] pois ela contava, apenas, com uma única turma de operários que trabalhavam 16 horas ao dia, o que evidencia uma intensa exploração da força de trabalho naquela localidade.”²⁰⁶ Outra greve, também em 1934, ocorreu na mesma indústria, neste caso, em solidariedade a um operário que havia sido demitido enquanto padecia de uma grave doença; ao final do movimento, ele não foi readmitido²⁰⁷. Ambas as greves ocorreram no início da segunda administração da indústria têxtil de Bodocongó, período no qual não iremos adentrar.

Quanto aos ambientes de trabalho, a vistoria de 1932 registrou que “[...] a pouca iluminação, a péssima higiene, o barulho ensurdecedor e o calor infernal eram a regra nas indústrias da cidade [...]”²⁰⁸ Destacamos que essa última afirmação se trata de uma generalização; todavia, acreditamos que alguns destes pontos poderiam ser características do prédio da indústria têxtil de Bodocongó.

²⁰⁴ LEÃO, 1975, pág. 61

²⁰⁵ Sobre os banhos e farras no açude de Bodocongó, e suas consequências policiais, ver SOUSA, 2006, páginas 49-51 e NASCIMENTO, 2008, páginas 93-98

²⁰⁶ MATIAS, 2013, pág. 150

²⁰⁷ SOUSA, 2006, pág. 33

²⁰⁸ MATIAS, 2013, pág. 108-109



Imagem 14 – Fábrica Bodocongó (meados de 1930)(data imprecisa)

A fotografia nos mostra uma construção de certa forma imponente. Os dois homens na frente da fábrica acabaram ajudando a compor essa sensação de imponência do prédio que, se fizermos um cálculo proporcional da altura da construção em relação à das pessoas, podemos imaginar ter algo em torno de sete metros de altura. Como todo ato humano é um ato de certa forma consciente, talvez o fotógrafo tenha percebido que o tamanho e grandeza da fábrica deveriam ser medidos em relação à “pequenez” do trabalhador comum.

A fachada principal da entrada é formada por elementos geométricos que evidenciam o contexto das primeiras décadas do século vinte: a cidade experimentava um processo de modernização em várias esferas, inclusive na arquitetura, que, já nesse período, estava deixando de lado os traços marcantes do colonialismo. Todavia, não poderíamos deixar de notar que os elementos superiores da construção nos fazem lembrar uns pequenos fortes ou “castelinhos”. Na porta principal e acima dela, assim como acima das janelas, é possível identificar uns arcos decorativos. Neste ponto, pedimos licença para inserirmos uma única citação de cunho teórico em nosso texto de caráter empírico: era comum a existência de uma “[...] simbologia feudal até na arquitetura das fábricas, que [...] se enfeitam com ameias e torres, e têm portas que imitam pontes levadiças! A aristocracia continua a ser um modelo cultural obcecante.”²⁰⁹

A década de trinta, especialmente a segunda metade, foi marcada por um incremento da urbanização desse setor da cidade. Sobre essa questão, realizamos pesquisa no arquivo público municipal, especificamente no acervo da antiga secretaria de obras públicas, onde encontramos apenas uma solicitação de 1932 (João Martins de Lima) e uma de 1933 (Joaquina Siqueira

²⁰⁹ PERROT, 2017, pág. 90

Campos) para construção de casas em Bodocongó; ambas, parece, não eram tão próximas ao açude. A partir do ano seguinte, aumentam o número das solicitações para a construção de casas em Bodocongó e, depois de 1936 o número de casas construídas é bastante considerável, incluindo a vila operária, com suas quarenta residências. Duas solicitações de 1934 tratam de reconstrução de frentes de casas já existentes no setor de Bodocongó, provavelmente para substituição, por tijolos, do muro frontal erigido com taipa de mão: a reconstrução apenas das frentes de casas, substituindo a taipa por tijolos, era uma prática comum, principalmente no centro urbanizado de Campina Grande.

Além dessas, encontramos muitas solicitações de 1932 e 1933 para construção de casas nas ruas Arrojado Lisboa, Monte Santo, Garagem Grande e João Pessoa (antiga rua das Areias que, recentemente, havia sido rebatizada em homenagem ao paraibano assassinado João Pessoa). Em 1933, encontramos, além das já anteriormente citadas, casas sendo construídas na Bela Vista (considerada fora da área urbana) e na Prata (inclusive loteamentos).

Registramos algumas ruas existentes em 1932/1933 nas proximidades do açude de Bodocongó, com a nomenclatura utilizada popularmente na época: Estrada de Bodocongó (principal), Travessa de Bodocongó (talvez se refira à Rua Bodocongó, próxima ao centro, que na verdade é a antiga Rua do Esfola Bode), a “[...] nova avenida dos Paós d’Arco que liga a fabrica Bodocongó a garganta da rua Dr. Arrojado Lisboa”²¹⁰, e a Rua da Palha formada por casebres de taipa, palha e telha, onde se abrigavam “famílias flageladas”²¹¹ (talvez migrantes da seca de 32) e moradores desempregados, sendo um deles Sebastião Carvalho.

Toda essa aglomeração de pessoas em torno do bairro de Bodocongó, formada por residentes e transeuntes, certamente gerou uma demanda para a abertura de pequenos comércios locais, e, em 1933, já funcionava a mercearia de José Serafim²¹².

Na medida em que a população dos bairros cresce, surgem, ao mesmo tempo, nesses espaços em crescimento inúmeros e significativos pequenos estabelecimentos comerciais. A presença de pequenas unidades comerciais do tipo bodegas, padarias, carvoarias, bares, botecos, barbearias, armarinhos, quitandas, biroskas, além do expressivo papel realizado pelos vendedores ambulantes que percorriam aquelas áreas longamente e constantemente com suas carroças de mão, ou puxadas por burros pelas ruas das localidades da cidade, oferecendo nas portas das residências dos fregueses uma rica variedade de produtos abarrotados em balaios, sacos e caixas contribuiu de forma efetiva para o crescimento dos nascentes bairros campinenses, pois eles

²¹⁰ Resposta ao requerimento realizado por José Annizio para construção de uma casa da rua da Garagem Grande, em 13 de novembro de 1933. Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

²¹¹ Solicitação de Sebastião de Carvalho para dispensa de impostos de suas duas casas na rua da Palha, em 18 de janeiro de 1933. Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

²¹² Almanach de Campina Grande para 1933, anno 1 (diretor Euclides Villar). Campina Grande/PB: Typographia da Livraria Campinense, 1933. Acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida/UEPB.

supriam as necessidades essenciais mais prementes das populações que viviam nestas áreas.²¹³

Nessas mercearias, comercializava-se uma variedade de produtos, como alimentos frescos e (semi)manufaturados, algum material de construção, produtos para casa, sabão, fumos, bebidas e tira gostos, tudo vendido à vista ou à prazo, com conta devidamente anotada em papel.

Nesse cenário dos primeiros anos da década de trinta, após a revolução que botou fim ao regime da República Velha no Brasil, no meio de uma crise econômica internacional, a fábrica têxtil de Bodocongó entrou em processo de falência. Uma nova empresa foi criada e acabou por adquirir todo o espólio da antiga firma e indústria. Em 22 de novembro de 1933, os diretores da recentemente constituída Sociedade Anonyma Indústria Têxtil de Campina Grande, Tertuliano Pereira Barros e João Araújo, solicitaram, à prefeitura, a isenção dos impostos de “[...] entrada e saída de mercadorias, de decima urbana, e de portas abertas, por 5 anos”²¹⁴, isenção fiscal que julgavam imprescindível para conseguir soerguer a fábrica. Justificando o pedido, escreveram:

[...] tendo adquirido em arrematação publica, a massa falida da extinta firma Aires e Companhia, que explorava no suburbio de Bodocongó, deste Municipio, uma pequena fabrica de tecidos; querendo continuar explorando a mesma industria, que, de inicio requer grande emprego de capital, em vista do estado precario em que foi encontrada toda a maquinaria, predio, etc.²¹⁵

Nos meses finais de 1933, temos, portanto, o início de uma segunda fase da indústria têxtil de Bodocongó. Mas, nesse ponto, chegamos ao final da nossa história. Nos anos seguintes, a família pernambucana Veloso assumiu o controle da empresa “Sociedade Anonyma Indústria Têxtil de Campina Grande” e da sua fábrica de tecidos localizada em Bodocongó. A direção seria composta pelo “Coronel Aprigio Velloso da Silveira, presidente; Eugenio Velloso da Silveira, thesoureiro; e Adhemar Velloso da Silveira, secretario; os principaes animadores do surto de progresso que experimenta Bodocongó [...]”²¹⁶.

Mas essas histórias já são bem mais conhecidas, sendo divulgadas em textos e por meio da oralidade, e, por isso mesmo, concluimos, por aqui, nossa viagem por essa história local!!!

²¹³ DINIZ, 2011, pág. 61

²¹⁴ Requerimento de insenção de impostos da Fábrica Bodocongó, assinado por Tertuliano Barros e João Araújo, em 22 de novembro de 1933. Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

²¹⁵ Idem

²¹⁶ Jornal DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07 de novembro de 1936, matéria “O desenvolvimento de Bodocongó”. Arquivo: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional/RJ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de finalizarmos nosso trabalho dissertativo, é necessário discutir mais um pouco três considerações importantes. Em primeiro lugar, qual foi a motivação inicial para nossa pesquisa. Segundo, como alguns bairros da cidade surgiram de forma espontânea, orgânica, fruto da resistência e persistência de alguns indivíduos que decidiram por se estabelecer em determinado local, criando assim um certo núcleo de urbanização. Por fim, em terceiro lugar, qual a importância do Rio Bodocongó e sua ribeira para a formação e o crescimento da cidade de Campina Grande.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de falar como começou esta trajetória de pesquisa e escrita, ou a curiosidade motivadora que deu início a tudo. “Bodocongó”, uma palavra, herança que resistiu ao tempo e que guarda, até hoje, a marca dos contatos interétnicos entre colonizadores e povos originários: a própria palavra motivou a pesquisa, despertou uma curiosidade inicial pelo tema, por essa história local. Alguns estudiosos e curiosos de diferentes áreas do saber propuseram respostas sobre a origem da palavra. Qual o seu significado?

Uma explicação em especial ganhou destaque e faz parte, até hoje, do repertório de histórias que os cidadãos do atual bairro de Campina Grande se orgulham de contar: Bodocongó seria o “rio das águas que queimam”.

Começamos a pesquisa colecionando algumas versões para as origens da palavra, mas, logo, percebemos que, mais importante do que entender o termo é desvendar as histórias por trás do próprio nome. Privilegiamos, portanto, nas partes iniciais desta dissertação, o estudo sobre os personagens e seus contextos, mas não poderíamos deixar de compartilhar, nas considerações finais, esse compêndio etimológico.

Vamos, então, ao “rio das águas que queimam” e outras versões mais, acompanhando, inicialmente, a enumeração feita por Elpídio de Almeida:

Não tem sido fácil a significação etimológica do topônimo **bodocongó**. O que se sabia era que tinha origem na língua cariri. Irineu Jóffily foi claro: “**Bodocongó, Quixeré, Quixodi**, etc, são nomes cariris, segundo aprendemos da gramática do padre Mamiani”. Coriolano de Medeiros, no **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**, deu uma interpretação esdrúxula e inaceitável, “voc. ind., talvez corr. de **boi-to-cogoi**: muita folha comestível”, o que não condiz com a fitogenia do lugar nem com os hábitos dos indígenas da região, que não se alimentavam de folhas. O padre Manuel Otaviano não avançou muito, apenas declarou que o vocábulo não era tupi-guarani, mas cariri, “cheirando também a afro-lusitano”. José Elias Borges, um estudioso da língua e costumes dos cariris, decompondo a palavra, escreveu: “**BÓ**-rio, **DÓ**-de águas, **CONGÓ**-que queimam o corpo, o que nos daria: **BODOCONGÓ** - rio das águas que queimam”. Mas na opinião do dr. Th.

Pompeu Sobrinho, “autoridade no idioma cariri”, como afirmou Câmara Cascudo, o vocábulo não é cariri. A realidade etimológica é outra. Disse o Diretor do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, em resposta a uma pergunta nossa: “Quanto ao objetivo da carta de agosto último, devo dizer que a palavra **bodocongó** não é cariri. Trata-se de expressão da língua **tarairiú**, falada pelos mais numerosos índios nordestinos. Infelizmente, o que se conhece deste idioma é muito pouco para permitir uma judiciosa análise etimológica do vocábulo. O mais que me é possível dizer a respeito é que o termo encerra um sentido relacionado com **água**.” Não há dúvida. O nome foi dado pelos indígenas ao riacho que passa no lugar.²¹⁷

Fica fácil observar a diversidade de opiniões sobre a tradução da palavra; muitas explicações são bem divergentes, por sinal. De um modo geral, a tese sobre a origem indígena é compartilhada por mais pesquisadores. Entretanto, por outro lado, eles não convergem quanto à qual língua ou nação indígena teria batizado o rio.

Encontramos, aí, por exemplo, a expressão que se tornou a mais popular, sendo repetida por memorialistas do bairro até os dias atuais, além de acadêmicos e curiosos diversos. Quando José Elias Borges chegou para morar em Campina Grande, também se inquietou com o nome Bodocongó e, após três décadas de estudo, afirmou que é de origem indígena, tendo uma tradução equivalente a “rio das águas que queimam”.

Em 1948 fui para Campina Grande e lá fiquei preocupado com o nome Bodocongó. O nome era estranho, porque não parecia uma palavra tupi. Então fui procurar alguma coisa a respeito de Bodocongó. Quanto mais procurava, não encontrava nada. Alguns diziam que era uma palavra cariri. Resolvi fazer uma pesquisa profunda. Passei 30 anos juntando material sobre os indígenas e particularmente sobre os cariris, principalmente os cariris da Paraíba. Pouquíssima coisa encontrava nos historiadores.²¹⁸

José Elias Borges sempre afirmou que os “[...] topônimos BODOCONGÓ e BODOPITÁ indicam origem Cariri”²¹⁹ e que, mais precisamente ainda, “[...] o Dialeto Cariri falado em Campina Grande era certamente o DZUBUCUÁ [...]”.²²⁰

Como informação complementar, é interessante notar que, no ano de 1739, portanto uma década antes do provável surgimento, por escrito, da palavra Bodocongó, “[...] encontravam-se 40 casais de ARIUS em Campina Grande, sob a direção de um clérigo, que, pela análise dos documentos do cartório de São João do Cariri era o padre DOMINGOS DA

²¹⁷ ALMEIDA, 1962, pág. 356

²¹⁸ BORGES, 2000. Disponível em <https://ihgp.net/pb500i.htm>. Acessado em 04 de junho de 2021. (Ciclo de debates do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano sobre a “participação da Paraíba nos 500 anos da descoberta do Brasil”).

²¹⁹ Revista “Campina – Século e Meio”, 2014, pág. 26. O texto que tivemos acesso nessa revista foi originalmente publicado no “Anuário de Campina Grande” de 1982.

²²⁰ Revista “Campina – Século e Meio”, 2014, pág. 28

CUNHA FILGUEIRA [...]”.²²¹ O padre Domingos da Cunha Figueiredo foi o mesmo que solicitou, posteriormente, em 1762, “[...] tirar sesmarias de terras na forma das reaes ordens por se achar desaproveitada ou desocupada no logar e requer nas sobras do ditio sitio tres legoas de terras, [...] pelo riacho do Bodocongó abaixo [...]”²²². Seriam esses os indígenas que batizaram o rio?

Mais recentemente, Vanderley de Brito apresentou uma outra possibilidade para a origem indígena de “Bodocongó”:

Com o estudo da gramática cariri é possível resgatar um pouco da história da região, pois os topônimos sobreviventes, mesmo que corrompidos, podem oferecer subsídios para uma melhor compreensão da distribuição dos nativos no espaço e suas formas de compreender a geografia. [...] Por exemplo, o topônimo “bodocongó” segundo nos foi possível supor com estudos nas regras gramaticais da língua cariri, parece querer dizer “lugar das queimadas”, de bouró-congó. Esta tradução, embora sintagmática, revela que quando o sertanista Pascácio de Oliveira Lede largou fogo na mata fechada na base da serra de Bodopitá por volta de 1712 para meter-lhe gado, cujas reincidentes queimadas resultou no nome do sítio conforme sesmaria recolhida por João Lyra Tavares, deve ter impressionado tanto o nativo que estes quando queriam se referir ao sítio das queimadas dizia em sua língua: bourocongó!²²³

Entre as variadas versões, um ponto que parece ter maior consenso é que o sufixo “congó”, que deve ter alguma relação com “fogo”, ao passo que o prefixo “bodó” aparece como se referindo à “água” ou, de acordo com a citação acima, à “terra”. Em Vanderley de Brito, temos a “terra de queimadas”, nome dado ao local onde o rio Bodocongó se encontra com a serra do Bodopitá, atualmente na zona rural do município de Queimadas.

Outros pesquisadores apostam em traduções deferentes para a palavra, analisando a possibilidade de ter algum grau de origem africana. É o caso da primeira citação apresentada nessas considerações finais, na qual o padre Manuel Otaviano afirma que Bodocongó estava “cheirando também a afro-lusitano”. Um pouco nessa linha, mas de maneira bem mais revolucionária, João Jorge Rietveld propôs a tradução “o riacho onde moram descendentes de africanos”²²⁴.

Por sua vez, Coriolano de Medeiros nos dá outra tradução para Bodocongó, que talvez seria uma corruptela de “[...] boi-to-cogoi: muita fôlha comestível”.²²⁵

²²¹ Revista “Campina – Século e Meio”, 2014, pág. 29

²²² TAVARES, 1982, pág. 305

²²³ BRITO, 2011, pág. 57

²²⁴ RIETVELD, 2018, pág. 168

²²⁵ MEDEIROS, 1950, pág. 37

Diante de tantas opções interpretativas, escolhemos por não cravar uma decisão a respeito da tradução mais, ou menos, correta. Nos contentamos, no momento, em compartilhar as várias possibilidades, umas mais críveis e outras nem tanto.

Como segunda consideração final, é preciso dizer que “eles ficaram!!!”. Com essa breve e direta afirmação podemos resumir o início da história do bairro de Bodocongó e da expansão urbana de Campina Grande em sentido oeste. Ficaram pois não tinham mais para aonde voltar. Ficaram pois não tinham mais para aonde ir em frente. Ficaram pois, após a inauguração do açude de Bodocongó, em 1917, tinham disponível o elemento fundamental para sobrevivência, a água, e o instrumento elementar para as comunicações e comércio, a estrada.

Como vimos nos segundo e terceiro capítulos, após a conclusão das obras de construção do açude de Bodocongó e da nova estrada de rodagem do Sertão, alguns dos trabalhadores e seus familiares permaneceram morando no local, constituindo assim o pequeno núcleo fundante do bairro. É importante lembrar que, ao longo dos quatorze meses de obras, 2.590 trabalhadores estiveram envolvidos diretamente no empreendimento e, além destes, outras 15.549 pessoas foram atendidas pela comissão do IOCS. Ao todo, 18.039 almas ficaram alguns meses, semanas ou mesmo poucos dias onde era construído o açude. Para efeito ilustrativo, foi como se três mil famílias, cada uma composta por seis pessoas, tivesse morado no local por certo tempo. Como já dissemos, muitos permaneceram posteriormente residindo nas margens do açude e da estrada, sendo estes os pioneiros moradores do que futuramente foi chamado de bairro de Bodocongó. Tinham água e, portanto, agricultura e alimentos: é possível que algum tipo de irrigação rudimentar tenha sido desenvolvida ou instalada no lugar ainda no período da construção, estimulando ainda mais a permanência dessas famílias.

Quais outros bairros de Campina Grande teriam surgido dessa forma, de maneira espontânea, a partir da resistência e persistência de pessoas que, não tendo melhor local pra ir, ocuparam margens de estradas e terrenos públicos e aí estabeleceram residência? Seria essa forma orgânica de crescimento urbano que vigorou na história de Campina Grande, pelo menos na primeira metade do século XX, ou podemos encontrar um maior número de setores da cidade que surgiram a partir de um planejamento técnico e científico executado pelo poder público ou por empresas privadas?

A terceira e última consideração se refere a importância do rio Bodocongó para a história de Campina Grande. Como vimos no primeiro capítulo, sobre o processo de interiorização da colonização na Paraíba, as margens dos rios cumpriam o papel de verdadeiras vias de

comunicação por onde transitavam pessoas, animais e suprimentos: eram os caminhos de ribeira. Nesse sentido, é mais que provável que o rio Bodocongó tenha servido como caminho de ribeira para os primeiros colonizadores brancos que ocuparam Campina Grande: teriam eles vindo através do rio Paraíba, encontrado o Bodocongó, e daí caminhado em sentido Norte, até avistarem uma **grande campina** e um local muito especial capaz de acumular uma boa quantidade de água (onde posteriormente foi construído o Açude Velho).

Pelo menos três importantes bairros de Campina Grande surgiram por influência direta ou indireta das águas do rio Bodocongó: Dinamérica, o próprio Bodocongó e, muito provavelmente, a Bela Vista.

Ao longo do processo inicial de colonização foi criada a Fazenda Bodocongó que, bem posteriormente, deu origem ao atual bairro Dinamérica. Já no século vinte o nosso rio foi represado, daí surgindo um açude: novamente a água se tornou um elemento fixador de populações fazendo surgir, nas margens do açude e da estrada de rodagem do sertão, o importante bairro de Bodocongó.

Encontramos indícios que o bairro da Bela Vista também teve sua origem remota influenciada pela construção do açude de Bodocongó e da estrada de rodagem do Sertão. Açude e estrada, juntos, atraíam moradores para a zona oeste: o açude seria como um ponto avançado e a estrada do sertão se constituía como uma verdadeira rua que ligava esse ponto avançado com o centro da cidade. Essa união atraiu cada vez mais pessoas que foram construindo suas casas e se estabelecendo no local. Em nosso trabalho dissertativo não adentramos na história da ocupação e urbanização da Bela Vista, mas fica a deixa para futuros trabalhos investigativos.

Por fim, poderíamos contar muitas outras histórias sobre a ocupação da ribeira do Bodocongó, a construção do bairro homônimo e o crescimento urbano de Campina Grande, pois casos importantes, curiosos e certamente interessantes não faltam. Mas por aqui paramos, deixando para outro momento, ou para outros interessados, a continuidade dessa narrativa.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1853-1924**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. **Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual**. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela, LEITE, Míriam L. Moreira. (orgs.) Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeos nas ciências sociais. 3ª edição. Campinas/SP: Papyrus, 2004

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande/PB: Livraria Pedrosa, 1962

ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª edição. João Pessoa: A União, 1980

ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A cerâmica popular em Campina Grande**. Edição da autora, [19--]

ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVII a XIX)**. Coleção Mossoroense. Volume CCXXV. Mossoró/RN: Fundação Guimarães Duque, 1982.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 19ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2011.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. 32ª edição. Rio de Janeiro: editora Ao Livro Técnico, 1995.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2006.

ARAÚJO, Jair Barbosa. **O algodão de Campina Grande: uma discussão acerca dos livros didáticos de história**. Campina Grande/PB: Gráfica e Editora Agenda, 2006.

ATEM, Guilherme Nery. **Persuadere: uma história da propaganda**. Artigo apresentado no VI Encontro Nacional de História da Mídia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

BAKER, Lindsay. **Como a era do jazz mudou para sempre a forma como nos vestimos**. Site BBC Brasil. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-43089701#:~:text=E%20assim%20como%20o%20g%C3%AAnero,da%20m%C3%BAsica%20permeiam%20o%20visual.%22>>. Acessado em 01 de novembro de 2022.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 4ª edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2007.

BARROS, Petronila Gonçalves. **Uma experiência prática de serviço social junto ao grupo SABB: sociedade pró-melhoramento do bairro de Bodocongó.** Trabalho de conclusão de curso. Campina Grande/PB: Fundação Universidade Regional do Nordeste, (sem data impressa)

BERGER, John. **Para entender uma fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do mundo.** 2ª edição. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008.

BLOCH, Marc. **Introdução à história.** 3ª edição. Mira-Sintra/Portugal: Publicações Europa-América, 1976

_____. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, José Elias. **As nações indígenas da Paraíba.** In: A Paraíba nos 500 anos do Brasil: anais do ciclo de debates do IHGP. João Pessoa: IHGP, abril de 2000.

BRASIL, Conselho Nacional de Arquivos. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Hortaliças não-convencionais (tradicionais).** Brasília: MAPA/ACS, 2010

BRITO, Vanderley de. **Boqueirão de Carnoió: a toponímica como cultura imaterial de Campina Grande.** Revista Tarairiú. Ano II, volume 1, número 03. Campina Grande/PB: UEPB, Setembro/Outubro de 2011.

BRITO, Vanderley de. STEINMÜLLER, Ida. **História de Campina Grande: de aldeia a metrópole.** Campina Grande/PB: Gráfica e Editora Cópias e Papéis, 2021.

BRUNA, Maria Helena Varella. **Cólera.** Site Drauzio Varella. Disponível em <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/colera/>>. Acessado em 21 de outubro de 2022.

_____. **Tifo.** Site Drauzio Varella. Disponível em <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tifo/#:~:text=%C3%89%20uma%20doen%C3%A7a%20grave%20causada,trato%20respirat%C3%B3rio%20e%20os%20olhos>>. Acessado em 21 de outubro de 2022.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história.** Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2009.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses.** Campina Grande/PB: RG Editora e Gráfica, 1998.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande: um esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864)**. 3ª edição. Campina Grande/PB: Edições Caravela, 2006.

CAMILO DE MELO, Josemir. **Os indígenas na Paraíba**. IN: SOUZA, Antonio Clarindo, SOUSA, Fabio Gutemberg. (orgs.) História da Paraíba – ensino médio. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

CANO, Wilson. **Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização do Brasil**. Revista EconomiA, Brasília(DF), v.13, n.3b, p. 897-916, set/dez 2012.

COSTA, Sérgio Rodrigues. BUENO, Miguel Garcia. **A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC**. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2004.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande: dinâmicas sócio-espaciais do pequeno comércio**. 2ª edição. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2011.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1993.

FERNANDES, Irene Rodrigues. AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Paulo Matias de. **Fotografia e desenvolvimento social: um recorte da realidade**. Campina Grande/PB: EDUEP, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global Editora, 2013. (edição digital)

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. Dissertação. João Pessoa: UFPB/PPGG, 2006

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande/PB: Prefeitura Municipal/SEC, 2000.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. LIMA, Damião (orgs.). **Estudando a história da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos**. Campina Grande/PB: EDUEP, 2001

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1892. Brasília: Thesaurus Editora, 1977

JÚNIOR, Jônatas A de Lacerda. LIRA, Agostinho Nunes da Costa. **Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas**. Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2012.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2ª edição revisada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Fotografia como objeto de memória: produto técnico e suporte ideológico na conformação do homem ocidental**. IN: Domínios da imagem - revista do Laboratório de Estudos dos Domínios da Imagem. Volume 2, número 2. Londrina/PR: Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina/Programa de Pós-Graduação em História Social, maio 2008.

LEÃO, Álvaro. **Aconteceu em Campina Grande**. João Pessoa: Gráfica Comercial, 1966.

LEÃO, Álvaro. **Aconteceu em Campina Grande**. 2ª Edição. Porto Alegre: MAGRAF, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico**. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2010.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento**. 7ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LUETZELBURG, Philipp von. **Estudo Botânico do Nordeste**. Volume 1. Edição Fac-similar. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1922-1923.

LUETZELBURG, Philipp von. **Estudo Botânico do Nordeste**. Volume 2. Edição Fac-similar. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1922-1923.

LUETZELBURG, Philipp von. **Mappas botânicos do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1924.

MAIA, Sabiniano. **Caminhos da Paraíba (1500-1978): história do DER.Pb**. João Pessoa: Editora A UNIÃO, 1978.

MALTESE, Giuseppe. **Grande dicionário brasileiro de medicina**. São Paulo: Editora O.E.S.P-Maltese, 1987.

MAMIANI, Luis Vincencio. **Catecismo da doutrina christã na Língua Brafilica da Nação Kiriri**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1698.

MAMIANI, Luiz Vincencio. **Arte de grammatica da língua brazilica da nação Kiriri**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typ. Central de Brown & Evaristo, 1877.

MARINHO, Ana Carolina de Araújo. **No meio do caminho tinha Soledade: memórias e sensibilidades – a construção da estrada de rodagem e a chegada da BR 230**. Monografia. Campina Grande/PB: UEPB, 2014

MATIAS, Alisson Luna. **Vozes dissonantes do “progresso”: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930-1965)**. Dissertação. Campina Grande/PB: UFCG – Centro de Humanidades, 2013.

MEDEIROS, Coriolano de. **Dicionário corográfico do estado da Paraíba**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

MEDERIOS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Editora Camargo Soares, 1990.

MELO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 5ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Conservantismo Social, Afirmação Política e Pulsão Oratória em Argemiro de Figueiredo**. In: PARAÍBA: Nomes do Século – Argemiro de Figueiredo. Série Histórica. João Pessoa: Editora A União, 2000.

MONTELLO, Josué. **Ford, o mágico dos automóveis**. IN: DONATO, Mário. REY, Marcos (org.). **Grandes Vocações, Volume 2 (empreendedores)**. São Paulo: Donato Editora, sem data.

MORAES, Antonio Pereira. **Vi, ouvi e senti: crônicas da vida campinense e outras narrativas**. Campina Grande/PB: Gráfica e Editora EPGRAF, 1985.

MOREIRA, Emilia. TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997

NASCIMENTO, Uelba Alexandre. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2008.

OLIVEIRA, Maria José Silva. RODRIGUES, José Edmilson. (orgs.) **Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem Maria Fumaça**. Campina Grande/PB: Gráfica Agenda, 2007.

PEREIRA, William Eufrazio Nunes. **Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX)**. IN: revista História econômica & história de empresas. Volume XIX, número 2. Natal/RN: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 7ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina. (Org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Luís. **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba (1574-1970)**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1973.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 117ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

REIS, Aarão. **Obras novas contra as secas: executadas entre 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

REVISTA CAMPINA GRANDE SÉCULO E MEIO. **Campina Grande e os índios Cariris**. Volume 01. Campina Grande/PB: impressão Editora Epgraf, maio de 2014.

REVISTA CAMPINA GRANDE SÉCULO E MEIO. **Mata de Dona Merquinha: a origem da expansão da cidade na rota da Zona Oeste**. Volume 03. Campina Grande/PB: impressão Editora Epgraf, junho de 2015.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa**. Transcrição de J. Veiga Júnior. Volume 12. João Pessoa: Editora Teone, 1953

RIBEIRO, Carlos. BARROS, Daniela. MAGNO, Eduardo. **Comida é Arte: aspectos culturais e sociais da alimentação do brasileiro através dos tempos**. São Paulo: Segmento Farma editores, 2009

RIETVELD, João Jorge. **O significado da palavra Bodocongó e a presença africana no leste do cariri paraibano**. Revista Tarairiú. Ano VI, volume 1, número 11. Campina Grande/PB: UEPB, fevereiro de 2016.

ROSADO, Vingt-Un. (org.) **Memorial da seca**. Coleção Mossoroense. Volume CLXIII. Mossoró/RN: Fundação Guimarães Duque, 1981.

SAITO, Fumikazu, BELTRAN, Maria Helena Roxo. **Revisitando as relações entre ciência e “techné”: ciência, técnica e tecnologia nas origens da ciência moderna**. Artigo apresentado no 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, outubro de 2014.

SALLES, Patricia. SAPIENZA, Anna Julia. **Diarreia**. Site Hospital Infantil Sabará. Disponível em <https://www.hospitalinfantilsabara.org.br/sintomas-doencas-tratamentos/diarreia-aguda/#:~:text=A%20diarreia%20aguda%20%C3%A9%20uma.e%20causa%20morbidade%20por%20desnutri%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 22 de outubro de 2022.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Cariri e Tarairiú? Culturas tapuias nos sertões da Paraíba**. Tese. Porto Alegre: PUCRS/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese história de Campina Grande (1670-1963)**. João Pessoa: Editora Grafset, 2005.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. **Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande/PB: EDUFCEG, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. (Org.) **História dos municípios paraibanos**. Volume IV. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2015

SYLVESTRE, Josué. **Da revolução de 30 à queda do estado novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1993.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Mossoró/RN: Fundação Guimarães Duque, 1982

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **O município de Campina Grande (1840-1905)**. Campina Grande/PB: EDUFPG, 2013.

A N E X O S

01 – “Planta de Desapropriação - Açude Bodocongó” (1915). Inspetoria de Obras contra as Secas. Arquivo DNOCS/Fortaleza

01 – “Carta de Salvino Figueredo ameaçando o engenheiro Júlio Barcelos” (1916). Inspetoria de Obras contra as Secas. Arquivo DNOCS/João Pessoa

**ANEXO 02 – “Carta de Salvino Figueredo ameaçando o engenheiro Júlio Barcelos”
(1916). Inspetoria de Obras contra as Secas. Arquivo DNOCS/João Pessoa**

